INSTITUTO BRASILEIRO DE ECONOMIA - CENTRO DE ESTUDOS AGRÍCOLAS - VOL. 14 - Nº 2 - 15 DE OUTUBRO DE 1994 - R$ 5,00

# AGROANALYSIS

## A REVISTA DE ECONOMIA AGRÍCOLA DA FGV



**RENDA AGRÍCOLA E INTENÇÕES DE PLANTIO**

**O AGRIBUSINESS BRASILEIRO E O PRÓXIMO GOVERNO**
Marcos Jank

**ÍNDICE FGV - Abag**

**ENTREVISTA:**
Roberto Fendt

Fundação Getulio Vargas 1944-1994

# Fechar negócios e abrir oportunidades é com o BB-CPR. A Cédula de Produto Rural do Banco do Brasil.

O campo e a lavoura já tem a cambial que faltava: é a Cédula de Produto Rural, o BB-CPR.



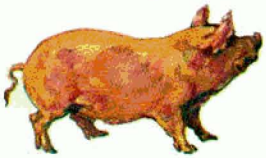
Com ele é possível realizar negócios com a segurança que os produtores e as cooperativas esperavam. Por exemplo: negociar a safra antes do plantio.



Ou o rebanho para o abate antes da engorda. O BB-CPR tem vantagens que só uma cambial tão versátil poderia oferecer.



A primeira é a sua simplicidade e facilidade de emissão, sem burocracia. A segunda é a sua agilidade de negociação, o que permite negócios diretos entre produtor



e comprador. Além disso, o BB-CPR é acessível aos produtores rurais e aceita transferência por endosso, com grande flexibilidade. E o mais importante: tem baixo custo.

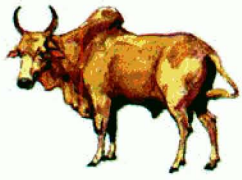
No campo e na lavoura, fechando negócios com a garantia que todos buscavam, ou na bolsa de valores, abrindo



oportunidades para o mercado com o aval do maior banco do Brasil. O BB-CPR acaba com as dúvidas e as incertezas. Para emitir um BB-CPR, basta querer: o emitente recebe



o valor da venda no ato da formalização do negócio e se compromete a entregar o produto vendido no local e na data estipulados no título. Era o instrumento que você precisava.

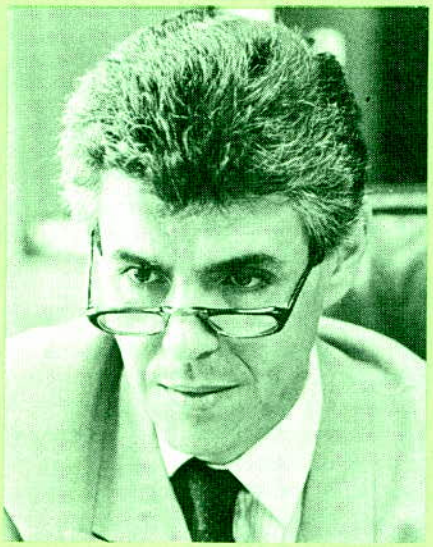


De agora em diante, conte com o BB-CPR em seus próximos negócios. Procure uma agência do Banco do Brasil e conheça melhor as características da cambial que faltava. Agora não falta mais nada para você crescer cada vez mais.

BANCO DO BRASIL

Bom para você. Bom para o Brasil.

# O real favorecerá as exportações dos segmentos competitivos



**Roberto Fendt Junior**

*O economista Roberto Fendt foi diretor da Cacex e do Banco do Brasil. Atualmente preside o Conselho Superior da Associação Brasileira das Empresas Comerciais Exportadoras (Abece) e participa de conselhos administrativos de várias empresas e entidades ligadas ao comércio exterior.*
*Fendt é um renomado professor de economia. Lecionou na Escola de Pós-Graduação em Economia da FGV (EPGE), na Universidade de São Paulo (USP), na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), entre outras. Em suas incursões pelo governo, assessorou o ex-ministro Delfim Netto ainda no início dos anos 70. Foi secretário executivo da Comissão de Política Aduaneira do Ministério da Fazenda e membro do Conselho Monetário Nacional. Doutorado pela Universidade de Chicago, Fendt foi superintendente da Funcex e diretor-presidente da BZ Trading S.A. Em 1986 foi agraciado com a medalha da Ordem do Rio Branco no grau de comendador.*

■ *Qual a perspectiva que o real e o sucesso da estabilização econômica abrem para o Brasil no mercado mundial de commodities?*

— O real e o sucesso da estabilização estão associados a um regime cambial de taxa flutuante; no sentido da apreciação, a partir da paridade de um para um, e de taxa fixa nesta paridade, no sentido da depreciação. Esse regime é essencial para a primeira etapa do plano de estabilização, que objetiva a eliminação da inércia inflacionária. O sucesso do plano pressupõe ajustes estruturais nas contas públicas, a continuidade do programa de privatização e o reordenamento das atribuições das várias esferas do Estado. Completado o programa de estabilização, serão beneficiados todos os segmentos em que o país tenha reais vantagens comparativas, como é o caso das commodities. A curto prazo, contudo, dado o caráter competitivo do mercado internacional de commodities, será necessário um crescimento contínuo da produtividade, como forma de compensar desvios da taxa de câmbio relativamente aos valores dados pela paridade do poder de compra.

■ *O setor primário, que basicamente produz* tradeables, *deve ser beneficiado, então?*

— Como eu disse antes, esses produtos terão que atentar para a produtividade.

■ *Como a taxa de câmbio afeta o comércio brasileiro de commodities agrícolas?*

— O atual regime de câmbio é fundamentalmente distinto do anterior. No regime anterior, as expectativas de inflação eram automaticamente transferidas à taxa cambial, reajustada diariamente. Assim, as commodities agrícolas, cujos preços são fixados em mercados competitivos, tinham seus preços externos automaticamente traduzidos no mercado interno pela taxa cambial de forma previsível. O novo regime cambial reconhece que a taxa de câmbio é formada não somente pelos fluxos comerciais, as exportações e as importações, mas também pelos fluxos de capitais. Com ingressos líquidos de divisas na conta de capitais, a taxa de câmbio pode valorizar-se por longos períodos, como mostrou a experiência da Argentina e do México. É claro que, nessas condições, haverá um incentivo à especialização naquelas culturas emque é maior nossa vantagem comparativa.

■ *Quais as alternativas para se compensar a baixa do dólar?*

— Há duas alternativas disponíveis e complementares: a de efeito mais imediato é a desgravação tributária das exportações e a continuidade dos esforços para a redução dos custos portuários; a de efeito mais demorado é o investimento no contínuo aumento da produtividade.

■ *Como a formação de blocos econômicos pode afetar o Brasil?*

— É necessário distinguir entre dois efeitos da formação de blocos econômicos. Um deles é a criação de comércio, decorrente do aumento da eficiência e da melhoria do nível de renda; o outro, o desvio de comércio, decorre do aumento das compras pelos membros do bloco, das mercadorias provenientes dos parceiros, em detrimento de fornecedores de fora do bloco. No caso do Mercosul, por exemplo, os efeitos líquidos devem ser positivos; no caso do Nafta, serão pequenos, provavelmente negativos para alguns produtos.

■ *Quais serão os ganhos e as perdas relativas do Brasil no Mercosul?*

— A formação de blocos de comércio implica dois efeitos básicos sobre o comércio: os de criação e de desvio de comércio, conforme já mencionei. Quanto maiores forem os efeitos da criação de comércio, maiores os ganhos para o país. Quanto maiores os desvios de comércio, maiores as perdas. Os ganhos de comér-

cio serão maiores na medida em que a Tarifa Externa Comum do bloco for reduzida e mais uniforme. A TEC recentemente aprovada ainda é alta pelos padrões internacionais. A despeito disso e das listas de exceções negociadas, o Mercosul ainda representa notável progresso em relação à situação anteriormente existente.

■ *Como você vê a capacidade de ajustamento do empresário brasileiro em relação ao Mercosul?*

— Eu tenho dito que a capacidade de ajustamento do empresário brasileiro, frente à abertura econômica como um todo e ao Mercosul em particular, mostrou-se muito grande. Basta comparar com o longo período de implementação de outros blocos comerciais, como a União Européia ou o Nafta.

■ *O Brasil possui condições de enfrentar maior concorrência externa?*

— Não tenho dúvidas quanto a isso. O crescimento da produtividade da indústria brasileira durante o curto prazo de redução da proteção tarifária, que foi de quatro anos, e a total eliminação das barreiras não-tarifárias em 1990 atestam que o país tem todas as condições de enfrentar a concorrência externa.

■ *Quais as principais barreiras à competitividade dos produtos brasileiros?*

— Podemos citar algumas, como a permanência da tributação que incide sobre as exportações de produtos primários e semimanufaturados; a existência de tributos em cascata, não-isentáveis nas exportações; custos portuários extremamente elevados em relação aos padrões internacionais; taxas de juros reais também muito altas em comparação aos padrões internacionais; encargos sobre a folha de salários não-isentáveis na exportação, que punem sobretudo setores intensivos em mão-de-obra e onde o país tem vantagens comparativas. Essas são barreiras importantes, mas nota-se que todas elas estão hoje sob forte questionamento.

■ *Quais os impactos efetivos da desregulamentação portuária sobre os custos dos embarques e desembarques nos portos brasileiros. Já foi completada a reforma da legislação portuária?*

— A reforma portuária criou condições principalmente para a privatização dos serviços portuários. Ainda assim, a implementação da reforma ainda não se deu, não permitindo introduzir maior eficiência operacional nos portos, o que pode ameaçar seriamente a competitividade do Brasil nas exportações.

■ *Os produtores de soja do Centro-Oeste possuem rendimentos físicos bem acima da média nacional, mas chegam a receber até US$40 a menos do que o preço internacional do produto. Quais os caminhos para o investimento rápido em infra-estrutura de transporte, se o Estado não dispõe de recursos para investimento?*

— A solução de longo prazo para o problema, a meu ver, é o retorno do Estado às suas funções básicas, entre as quais se inclui cuidar da infra-estrutura. Somente a revisão constitucional, a ser promovida após a posse do novo presidente, poderá assegurar uma solução para o problema. Essa solução poderá incluir parcerias entre o Estado e a iniciativa privada. Esse tipo de cooperação está ocorrendo em outros países e não será diferente no Brasil.

**Sem um programa abrangente de estabilização e retomada do desenvolvimento sob um novo paradigma, é até surpreendente que se tenha feito um progresso tão grande na desregulamentação do comércio exterior brasileiro.**

■ *Os produtos agrícolas in natura ainda sofrem tributação elevada na exportação. Como é possível competir com a atual realidade cambial?*

— Já falamos sobre isso. É preciso desgravar as exportações e reduzir os custos dos portos. Na ausência da revisão da carga tributária e da redução dos custos de embarque, a valorização da taxa cambial certamente vai acarretar perda para o setor agrícola.

■ *A regulamentação excessiva que incidia sobre o comércio exterior foi eliminada de pronto na Argentina, logo no início do plano de estabilização. Por que medidas semelhantes tardam tanto a ocorrer no Brasil?*

— A abertura econômica argentina veio junto com um amplo programa de privatização e da redefinição do papel do Estado. Aqui, a privatização tem sido lenta e, por outro lado, a reforma constitucional foi adiada para o próximo governo. Sem um programa abrangente de estabilização e a retomada do desenvolvimento sob um novo paradigma, é até surpreendente que se tenha feito um progresso tão grande na desregulamentação do comércio exterior brasileiro. Não foi só a redução tarifária. Inúmeras restrições quantitativas e administrativas foram eliminadas desde 1990.

■ *Como pode o exportador brasileiro se proteger contra o risco de preço, quando ainda não se consolidou entre nós o futuro de produtos agrícolas e o mecanismo de hedge.*

— A experiência internacional é clara a respeito da relação entre abertura econômica para o exterior e crescimento econômico: ambos marcham juntos. A razão é simples: quanto maior a abertura da economia, maior a competição no mercado interno, induzindo o investimento naquelas atividades em que o país tem vantagens comparativas. Além disso, quanto maior a abertura econômica, mais os preços dos *tradeables* se aproximarão dos respectivos preços internacionais. É possível, por um período até longo, que os preços dos *non-tradeables* divirjam de suas contrapartidas internacionais. No caso desses produtos, seus preços somente tenderão a alguma paridade com suas contrapartidas internacionais na medida em que os seus insumos principais sejam *tradeables*.

■ *Na agricultura, a estrutura tarifária apresenta alíquotas mais elevadas para os insumos (máquinas, fertilizantes, implementos) e mais baixas para os produtos. Esse viés antiexportação não seria inconsistente com a postura de neutralidade do governo que deveria vigorar em uma economia aberta?*

— A atual estrutura tarifária brasileira, que é resultado de uma reforma iniciada em 1986, reduziu bastante o viés antiexportador prévio. Claramente, contudo, o viés antiexportador somente será eliminado com uma estrutura tarifária de tarifas uniformes, como no Chile. Lá, todos os produtos são gravados com uma alíquota de 11%. Já fizemos notável progresso em relação ao que havia no passado, mas ainda mantemos um viés antiexportador, particularmente na agricultura.

# CARTAS

## Mais votos de boas-vindas

Foi com grande satisfação que recebi a notícia de que a Fundação Getulio Vargas voltou a editar a *Agroanalysis*. Elaborada por técnicos altamente especializados, essa revista, com certeza, contribui para uma reflexão profunda sobre os diversos aspectos de uma atividade econômica de tamanha importância para o Brasil: a agricultura.

Iniciativas como essa engrandecem o trabalho da FGV e estimulam a pesquisa num país onde isso parece cada vez mais escasso.

Parabéns à equipe!

*Luizete Pena*
*Câmara de Vereadores do Rio de Janeiro*
*Rio de Janeiro*

Na condição de professor universitário, pude comprovar a grande importância, principalmente para os alunos dos últimos períodos, da revista *Agroanalysis*.

Assim sendo, aproveito a oportunidade para congratular-me com V. Sas. pelo retorno da referida publicação, de cuja importância acadêmica e técnica não podemos prescindir.

*Antônio Carlos de Freitas Gonçalves*
*Auditor fiscal do Tesouro Nacional e professor da Universidade Gama Filho*
*Belo Horizonte*

Minhas congratulações à Fundação Getulio Vargas, pelo retorno da publicação *Agroanalysis*, instrumento precioso e preciso para a compreensão da vocação deste vasto país, a agricultura.

*Lygia Vuyk de Aquino*
*Bióloga*
*Rio de Janeiro*

Parabenizo a Fundação Getulio Vargas pela acertada decisão de republicar a valiosa revista *Agroanalysis*, importante instrumento para o correto acompanhamento da agricultura brasileira.

*Maria de Fátima Pena de Freitas*
*Economista*
*Rio de Janeiro*

Parabenizamos a FGV pelo relançamento da revista *Agroanalysis*. Temos certeza de que as informações nela contidas serão de grande benefício para a sociedade brasileira.

*Murilo Xavier Flores*
*Presidente da Embrapa*
*Brasília*

## Aos leitores

Após um intervalo de cinco anos, *Agroanalysis* está voltando a circular. Neste período, a equipe do Centro de Estudos Agrícolas, do Instituto Brasileiro de Economia, da Fundação Getulio Vargas manteve o acompanhamento da conjuntura da economia agrícola, mas seus contatos com os agentes econômicos interessados reduziram-se bastante. Na nova fase de *Agroanalysis*, os leitores poderão contar com este espaço para manifestarem suas opiniões quanto à revista, aos temas nela abordados ou por ela negligenciados, ou para simplesmente manifestarem suas opiniões acerca dos diversos assuntos do agribusiness. Basta escrever para:

*Agroanalysis*,
CEA/IBRE/FGV,
Praia de Botafogo, 190, 8º andar,
Cep 22253-900, Rio de Janeiro – RJ.

Esperamos que aqui se estabeleça um intercâmbio proveitoso.

*A redação*

*É permitida a reprodução total ou parcial dos índices e matérias desde que seja citada a fonte.*

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS

Instituição de caráter técnico-científico, educativo e filantrópico, criada em 20 de dezembro de 1944 como pessoa jurídica de direito privado, tem por finalidade atuar no âmbito das Ciências Sociais, particularmente Economia e Administração, bem como contribuir para a proteção ambiental e o desenvolvimento sustentável.

**Presidente de honra:** Luiz Simões Lopes
**Presidente:** Jorge Oscar de Mello Flôres
**Vice-presidente:** Mario Henrique Simonsen
**Diretora-geral:** Celina Vargas do Amaral Peixoto

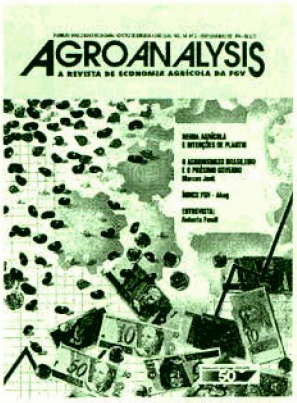
Conselho Diretor

**Presidente:** Jorge Oscar de Mello Flôres
**Vice-presidente:** Mario Henrique Simonsen
**Vogais:** Aldo Baptista Franco, Celina Vargas do Amaral Peixoto, Eliezer Baptista, Francisco Oswaldo Neves Dornelles, Luiz Fernando da Silva Pinto, Manoel Fernando Thompson Motta, Manoel Pio Corrêa Jr., Marcílio Marques Moreira.
**Suplentes:** Alfredo Américo de Souza Rangel, Carlos Alberto Pires de Carvalho e Albuquerque, Eugenio Emílio Staub, José Luiz Miranda, Oswaldo Antunes Maciel, Pedro Leitão da Cunha.

Conselho Curador

**Presidente:** Theodoro Arthou
**Vice-presidente:** Paulo de Tarso Leal
**Vogais:** Abgar Renault, Associação de Bancos do Estado de São Paulo, Banco Credit Commercial de France S.A., Carlos Moacyr Gomes de Almeida, Diogo Lordello de Mello, Domingos Marques Grêllo, Edmundo Barbosa da Silva, Estado de Minas Gerais, Estado de São Paulo, Gilberto Duarte Prado, Gilberto Ulhôa Canto, Heitor Chagas de Oliveira, Instituto de Resseguros do Brasil (IRB), José Ephim Mindlin, Mário Abrantes da Silva Pinto, Mauro Salles (Salles-Interamericana de Publicidade S.A.), Paulo Guilherme Aguiar Cunha (Cia. Ultragaz S.A.), Rubens D'Almada Horta Pôrto, Sindicato das Empresas de Seguros Privados e Capitalização do Rio de Janeiro.
**Suplentes:** Antonio Monteiro de Castro (Souza Cruz S.A.), Armando Klabin (Klabin Irmãos & Cia.), Carlos Alberto Lenz Cesar Protásio, Cristiano Buarque Franco Neto (Banco Bozano, Simonsen S.A.), Guilherme Augusto Frering, João Pedro Gouvêa Vieira Filho (Refinaria de Petróleo Ipiranga S.A.), Luiz Roberto do Nascimento Silva, Marcio João de Andrade Fortes, Maria do Carmo Nabuco de Almeida Braga (Icatu Empreendimentos e Participações S.A.), Patrick de Larragoiti Lucas (Sul América Terrestres, Marítimos e Acidentes — Cia. de Seguros), Sérgio Franklin Quintella, Unibanco — União de Bancos Brasileiros S.A.

**Instituto Brasileiro de Economia**
**Diretor:** Julian M. Chacel
**Vice-diretor:** Antonio Salazar P. Brandão
**Banco de Dados-IBRE**
Salomão L. Quadros da Silva
**Centro de Estudos Agrícolas**
Ignez Vidigal Lopes
**Centro de Estudos das Empresas**
José Francisco Filho
**Centro de Estudos de Economia e Governo**
Lia Valls Pereira
**Centro de Estudos de Preços**
Paulo Sidney de Melo Cota
**Centro de Estudos Tendenciais**
Eden Gonçalves de Oliveira
**Revista Conjuntura Econômica**
Lauro Vieira de Faria




## Nesta edição


1 **Entrevista com Roberto Fendt Junior**

3 **Cartas**

6 **Valor da produção das lavouras e perspectivas do plantio**

9 **Política agrícola: reformas inadiáveis e subsídios insustentáveis**

12 **Especial: O agribusiness brasileiro e o próximo governo (1ª parte)**

14 **Conjuntura do agribusiness**

30 **Índice FGV/ ABAG (IABAG) 1994**

32 **IBGE — Síntese estatística**

34 **Oferta e demanda**

36 **Estatísticas agropecuárias**

42 **Panorama agropecuário**

46 **Panorama internacional**

48 **Janela aberta**


# Editorial

## Carta verde

Confirmada a contribuição favorável da safra agrícola colhida em 1994 para o Plano Real, as atenções se voltam agora para as perspectivas de abastecimento no próximo ano, quer de matérias-primas para a indústria, quer de produtos para o consumo final. Paira no ar certa ansiedade: conseguirá a agricultura continuar contribuindo para que haja a tranqüilidade indispensável ao futuro do plano econômico? Um estudo especial contido nesta edição focaliza a questão sob o ângulo do resultado econômico propiciado pela comercialização da última safra, variável importante para se tentar avaliar se os produtores poderão financiar com recursos próprios a próxima safra. Um resultado favorável poderia contrabalançar, ainda que em parte, o quadro pouco alentador de crédito caro e escasso nas instituições financeiras oficiais e privadas. O resultado que emerge é favorável para alguns produtos, porém preocupante para importantes itens da cesta básica.

Nos últimos plantios, acentuou-se a tendência de os produtores se tornarem independentes do crédito institucional, financiando-se de diversas maneiras, seja através da obtenção de empréstimo junto à indústria de beneficiamento, seja mediante a celebração de contratos informais junto aos fornecedores de insumos para pagamento em produto à época da safra. Fato é que o número de contratos de empréstimo junto às instituições financeiras para o custeio das safras caiu a menos da metade nos últimos anos, em relação ao que se verificava no final da década de 80. Se, por um lado, essas formas de financiamento privado da agricultura representam uma mudança desejável e no sentido correto, por outro, indicam que o governo possui hoje reduzida capacidade de induzir respostas do setor agrícola no sentido desejado. Em outras palavras, a política de crédito governamental perdeu sua vez no processo de decisão do produtor, em favor dos sinais e mecanismos de mercado.

Neste quarto mês do Plano Real está sendo plantada a próxima safra de verão da região Centro-Sul do país, responsável por mais de 80% do abastecimento interno. A rigorosa estiagem que assolou a região nos últimos meses provocou atrasos no plantio, o que faz prever queda dos rendimentos físicos. Ainda é cedo para quantificar perdas, até porque a intensidade variou de região para região, mas o comprometimento tende a ser maior nos casos do feijão e do milho, nessa ordem, e menor no do arroz, em razão das chuvas terem sido regulares no Rio Grande do Sul, e também no da soja, cujo plantio é mais tardio.

O cenário prospectivo das safras, em que pesem os mencionados fatores negativos, poderia ser salvo pelo otimismo dos produtores, que estariam apostando na recuperação da renda real de parcela significativa dos consumidores mais pobres, o que tende a melhorar seu padrão de consumo de alimentos básicos, prenunciando uma comercialização da safra futura a preços favoráveis. Os fatores climáticos, ao confirmarem essa expectativa de preços firmes, tendem a estimular os produtores a conduzirem suas lavouras com maior cuidado, sobretudo nos tratos culturais, o que pode contribuir ainda mais para um cenário otimista no futuro.


AGROANALYSIS
Revista de economia agrícola da Fundação Getulio Vargas editada pelo Centro de Estudos Agrícolas do Instituto Brasileiro de Economia

**EXPEDIENTE**

**Chefe do CEA/IBRE:** Ignez Vidigal Lopes

**Redator-chefe:** Regis Alimandro

**Equipe de redatores:** Eliana C.B.L. Viglio (arroz, feijão, meio ambiente, tomate, mandioca, caju), Fernando R. de Freitas Almeida (cereais de inverno, oleaginosas, frutas, vinho e copy), Irene Raguenet Troccoli (fumo, milho, avicultura, suinocultura, laranja), Maria José Cyhlar Monteiro (preços, previsão de safras, legislação), Mauro de Rezende Lopes (comércio internacional, política agrícola), Regis Alimandro (café), Virginia Wanick Vieira (algodão, borracha, cacau).

**Colaboradores:** Adib Jamil Amim, Lucio Junqueira Campos (estatísticas de preços), Rubens de Mello Nogueira Abdelhay (índice FGV/Abag), Ana Célia Junqueira Campos, Edmilson Pereira Conceição, Edna Frias de Souza, Deise Jaffar de Lima e Mário Augusto Rodrigues Martins (apoio técnico).

**Estagiários:** Ana Paula Grether de Mello Carvalho, Lucimara Brant Pessoa.

**Secretaria e apoio administrativo:** Claudia Ana Marques, Antonio Barbosa, Antonio Getúlio Corrêa de Oliveira.

**Divisão de Gestão da Informação (DIGI)**
*Diretor:* Moacyr Antonio Fioravante

**Editora da FGV**
*Chefe:* Francisco Azevedo
*Coordenação editorial:* Cristina Mary Paes da Cunha
*Editoria de texto:* Clóvis Alberto Mendes de Moraes, Luiz Alberto Monjardim, Maria Lucia Leão Velloso de Magalhães.
*Editoria de arte:* Eliane da Silva Torres, Jayr Ferreira Vaz, Marilza Azevedo Barboza, Osvaldo Moreira da Silva, Simone Ranna.
*Revisão:* Aleidis de Beltran, Fatima Caroni.
*Produção gráfica:* Hello Lourenço Netto, Joel Alves.
*Comercialização:* Juarez Nery de Souza e Valéria Oliveira Santiago.
*Vendas de assinatura:* José Milton Gondim, Paulo Appolinário.
*Vendas avulsas:* Edna Kumakola
*Publicidade:*
Belo Horizonte — MG: Tel. e fax: (031) 224-9534; Brasília — DF: Tel. e fax: (061) 577-4883; Porto Alegre — RS: Tel. e fax: (051) 249-7056; Recife — PE: Tel. e fax: (081) 465-1851; Ribeirão Preto — SP: Tel.: (016) 625-9639 — Fax: (016) 625-0521; Rio de Janeiro — RJ: Tels.: (021) 252-8720 e 252-9074 – Fax: (021) 221-5984; Salvador — BA: Tel. e fax: (071) 351-1784; São Paulo – SP: Tel. e fax.: (011) 524-1174.

Livrarias — Rio de Janeiro: Livraria J. Carneiro Felipe — Praia de Botafogo, 188 — Tel.: (021) 536-9105

São Paulo: Livraria Faria Lima — Av. Nove de Julho, 2.029 — Tel.: (011) 281-7875.

Editora da Fundação Getulio Vargas — Serviço de Vendas: Praia de Botafogo, 190 s/607 CEP 22253-900 — ou Caixa Postal: 62.591 — CEP 22257-970 — Rio de Janeiro, RJ — Tels.: (021) 551-0698 e 536-9196.

# Ao tomar uma decisão, tenha sempre ao lado o melhor consultor econômico do mercado:

*Assine já*

# CONJUNTURA ECONÔMICA

A revista que traz, mensalmente, a mais ampla, imparcial e objetiva análise da economia nacional e internacional, elaborada pela renomada equipe de economistas da

***Fundação Getulio Vargas***

**Opção de pagamento**

- ❑ **Cheque nominal** à Fundação Getulio Vargas.
- ❑ **Depósito bancário** na conta n°55.597.036–1 do Banco do Brasil – agência 0287–9 (enviar cópia do comprovante à FGV).
- ❑ **Cartão de crédito.**

**Solicito.....assinatura(s) de Conjuntura Econômica.**

Nome .....

Contato .....

Endereço .....

CEP ..... Cidade ..... Estado .....

DDD ..... Telefone ..... Fax .....

Data ..... Assinatura .....

Cartão de Crédito (preencher, caso tenha sido a opção escolhida)

❑ VISA ❑ ❑

Cartão n° ..... Validade .....

**Central de atendimento ao assinante – Tel: (021)551-0698 – Fax: (021) 551-0948**

# Valor da produção das lavouras e perspectivas do plantio

O Plano Real traz a esperança de melhoria dos níveis de consumo. O plantio da safra está atrasado em razão da seca e da insatisfação dos produtores com relação ao pacote agrícola.

MARIA JOSÉ CYHLAR MONTEIRO

Em outubro já deveriam estar definidas as principais perspectivas da safra a ser colhida em 1995, como área de plantio, compra de insumos. Neste ano, o calendário agrícola sofre algum atraso. Não só o clima foi desfavorável, registrando estiagem prolongada no Sul do país, como também as medidas de apoio à nova safra foram anunciadas tardiamente e os recursos demoraram a ser liberados. Assim, até fins de setembro os analistas só tinham certeza quanto aos resultados da safra anterior e aos sinais que deles podiam inferir. Quais são esses sinais? Em que direção apontam?

O mercado sinaliza através dos preços e é neles que se fundamentará esta análise. Dos vários ângulos pelos quais se pode examinar os preços, serão escolhidos dois: a relação entre preços e quantidades produzidas — o valor da produção —, que permite aferir a renda bruta da atividade e que serve de indicador da capacidade de autofinanciamento do produtor rural, e a relação de trocas, que, comparando a evolução dos preços pagos e recebidos, permite ter uma idéia do desempenho dos custos de produção.

A safra de 1994 foi anunciada como recorde: estima-se que se tenha obtido algo em torno de 75 milhões de toneladas de grãos (cereais, leguminosas e oleaginosas). Esse indicador não esgota o total da produção das lavouras. Café, cana-de-açúcar, mandioca, entre outros produtos importantes, ficam fora do agregado. Usando-se o conceito de produto real das lavouras,[1] em 1994 a produção das lavouras cresceu 8% (9% para o conceito de grãos). É o melhor resultado desde 1989.

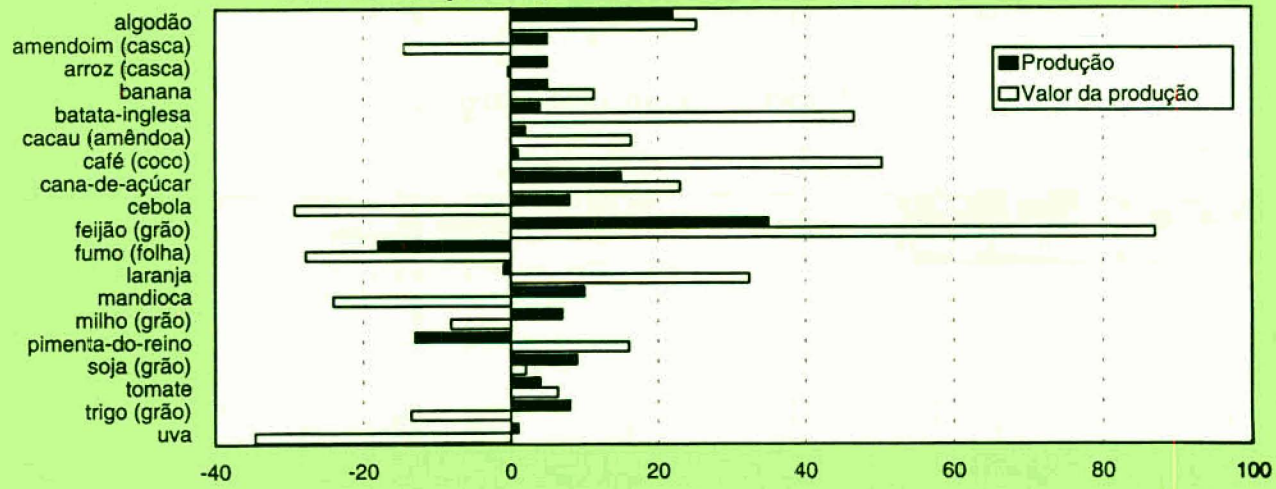
Safras recordes nem sempre são sinônimo de bons resultados para o produtor rural. Freqüentemente, o aumento da quantidade colhida vem acompanhado de reduções mais do que proporcionais nos preços de venda. Contudo, fatores como o baixo nível de estoques ou aumentos da demanda podem contribuir para sustentar as cotações, apesar da oferta abundante.

Outro ponto a considerar é que colheitas recordes nem sempre implicam bons resultados para as atividades isoladamente. Em 1994, destacaram-se os aumentos na produção de algodão, feijão, milho e soja. A produção de café se manteve estagnada, a de laranja caiu 1% e a de fumo, 17%.

Já o conceito de valor da produção permite uma avaliação mais consistente, na medida em que possibilita apreciar de um relance a interação de preços e quantidades. Em 1994, esse indicador apresentou um acréscimo bastante significativo de 11%, o segundo melhor resultado desde 1980 e só inferior ao registrado em 1984 (12%). Apesar de a produção física das lavouras ter registrado resultados bastante favoráveis a partir de 1985 (ver *Agro-*

**1. Brasil — desempenho das lavouras**

Taxa de variação da quantidade e do valor da produção — 1994 x 1993 (%)




Fonte: IBGE, LSPA.

*analysis, 13* (1), set. 1994), o valor da produção entrou em trajetória descendente. Só para exemplificar essa situação, observa-se que, se considerarmos o valor da produção obtido em 1980 igual a 100, o resultado em 1994 seria igual a 62. Ainda em termos de perspectiva, o valor da produção atingiu o máximo da série em 1985 (107) e o mínimo em 1990 (53).

São dignas de nota as trajetórias de alguns produtos. Das 19 lavouras examinadas, apenas duas, fumo e laranja, registram em 1994 um valor de produção (já descontada a inflação do período) superior ao de 1980. Os piores desempenhos ficaram por conta da pimenta-do-reino, do amendoim, do cacau e da mandioca.

**Estima-se que, em 1994, tenha-se obtido algo em torno de 75 milhões de toneladas de grãos. Esse indicador não esgota o total da produção das lavouras. Café, cana-de-açúcar, mandioca, entre outros produtos importantes, ficam fora do agregado. A produção das lavouras cresceu 8% (9% para o conceito de grãos). É o melhor resultado desde 1989.**

Em 1994, destacou-se a expansão do valor da produção do feijão e do café (ver gráfico 1). No caso do feijão, o aumento de 38% nos preços recebidos pelos produtores rurais associou-se a um acréscimo de 35% na safra esperada. Entretanto, os resultados do feijão devem ser encarados com certa cautela. Como ainda há uma safra a ser colhida, podem ocorrer alterações. Por outro lado, em 1994, os preços do feijão aumentaram de janeiro a abril (influenciados pela quebra da safra de Irecê, BA) e retraíram-se significativamente nos meses seguintes, quando ficou claro que a expansão registrada em outras regiões produtoras compensaria, com folga, aquela quebra. Assim, o momento da venda provocou substanciais diferenças na renda bruta dos produtores de feijão.

Quanto ao café, a produção manteve-se praticamente igual à do ano anterior, enquanto os preços registram variação de 57%. O algodão foi a cultura que apresentou a segunda maior expansão na quantidade colhida, mas os preços recebidos declinaram 2,5% (no mercado internacional, as cotações registravam no mesmo período alta de 19%), o que permitiu recuperação no valor da produção, mesmo com as maciças importações que, estimuladas por uma tarifa zero, continuaram a ser efetuadas neste ano. Note-se que além da redução tarifária, o produto importado se beneficia de subsídios no país de origem. Assim, a partir de 1993, o Brasil transformou-se de tradicional exportador no segundo maior importador mundial da fibra. A situação só não ficou pior porque o mercado internacional reagiu em 1994.

Já no caso da soja, os preços internacionais declinaram ao longo de 1994, à medida que se confirmavam as expectativas de uma safra recorde no hemisfério norte. Por outro lado, a valorização do real frente ao dólar aumenta as incertezas dos produtores de soja, que sem dúvida serão prejudicados pela conjugação de preços em baixa no mercado externo com moeda valorizada. Ao mesmo tempo, produtores de lavouras como arroz e milho podem sentir-se ameaçados pela perspectiva de importações baratas, que poderiam vir a deprimir os preços internos. O adiamento da entrada em vigor da tarifa compensatória para o trigo pode ser vista como um sinal de que as políticas para a agricultura estão excessivamente sujeitas à conjuntura macroeconômica e, portanto, sem garantias de continuidade.

Resumindo: enquanto o produto real dos produtos amparados pela PGPM (Política de Garantia de Preços Mínimos) cresceu 11%, seu valor de produção expandiu-se em apenas 6%.

Assim, o agricultor se depara com um horizonte incerto. Contudo, o sucesso do Plano Real embute a esperança de uma melhoria dos níveis de con-

**2. Brasil — evolução do IPP**

Índice deflacionado




**3. Brasil — relações de troca**

IPR/sementes IPR/fertilizantes



sumo. Se confirmada, no ano que vem o lado da demanda atuaria como um fator favorável à sustentação dos preços e da renda do produtor rural, mesmo diante de uma nova supersafra. O grande problema para o agricultor é ter que tomar decisões num momento em que reinam as incertezas, sem garantias de poder contar com uma rede de proteção na época da colheita.

Outra forma de analisar as informações disponíveis é através da ótica da relação de trocas, isto é, da comparação entre a evolução mensal do Índice de Preços Recebidos pelos Agricultores (IPR) e do Índice de Preços Pagos pelos Agricultores (IPP). Esta tem-se mostrado favorável a partir de meados de 1993. Entretanto, quando o IPR é desagregado, a interpretação dos resultados se mostra mais complexa.

Em primeiro lugar, os preços recebidos foram (sobretudo em 1994) fortemente influenciados pela evolução dos preços do café. Quando se observam os resultados da relação de trocas para o subconjunto das lavouras amparadas pela PGPM os resultados são bem menos favoráveis. A explicação é óbvia: a abundante safra colhida em 1994 deprimiu os preços internos, mesmo nos casos em que os preços internacionais se encontravam em alta.

Comparando-se a evolução do IPR e dos diferentes grupos de insumos tem-se também uma visão interessante, que leva em conta as diferenças de sistemas de produção vigentes no Brasil e a conseqüente variedade de insumos utilizados.

O confronto entre a evolução dos vários subconjuntos que compõem o IPP mostra que, com exceção dos combustíveis, ao longo dos últimos anos os preços pagos também registraram uma nítida queda, em termos reais (ver gráfico 2). Aliás, vários analistas atribuem a essa queda o fato de a produção e a produtividade agrícolas terem crescido em uma conjuntura marcada pela escassez de recursos públicos para apoio ao setor e preços de mercado declinantes. Contudo, essa queda mostra intensidades diferenciadas, conforme o tipo de insumo considerado, e por isso, numa mesma atividade, produtores com funções de produção distintas sentiram mais ou menos o impacto do movimento do IPP.

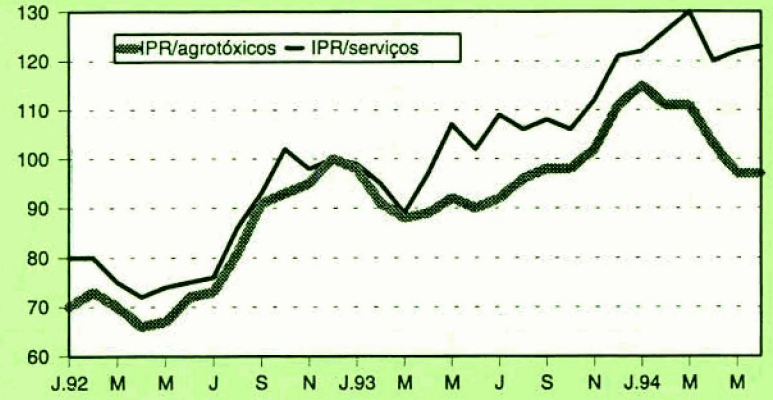
Os gráficos mostram que, tomando como referência o IPR para as lavouras atendidas pela PGPM, a relação de trocas se mostra mais favorável[2] no caso dos fertilizantes e dos serviços, e mais desfavorável quando os insumos relevantes são os combustíveis, a mão-de-obra e os agrotóxicos. Assim, em termos médios, a relação de trocas indicaria, por exemplo, que os cotonicultores, cuja atividade usa intensamente estes dois últimos tipos de insumo, estariam em posição menos confortável do que os sojicultores, que dependem mais da mecanização (serviços) e do uso de fertilizantes.

**Comparando-se a evolução do IPR e dos vários grupos de insumos tem-se também uma visão interessante, que leva em conta os diferentes sistemas de produção vigentes no Brasil e a conseqüente variedade de insumos utilizada.**

No momento do plantio, o agricultor deverá pesar os fatos e sua experiência particular. Sabe-se que o agricultor é um otimista, mas não se deve ignorar que o sucesso da próxima safra não diz respeito apenas ao produtor rural como agente econômico individual, mas a toda a agricultura. Dela depende o abastecimento tranqüilo dos consumidores urbanos, fator essencial para a estabilização da economia e para a tão aguardada retomada do crescimento econômico.

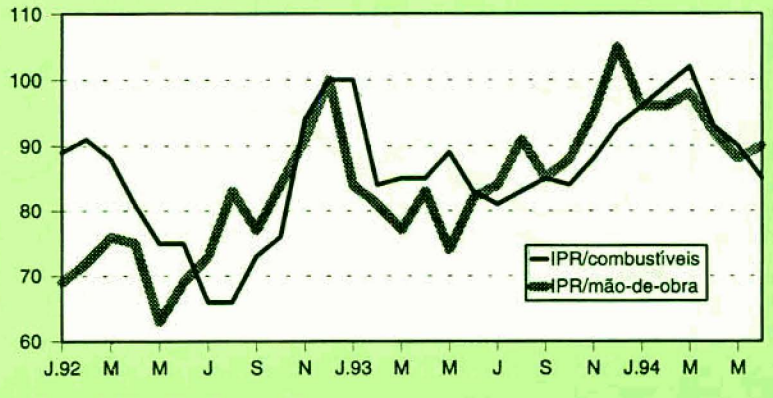
**4. Brasil — relações de troca**

IPR/agrotóxicos e IPR/serviços




**5. Brasil — relações de troca**

IPR/combustíveis e IPR/mão-de-obra




[1] *Produto real é o resultado da agregação da produção física das lavouras usando-se os preços do Censo Agropecuário como fator de ponderação.*

[2] *Diz-se que a relação de trocas é favorável quando seu valor é superior a 100, o que indica que os preços recebidos tiveram ganhos em relação aos preços pagos.*

# Política agrícola: reformas inadiáveis e subsídios insustentáveis

A experiência internacional dos países que realizaram reformas de política agrícola indica que a agricultura é justamente o setor que mais se beneficia do processo.

MAURO DE REZENDE LOPES

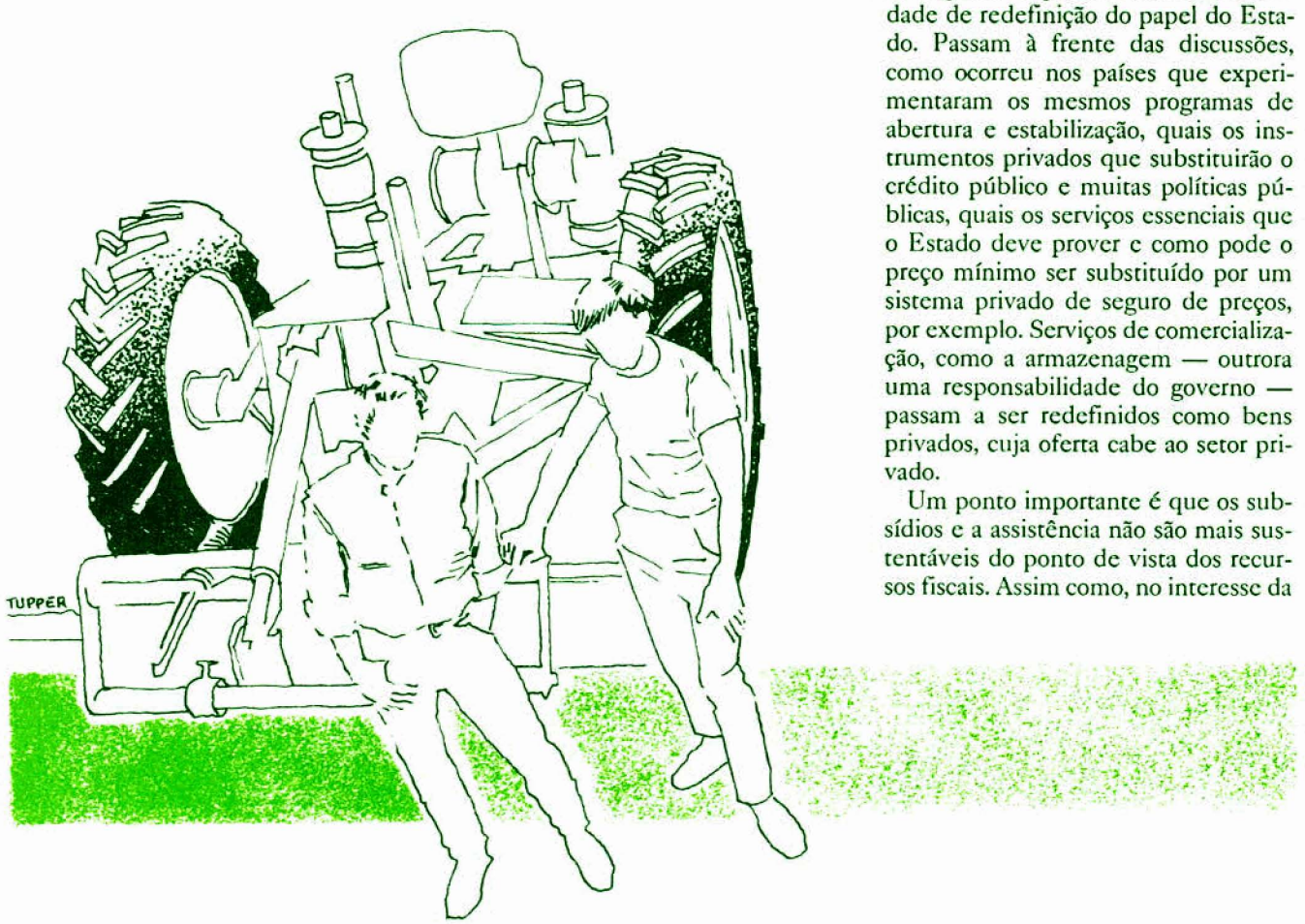
A abertura comercial e agora a estabilização econômica criaram um cenário novo para a política agrícola, realidade inescapável para um quadro de reformas estruturais no setor. Assim tem sido a experiência de países que passaram pelo mesmo processo.[1] A experiência tem também ensinado que quanto menos acreditarmos nessas reformas, quanto menos adotarmos reformas completas (ou mais adotarmos reformas parciais) e quanto mais tempo levarmos para realizá-las, tanto maiores serão os custos de permanecermos atados ao passado. Esses são os custos dos ajustes parciais.

Os estímulos e o tipo de assistência do Estado tornaram a agricultura dependente do governo e de suas decisões. Os produtores aguardam sempre as decisões. Às vezes, apresentam propostas tímidas de manutenção dos instrumentos do passado, muito embora seja o setor credor de maior empenho do governo em promover as reformas necessárias. [2] É preciso ousar e propor um novo programa de reformas.

**Devemos romper com a tradição de o governo oferecer bens privados de má qualidade e não oferecer, como deveria, bens públicos de boa qualidade.**

O novo cenário cria condições para a privatização dos instrumentos de política agrícola e põe a mostra a necessidade de redefinição do papel do Estado. Passam à frente das discussões, como ocorreu nos países que experimentaram os mesmos programas de abertura e estabilização, quais os instrumentos privados que substituirão o crédito público e muitas políticas públicas, quais os serviços essenciais que o Estado deve prover e como pode o preço mínimo ser substituído por um sistema privado de seguro de preços, por exemplo. Serviços de comercialização, como a armazenagem — outrora uma responsabilidade do governo — passam a ser redefinidos como bens privados, cuja oferta cabe ao setor privado.

Um ponto importante é que os subsídios e a assistência não são mais sustentáveis do ponto de vista dos recursos fiscais. Assim como, no interesse da



própria agricultura, também não é mais sustentável o Estado dar com uma das mãos e tirar com a outra e, o que é pior, com subsídios evidentes e tributação disfarçada. O setor fica politicamente vulnerável, com pecha de "caçador de renda", criando um ambiente propício para o desenvolvimento de preconceito contra ele (inclusive dentro da burocracia).

## Princípios e idéias-força

É muito difícil discutir reformas sem princípios. Tudo o mais ficará mais fácil se houver pelo menos uma discussão ampla dos princípios norteadores das reformas. Estes estão mais ou menos claros nas experiências de reformas dos muitos países que as fizeram mais profundamente.

O primeiro princípio é o Estado se conduzir com isenção, neutralidade e transparência, respeitando ainda o princípio de antecipação e as regras preestabelecidas. Não há razão, no processo de reforma, para urdir formas de escolher que setor fará ajustes e sacrifícios e qual aquele que não os fará. Não deve haver a escolha de ganhadores e perdedores. Medidas que resultem em alíquotas tarifárias diferentes entre subsetores e subsídios setoriais enfraquecem e comprometem a credibilidade das reformas econômicas e contrariam o princípio do governo neutro.

Se o ajustamento às novas condições de mercado representar um ônus para um grupo de produtores ou para um setor, que os sacrifícios sejam repartidos igualmente também por outros setores da economia. Nos países que fizeram reformas estruturais profundas houve a percepção de que os sacrifícios dos ajustes foram compartidos por todos os setores da economia. Essa percepção foi valiosíssima para a aceitação geral das reformas e para sua implantação. O ajuste é para todos. O Estado não pode escolher privilegiados nesse processo, tanto mais se considerarmos que a economia brasileira já é profundamente injusta.

O segundo princípio é trocar as palavras-chave que "fazem a cabeça" dos produtores, dos burocratas, dos políticos e dos técnicos. Substituir logo o vocabulário surrado das palavras governo, recursos, gastos, subsídios e de todos os instrumentos do passado, pelas palavras eficiência, produtividade, competitividade, introduzindo a idéia de que o crescimento virá por um novo caminho. Essa substituição de palavras virá pela discussão dos princípios e das reformas.

O enfoque antigo da política agrícola deverá ser substituído por novas idéias-força que conduzirão as reformas, tais como desregulamentação e reestruturação, visando ao aumento de eficiência e competitividade. Doravante, a alocação dos recursos produtivos será orientada pelo setor privado e pelo mercado — e não mais pelo Estado — para as atividades mais rentáveis e que têm competitividade no comércio exterior (e no mercado interno, quando confrontadas com as importações) e podem explorar oportunidades de mercado. A idéia-força é a busca da eficiência na alocação de recursos produtivos e a eliminação das distorções de incentivos econômicos que impedem a realização do potencial de competitividade da agricultura. Busca-se também a identificação de incentivos econômicos ditados pelo mercado. O setor privado liderará o crescimento e o governo, o desenvolvimento.

**A agricultura se beneficiará muito mais das mudanças se souber antecipar e propor uma bem arquitetada seqüência de reformas.**

Temos dificuldade de competir com os produtores americanos e europeus que possuem tecnologia eficiente e pagam mais barato pelos insumos, máquinas, equipamentos e fertilizantes; mas se aumentarmos a eficiência de nossa pesquisa, poderemos competir em capacidade empresarial, onde levamos uma certa vantagem.

## O novo papel do Estado

Quanto às idéias-força, engana-se quem pensa que se trata de ter o governo fora da agricultura. O que se propõe é adequá-lo a uma agricultura em uma economia estabilizada (sem o imposto inflacionário) e a uma agricultura aberta (com competição).

Quanto à oferta de serviços e produtos pelo Estado, como princípio fundamental, é preciso antes de mais nada identificar o núcleo de bens públicos — que o setor privado não oferece nos montantes necessários — e separar os bens privados — que o Estado não pode e não deve oferecer. Devemos romper com a tradição de o governo oferecer bens privados de má qualidade, deixando de oferecer, como é seu dever, bens públicos de boa qualidade. Fora do núcleo de bens públicos, pouco deve o Estado oferecer.

Outro princípio: os que se beneficiam dos serviços e produtos do Estado devem pagar por eles. É o princípio "quem usa paga". Não deve haver "bens livres" (nem mesmo o ar e a água dentro da moderna visão da preservação ambiental são bens livres). Os produtores, a agroindústria e os usuários atribuem aos produtos e serviços gratuitos o mesmo valor que é por eles cobrado. Assim, tudo o que o Ministério da Agricultura fizer em termos de serviços e produtos terá um preço. Aqui se incluem serviços próprios do Estado como assistência técnica, pesquisa, inspeção, defesa, e, se possível, até mesmo assessoria na condução das políticas de preços, comércio e comercialização.

Na reforma do serviço público, torna-se imprescindível separar a função de assessoria técnica na formulação e condução política agroindustrial (políticas internas e de comércio) da função de oferta de produtos e serviços pelos departamentos, órgãos e empresas do Estado. As instituições, no sentido amplo, seriam reformadas com o fim de oferecer serviços e produtos que o Estado teria de comprar. Esse princípio deverá introduzir reformas no *modus operandi* das instituições do Estado.

Associando-se os princípios "quem usa paga" ao que diz que o Estado agora irá adquirir no mercado os bens e serviços de que precisa, cria-se o princípio de que todos os serviços ofertados pelo Estado deverão ser inseridos na norma da orçamentação e recuperação de custos. Tudo que o Estado fizer deverá ser orçado, para que se saiba exatamente quanto custa cada coisa. Isso inclui ensino rural, no sentido amplo, assistência técnica, pesquisa, assessoria na formulação e condução da política agrícola e de comércio exterior.

## Reforma institucional

Outro princípio é o da instalação da concorrência, ou seja, o rompimento dos monopólios das instituições públicas na oferta de serviços e produtos ao

Estado. A oferta desses bens se processará doravante em bases competitivas. O Estado leiloará os recursos para a compra dos serviços onde estes forem ofertados pela melhor qualidade e pelo menor preço. Não há mais exclusividade de prestação de serviços. Se o setor privado oferecer serviço melhor, ganha e leva. Até subsídios poderão ser leiloados para instituições que prestarem melhores serviços e por eles cobrarem menos. O governo torna-se um cliente como qualquer outro e as instituições passam a ser fornecedoras como quaisquer outras. Em suma, o gasto público passa a ser orientado-para-o-produto e não para-os-órgãos.

O princípio da reestruturação deverá ser enunciado claramente: toda vez que uma instituição ou órgão público não puder mais resolver seus problemas administrativos, com métodos usuais de administração, será necessária a reestruturação de sua concepção e administração. Esse tipo de reforma envolve reorganização e realocação de recursos financeiros e humanos. No extremo desse sistema está considerar os setores, dentro das instituições, como unidades de negócio (o setor privado já pratica essa forma de organização). Trata-se de criar um ambiente empresarial, com flexibilidade financeira, para o desenvolvimento do que puder existir de instituições públicas.

Um princípio adicional: centralizar a produção de regulamentos. Para evitar a auto-regulamentação, e todos os males dela decorrentes, deveríamos centralizar a preparação dos regulamentos, portarias, propostas de medidas e programas em um órgão que tenha um forte treinamento e compromisso com um modelo do papel do Estado na intervenção na economia. O pluralismo de regulamentação, com critérios individuais e interesses paroquiais de cada instituição, gera "rendas econômicas" e benefícios para os que delas se apossam. A regulamentação deve passar por escrutínio e auditoria externa independente de um órgão isento. Subjacente a esse princípio há o da caça implacável a toda regulamentação que impeça a concorrência e cause a ineficiência e a perda de competitividade.

## A experiência com as reformas

A experiência em muitos países pode ser resumida em alguns poucos pontos: a) é possível fazer essas reformas; b) reformas abrangentes, completas, e com uma boa filosofia de princípios ganha credibilidade mais rápido do que se espera; c) uma vez iniciado o processo, as mentes se adaptam com mais rapidez do que se esperava; d) o grau de resistência é menor do que o previsto, apesar da fricção e dos sacrifícios com a realocação de pessoal; e) o período de tempo de implantação é um pouco maior do que o imaginado.

Mas há outras experiências importantes. Em primeiro lugar, a agricultura se beneficia muito mais das mudanças se souber antecipar e propor uma bem arquitetada seqüência de reformas. A desregulamentação dos mercados financeiros rurais e do mercado de trabalho é uma das primeiras exigências.[3]

**...não é mais sustentável o Estado dar com uma das mãos e tirar com a outra e, o que é pior, com subsídios evidentes e tributação disfarçada.**

Em segundo lugar, apesar das vantagens de uma reforma global, o apoio dos produtores, que é essencial no processo, pode ser conseguido com mudanças progressivas. O anúncio de um grande conjunto de reformas pode produzir resistências. No caso brasileiro, as reformas estão sendo feitas de modo progressivo, sem que a agricultura se dê conta de sua profundidade.

Em terceiro lugar, apesar de a agricultura se beneficiar muito mais quando todos os países fazem reformas no setor, a liberação comercial unilateral traz benefícios para o país que a adota. Entretanto, os benefícios serão muito maiores se forem feitas reformas internas importantes, tais como desregulamentação do mercado de transporte e dos mercados financeiros rurais.

Em quarto, os produtores ganharão mais auto-respeito se conseguirem não mais representar um fardo pesado no orçamento estatal. Se os produtores apresentarem um programa de reformas que elimine a sua dependência dos cofres públicos terão muito mais "moral" para cobrar medidas enérgicas de eliminação de subsídios e proteção em outros setores. No momento, o governo está anunciando uma regulamentação *antidumping* e nem sequer menciona os subsídios, quando os produtos agrícolas os têm, muito mais do que os produtos industriais sofrem *dumping*.

Finalmente, as experiências de outros países mostram que depois de uma rigorosa dieta de recursos públicos e de subsídios, a agricultura torna-se competitiva se os produtores puderem racionalizar seus custos. Os produtores que conseguiram vencer essa transição (ou travessia) foram os que conseguiram adequar suas estruturas de custos aos preços competitivos dos produtos importados. No Brasil, quem faz estudos de competitividade (no Mercosul, por exemplo) verifica que é impressionante como nossos produtores têm custos de capital tão fantasticamente elevados em relação aos competidores. Nossas estruturas de benfeitorias e itens de capital são de baixa competitividade. De fato, gastou-se muito com certas estruturas porquanto havia subsídio ao crédito: uma herança do passado.

[1] *Este artigo resume as experiências colhidas pelo autor no decurso de viagens de instrução para avaliar reformas estruturais na agricultura, depois da abertura e da estabilização, feitas no Chile, Uruguai, Equador, Colômbia, Nova Zelândia e Costa Rica. Resume também uma extensa literatura acerca das experiências colhidas nas reformas recém-realizadas em muitos países.*

[2] *Ver, por exemplo, uma discussão das reformas agrícolas no Brasil em* Lopes, *M. R. Reformas agrícolas: os custos dos ajustes parciais.* Conjuntura Econômica, 48 *(7): 25-9, jul. 1994. Para uma discussão dos custos das reformas de desregulamentação do comércio exterior, da extinção dos institutos de comercialização e das reformas de gastos públicos na agricultura, ver* Lopes, *M. R. Las reformas agrícolas en Brasil: una experiencia de costos elevados. Intervención en el Foro Nacional Agropecuario. Cartagena de Indias, Colômbia. 1-4 de junho de 1994. Seminário promovido pelo Ministério da Agricultura da Colômbia e pelo IICA.*

[3] *Uma reforma crucial é a do sistema financeiro rural. Competitividade, liberdade de entrada e saída são ingredientes indispensáveis para fazer baixar os* spreads *no crédito rural. Esse é um mercado do vendedor, com pouca competitividade e regras institucionalmente sancionadas pelo governo (em recente resolução, há um artigo que proíbe financiamentos rurais abaixo das taxas fixadas). A redução de* spreads, *que hoje supera 10 pontos percentuais, é difícil de ser conseguida. Quedas mais expressivas só ocorrerão quando o mercado for totalmente competitivo. Para tanto, é necessário iniciar logo a desregulamentação, com livre acesso ao mercado (banco cooperativo, por exemplo).*

# O agribusiness brasileiro e o próximo governo (1ª parte)

MARCOS SAWAYA JANK

Mais uma vez o "pacote agrícola" não será suficiente para financiar a safra, e sequer contará com os recursos anunciados com grande estardalhaço pelo governo. De fato, ele contém apenas uns poucos recursos "subsidiados" para pequenos produtores, o que os ajudará a subsistir na mesma dificuldade (para não dizer penúria) de sempre. À agricultura de mercado restará tomar os ainda improváveis empréstimos de TR + 11% ao ano, ou seja, procurar não tomar, e buscar o autofinanciamento como tem ocorrido nos anos recentes.

**O preço fixado pelo Estado deu lugar a um grande número de contratos "caso a caso"...**

E é só: mais uma vez "tapamos o sol com a peneira" mantendo um assistencialismo pouco eficiente em termos sociais e totalmente ineficiente em termos de geração de excedentes agrícolas para as grandes cidades e a exportação. Ou seja, mais uma vez adiamos as grandes reformas necessárias para consolidar a evidente vantagem competitiva do agribusiness na economia brasileira e mundial.

Ora, apesar de algumas lideranças ainda insistirem na viabilidade da velha política agrícola "paternalista", estando portanto permanentemente dependuradas no ministro da Agricultura de plantão, o fato concreto é que os mecanismos tradicionais de apoio à agricultura foram sepultados por um Estado falido, que não cuida sequer da educação, saúde e segurança de seus cidadãos. Assim, deixando o "pacote" de lado, pretendo aqui trazer algumas idéias concretas em relação às grandes mudanças hoje imprescindíveis para consolidar a produção brasileira de alimentos e fibras. Essas mudanças dizem respeito não só a um novo comportamento do setor público (qualquer que seja o próximo governo), mas também, e talvez principalmente, a um novo comportamento do setor privado.

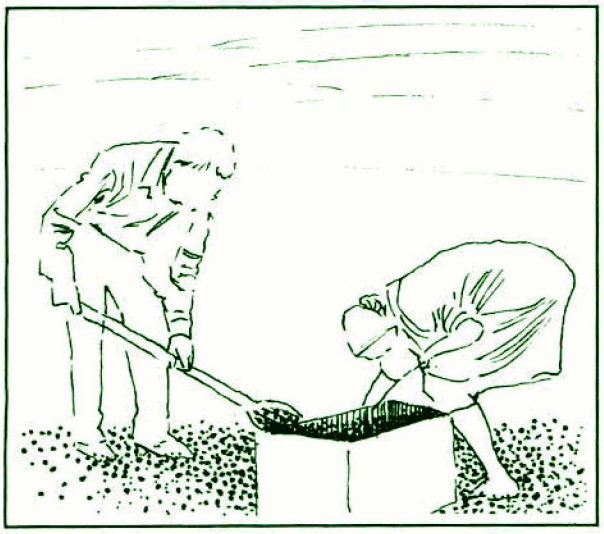
## O quadro atual

Ao contrário do que muita gente afirma, acredito que nos anos recentes algumas mudanças profundas ocorreram no setor agroindustrial brasileiro. A primeira delas é que o Estado, por absoluta falta de recursos, não pôde mais controlar a produção e os mercados agrícolas, numa reviravolta inédita na história brasileira. Os recursos para as políticas de crédito rural e preços mínimos reduziram-se a 20% do que eram 10 anos atrás. No lugar do forte dirigismo e controle do passado, surgiram novos mecanismos de financiamento e comercialização das safras, como a "compra antecipada" das agroindústrias, as trocas insumo-produto, os mecanismos informais de crédito e, daqui para a frente, os certificados de mercadorias, a cédula do produtor rural e as bolsas de mercados físicos e futuros.

Paralelamente, o Estado desmontou antigos e ineficientes órgãos reguladores de mercado, como o IAA (açúcar e álcool), o IBC (café) e o Citrin (trigo), ao mesmo tempo que reduziu drasticamente o controle sobre os preços da cesta básica. A principal conseqüência dessa "desregulamentação" é exatamente o "livre" funcionamento das forças do mercado, ou seja, o aparecimento de preços diferenciados pela concorrência local de compra e venda, pelos custos de frete e armazenagem, pelo volume individual de produção e, cada vez mais, pela qualidade dos produtos envolvidos. Ou, em outras palavras, o preço fixado pelo Estado deu lugar a uma enormidade de contratos "caso a caso", que apenas refletem o poder de negociação de uma agricultura dispersa frente a fortes oligopólios que se situam antes e depois da fazenda. E é notório que a dura realidade do "livre-mercado" faz com que a agricultura tenda a perder espaço em relação às indústrias que lhe são correlatas, sobretudo os produtores mais desorganizados, que não têm poder de negociação.

**...que apenas refletem o poder de negociação de uma agricultura dispersa.**

A segunda grande mudança é a rápida abertura econômica do país, representada pela queda da tarifa média de importação de 55% em 1987 para 14% hoje em dia. Essa abertura foi acompanhada pela integração do país ao Mercosul, onde três países reconhecidamente eficientes em produção agrícola (Argentina, Uruguai e Paraguai) colocarão livremente seus produtos no mercado brasileiro, com a tarifa aduaneira zerada já a partir de janeiro de 1995. A principal conseqüência da abertura econômica é o alinhamento dos preços internos e externos (um processo já bastante nítido), em de-



corrência da quase livre entrada de importações agrícolas, na maioria dos casos obrigando os produtores a concorrer com os pesados subsídios dos países ricos (exemplos do trigo, leite em pó, algodão, carne e outros). A integração regional, por sua vez, levará à livre concorrência entre os produtores agrícolas da região do Mercosul. Diversos estudos mostram, entretanto, que os parceiros do Mercosul impõem aos seus produtores uma menor carga de impostos, juros, encargos trabalhistas, inclusive concedendo incentivos governamentais à exportação (como no caso do *reintegro* argentino).

Os processos de abertura econômica e integração regional são, sem dúvida, muito positivos e estruturalmente importantes para o país neste momento. Entretanto, a meu ver eles têm sido conduzidos de forma atabalhoada pelo governo, levando, na prática, à quase destruição da produção (e do emprego) em setores estratégicos da agricultura, como o trigo e o algodão. Basta dizer que abrimos unilateralmente o mercado sem sequer negociar um melhor acesso para nossas exportações de suco de laranja, calçados, carnes e outros produtos. No Mercosul, estamos completando a abertura da fronteira sem harmonizar os níveis de inflação, impostos, juros, parte das tarifas e, sobretudo, sem qualquer definição conjunta sobre o mais traiçoeiro "preço" de uma economia aberta, que é a taxa de câmbio.

A terceira e última grande mudança é bem mais antiga, porém ainda não foi amplamente percebida pelo setor agroindustrial. Já há muito tempo a agricultura deixou de ser um setor isolado da economia (um setor "primário", como se dizia no passado), passando a constituir um dos elos fundamentais do chamado sistema de produção de alimentos e fibras (agribusiness), hoje sem dúvida a principal atividade produtiva do país. O equilíbrio deste sistema, ou melhor, a sua competitividade estrutural de longo prazo, depende hoje muito mais da estabilidade das políticas macroeconômicas (inflação, juros, impostos, câmbio) do que da velha política agrícola, da melhoria de uma série de outros setores que muita gente erroneamente não relaciona ao agribusiness (estradas, ferrovias, portos, energia etc.) e, acima de tudo, da eficiência econômica dos múltiplos contratos que se estabelecem entre os diversos elos do sistema.

Assim, a "guerra fiscal" entre os Estados, os injustos e pesados impostos cobrados na cesta básica (cuja revisão renderia inúmeras "campanhas contra a fome" e muito mais "carros populares"), a sobrevalorização do câmbio desde junho último, a ineficiência das estradas de ferro e portos, o fechamento de grandes frigoríficos de carne frente ao ambiente de sonegação generalizada, a manutenção de contratos de leite baseados no safrista de gado de corte e na importação do produto subsidiado são alguns dos inúmeros exemplos da "ineficiência estrutural" que impede a real competitividade do agribusiness brasileiro. Em muitos casos, a não-adoção de tecnologia pelo agricultor é uma conseqüência direta dessas distorções. Ou seja, a propalada "incompetência" do produtor em adotar pacotes tecnológicos freqüentemente apenas reflete a sua melhor alternativa de sobrevivência frente a políticas públicas e contratos que não estimulam qualidade, volume, produtividade, regularidade etc.

**A propalada "incompetência" do produtor em adotar pacotes tecnológicos freqüentemente apenas reflete sua melhor alternativa de sobrevivência frente a políticas públicas e contratos que não estimulam qualidade, volume, produtividade, regularidade etc.**

Uma vez desenhado o quadro atual do agribusiness brasileiro, no próximo número analisaremos o novo papel do Estado e as inevitáveis reformas a serem realizadas no futuro governo. Também será proposta uma nova forma de ação para o setor privado.

*Marcos Sawaya Jank, 31 anos, é engenheiro-agrônomo, M.Sc. em políticas agrícolas e comércio internacional e professor do Departamento de Economia e Sociologia Rural da Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz" (Esalq-USP).*

# Leite: a intervenção governamental deixou seqüelas

*Os preços recebidos pelos produtores brasileiros de leite* in natura *apresentam tendência acentuadamente baixista desde 1987. O preço do ano passado, um dos menores de toda a série, representa apenas 40% do verificado em 1975. Durante essa longa onda baixista, os pecuaristas têm enviado aos abatedouros um número elevado de fêmeas. Assim, seria natural imaginar que a produção de leite estivesse em queda ou, pelo menos, estagnada. Porém a realidade é outra: a quantidade produzida tem crescido e em ritmo acelerado. Entre 1970 e 1993, o aumento médio da produção brasileira foi de 4% ao ano. Mesmo na fase mais aguda da queda de preços, de 1987 em diante, a produção cresceu 3,4% ao ano.*

De fato, a situação presente da economia leiteira é bastante confusa. Os preços caem, a produção cresce e a disponibilidade *per capita* permanece muito baixa, assim como a produtividade do rebanho. O governo taxa pesadamente a produção e a comercialização de leite e de derivados; há forte movimento de concentração no ramo industrial do segmento e pesadas importações subsidiadas na origem, as quais contribuem para reduzir ainda mais o poder de barganha do produtor.

## Cinco décadas de controles

O preço do leite ao consumidor brasileiro esteve sob controle governamental, de forma direta ou indireta, ostensiva ou velada, por cinco décadas consecutivas. A suspensão do controle é relativamente recente. Em julho de 1990, foi eliminada a tutela aos preços ao produtor e, três meses depois, aos preços ao consumidor. Porém, somente em 1992, com a suspensão dos instrumentos de monitoramento, o segmento logrou praticar preços de fato livres.

Esse longo período de tempo explica boa parte dos entraves ainda vigentes a um desenvolvimento autônomo, principalmente na fase primária da produção leiteira. O recurso rotineiro ao tabelamento de preços, tão freqüente até o início dos anos 90, e a política de importação sistemática de leite com subsídio na origem são responsáveis diretos por uma das principais características da pecuária leiteira do Brasil: a baixa produtividade dos fatores de produção, a qual decorre do baixo retorno econômico historicamente verificado na atividade.

O rendimento físico do rebanho leiteiro obteve alguma melhoria mais expressiva no período recente. Entre 1986 e 1992, a produção média anual do rebanho cresceu de 1,97 para 2,22 litros/vaca/dia, um aumento de 2% ao ano. Mesmo assim, o rendimento médio no Brasil ainda está muito aquém do verificado em países onde a economia leiteira está mais estruturada. Por exemplo, o rendimento do rebanho argentino é três vezes maior do que o do Brasil; o da União Européia, 6,2 vezes maior e o do Japão, 8,2 vezes maior.

No Brasil, cerca de 80% dos produtores, conforme dados da Confederação Brasileira de Cooperativas de Laticínios (CBCL), obtêm até 5 litros/vaca/dia e respondem por 42% da produção. Outros 12% dos pecuaristas produzem entre 5 e 7 litros/vaca/dia, garantindo 24% da produção, e os 8% restantes, responsáveis por 34% da produção, obtêm índices acima de 7 litros/vaca/dia.

**Os preços caem, a produção cresce e a disponibilidade per capita e a produtividade do rebanho permanecem muito baixas.**

## Os desdobramentos da crise atual

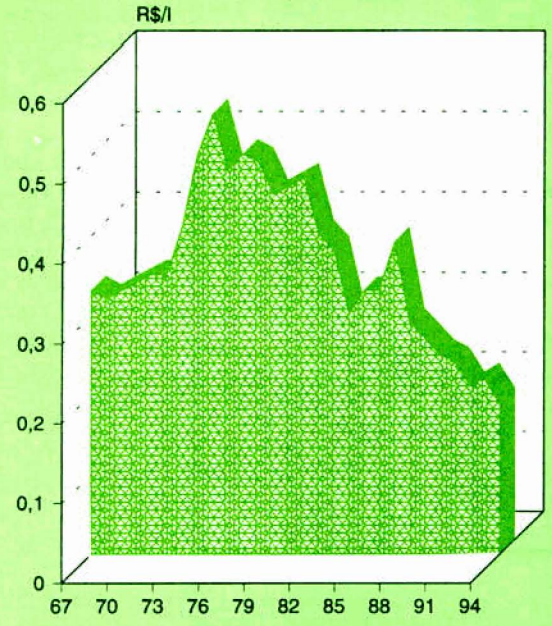
Os preços recebidos pelos produtores brasileiros de leite *in natura* apresentaram duas tendências principais nos últimos 28 anos, desde que a FGV iniciou sua pesquisa mensal de preços agrícolas (ver gráfico 1).

A primeira tendência vigorou entre 1967 e 1975. Nesse período, os preços subiram continuadamente, acumulando um ganho real de 66%. A partir de 1975, a remuneração média do produtor de leite percorreu caminho inverso. A despeito da relativa estabilidade, no início do período, e dos eventuais momentos de recuperação, como em 1987, a tendência baixista é predominante, acentuando-se após 1988. Nos últimos seis anos, os preços são os menores desde que foi iniciada a pesquisa da FGV. Já as estatísticas de abate de bovinos demonstram que o pecuarista vem enviando número elevado de fêmeas aos abatedouros desde 1988. Até aqui as estatísticas aparentam coerência. Os preços recebidos estão em queda livre há seis anos, e o pecuarista liquida as fêmeas menos produtivas de seu rebanho, enviando-as aos frigoríficos.

Tal coerência termina quando se observam os dados referentes à produção de leite *in natura* (ver gráfico 2). Apesar de tudo, a produção segue crescendo a taxas bas-

## Os preços caem...

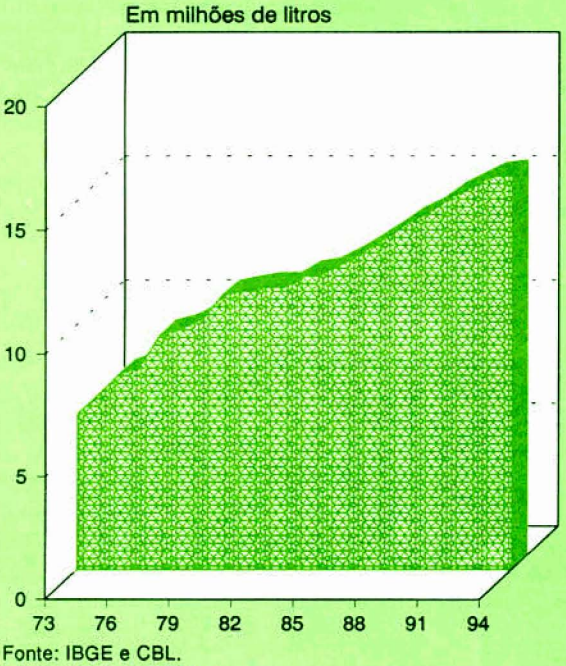
Brasil: preços recebidos pelos produtores — médias anuais




Fonte: FGV.
Obs.: 1994 — média do 1º semestre.

## ...e a produção sobe.

Brasil: produção de leite *in natura*




Fonte: IBGE e CBL.
Obs.: 1994 — estimativa.

tante razoáveis, inclusive acelerando no final dos anos 80, conforme o método estatístico de mensuração escolhido. Como explicar o comportamento aparentemente contraditório de variáveis tão obviamente relacionadas quanto preço e produção? A produtividade do rebanho aumentou nos anos recentes, mas não a ponto de compatibilizar tamanha retração de preços e expansão de produção. Da mesma forma, a produtividade da mão-de-obra rural tem tendência estatística de crescimento, no longo prazo, em razão da concentração urbana.

A aparente contradição entre as estatísticas de produção e preço só começa a se desfazer quando se desagregam as informações. É verdade que a produção global apresenta tendência firme de crescimento, mas está estagnada e até mesmo declinante nas bacias leiteiras tradicionais, situadas sobretudo no Sudeste.

A maioria das bacias leiteiras mais novas está localizada em regiões especializadas na produção de gado de corte, apresentando taxas expressivas de crescimento. Entre 1980 e 1991, a produção da região Norte cresceu 371%; em seguida aparecem o Centro-Oeste, cuja produção leiteira cresceu 52%, o Nordeste, onde o aumento ficou em 49%, e o Sul, com 32%. Em último lugar aparece o Sudeste — com 23% —, que reúne bacias leiteiras tradicionais e onde se concentra a maioria da produção nacional. Ou seja, os preços insatisfatórios não estimulam a realização de investimentos para uma produção maior nas bacias tradicionais. Por outro lado, a dificuldade e os custos da desmobilização de investimentos já realizados nessas estruturas produtivas mantêm a produção em patamar elevado, a despeito da conjuntura especialmente desfavorável.

**Como explicar o aparente comportamento contraditório de variáveis tão obviamente relacionadas quanto preço e produção?**

Já nas regiões novas, principalmente naquelas especializadas na produção de gado de corte, o custo efetivo da produção de leite acaba sendo menor, pois o negócio do pecuarista não é produzir leite, mas carne bovina. Como dizem os economistas, o produtor não-especializado em leite aceita um preço levemente superior a seu custo marginal. Vale dizer, um preço que cubra, com pequena sobra, as despesas diretas da produção.

### E por que os preços estão tão baixos?

A demanda por leite está fortemente reprimida e os níveis de consumo estão próximos aos do início dos anos 80, apesar do crescimento populacional. Em 1986, ano do Plano Cruzado, o consumo de leite saltou de um patamar de 16-17 milhões de litros/dia para cerca de 24 milhões de litros/dia. Em 1990, até mesmo os programas sociais que forneciam leite à população carente foram suspensos. Estima-se que esses fatores associados geraram um

excedente de produção de 2 bilhões de litros, ou 13% da produção.

Ainda assim, o país realiza importações não desprezíveis de produto subsidiado na origem. Essas importações em nada favorecem o consumidor urbano, ao contrário daquelas realizadas pelo governo nos anos 70 e 80. Obedecem, simplesmente, às estratégias das grandes empresas processadoras de leite, objetivando ampliar parcelas de mercado e reduzir o poder de barganha do produtor rural.

Como funciona esse processo? De forma relativamente simples, embora com graves conseqüências do ponto de vista da fase primária da economia leiteira. As grandes empresas processadoras importam leite em pó da União Européia (UE) ou dos EUA; essas importações são altamente subsidiadas e chegam ao Brasil a preço menor do que aquele pago ao produtor local. Em seguida, o leite em pó importado é reidratado e acaba por ocupar parte do mercado do pecuarista local. As demais empresas e cooperativas, na natural disputa por fornecedores de matéria-prima, adquirem leite acima de suas necessidades, transformando o excesso em leite em pó. Como a produção doméstica normalmente supera a demanda total, não existe mercado também para o leite em pó, que acaba sendo exportado. E como as cotações do mercado externo são fortemente influenciadas pelos subsídios praticados na UE e nos EUA, o leite em pó exportado pelo Brasil, na maioria das vezes, acarreta prejuízos às empresas exportadoras, que só recorrem a esse expediente em razão dos elevados custos internos de estocagem.

**A maioria das bacias leiteiras mais novas está localizada em regiões especializadas na produção de gado de corte.**

## Concentração no ramo industrial

Os anos 80 e 90 foram marcados por forte movimento de concentração de capital no segmento industrial de laticínios. Porém, a internacionalização do segmento é bem mais antiga. Os primeiros investimentos externos de vulto, conforme levantamento da CBCL, são a chegada da Nestlé, em 1921, do Leite Glória (Fleischman Royal), em 1960, e da Yakult, em 1968. Nos anos 70, desembarcaram no Brasil os investimentos dos grupos franceses Gervais (Danone) e Bongrain Gerard, da norte-americana Anderson Clayton e da italiana Parmalat.

A maior parte desses grupos concentrou investimentos nos segmentos de derivados de leite, buscando escapar do rigoroso controle de preços exercido, na época, pelo governo, no mercado de leite fluido. A presença do capital estrangeiro trouxe ao Brasil tecnologias sofisticadas de produção e mesmo novos produtos, quando o país ainda estava na era da "pipa-leiteira", um rudimentar caminhão-tanque, de pequeno porte, que vendia leite, de rua em rua, enchendo os mais diversos tipos de vasilhames trazidos pelos consumidores, nos anos 50. Além disso, essas empresas trouxeram tecnologias de comercialização de grandes mercados, até então desconhecidas por nossos laticínios e cooperativas locais. Detentores de tecnologia de ponta, de capital humano superior ao que era utilizado pelas empresas e cooperativas nacionais e com ambiciosos planos de investimento, não é de se estranhar que os grupos multinacionais tenham-se apropriado de parcela importante do mercado de processamento de leite *in natura*.

Foi nos anos 80 que o processo de concentração industrial se acirrou. Naturalmente, o processo desencadeou luta fratricida pela matéria-prima. Em conseqüência, unidades fabris foram instaladas em bacias leiteiras não-tradicionais e em pontos cada vez mais afastados dos grandes centros consumidores, o que inviabiliza novos investimentos na fase primária da atividade nas bacias tradicionais, onde está localizada boa parte dos laticínios domésticos.

**O capital estrangeiro trouxe ao Brasil tecnologias sofisticadas de produção, e mesmo produtos novos, quando o país ainda estava na era da "pipa-leiteira".**

Na luta pela matéria-prima, os grupos estrangeiros, bem como os laticínios nacionais de maior porte, recorrem, com freqüência e com resultados bem mais favoráveis do que as pequenas organizações locais, às importações de leite subsidiado na origem. Outra vez, a conseqüência é a prática de preços menores que os dos produtores tradicionais.

Por último, cabe lembrar a introdução recente do leite UHT, tipo longa vida, que vem ocupando espaço de mercado cada vez mais relevante. Em 1991, foram vendidos, no mercado nacional, 200 milhões de litros de leite longa vida e, no ano seguinte, o consumo duplicou.

O principal argumento de venda do leite longa vida é a praticidade de sua embalagem, cuja validade é de 180 dias, e o fato de dispensar fervura. Surpreendentemente, porém, as indústrias têm conseguido oferecer leite longa vida a preço igual ou inferior ao do leite comum, embalado em sacos plásticos, a despeito do custo maior da embalagem e da tributação ainda mais pesada.

Em princípio, o leite longa vida só conta, em termos de vantagens de custo, com os dispêndios menores na distribuição e as perdas quase nulas na comercialização. Mas é na captação da matéria-prima que o leite UHT tem conseguido vantagens expressivas em relação ao leite comum. A tecnologia de processo e de embalagem do leite longa vida permite a captação do leite *in natura* em pontos mais distantes das unidades de resfriamento, onde os preços praticados são significativamente menores do que nas bacias tradicionais, onde os processadores do leite comum, mais freqüentemente, se abastecem.

REGIS ALIMANDRO

## AVICULTURA DE CORTE

# Produção de carne de aves mantém crescimento

*A avicultura de corte brasileira prossegue em sua trilha de crescimento, impulsionada basicamente pela firme demanda no mercado interno, em face da maior atratividade de seus preços comparativamente aos da carne bovina.*

Para o ano de 1994, as previsões quanto ao total a ser produzido oscilam entre 3,3 e 3,4 milhões de toneladas (avanço médio da ordem de 7% frente ao obtido em 1993), o que deverá confirmar-se, dado o aumento de 7,3% registrado nos oito primeiros meses do ano. A sancionar esse crescimento, a razoável oferta de milho na temporada 1993/94 e a firmeza com que a demanda dessa carne vem se instalando nos cardápios, devido ao seu preço competitivo.

Em 1993, a produção de carne de frango foi da ordem de 3,1 milhões de toneladas, ou 9,4% a mais do que o obtido em 1992. Esse resultado confirmou as expectativas iniciais de que o desempenho da avicultura de corte repetirá o avanço anual registrado no exercício anterior. A diferença existente entre esses dois períodos referiu-se à utilização da capacidade produtiva disponível, que em 1992 foi de -10% e no ano passado diminuiu para -7,7%.

Estima-se que a participação da avicultura de corte como um todo no complexo cárneo brasileiro tenha sido de aproximadamente 38%, com a disponibilidade *per capita* da carne avícola tendo chegado a 18kg por ano.

Os preços reais recebidos pela ave viva no estado de São Paulo em 1993 foram, em média, praticamente iguais aos de 1992. Por sua vez, a lucratividade, que é tradicionalmente expressa pelo preço relativo frango/ração, declinou 5% no período, ficando em 1,62. Assim, a queda desse indicador se deu quase que unicamente pela valorização do preço da ração para a ave.

Segundo a Associação Brasileira dos Exportadores de Frangos (Abef), as exportações alcançaram 417 mil toneladas em 1993, ou 12,4% acima do resultado do exercício anterior. Também a arrecadação aumentou, tendo atingido US$463,6 milhões FOB, sendo que esse avanço de quase 8% deveu-se exclusivamente ao melhor desempenho das vendas da ave inteira em termos de quantidade exportada (ver tabela). De fato, o resultado global das vendas só não foi melhor devido à dificuldade dos exportadores brasileiros para atuar no lucrativo mercado europeu de ave em pedaços. Isto porque, durante o referido exercício, a União Européia modificou por três vezes o montante da sua sobretaxa aplicada ao produto brasileiro lá vendido: em fevereiro, este passou de 500 ECUs/t para 300 ECUs/t,

**As exportações se recuperaram no ano passado**

Brasil — exportações de carne avícola em 1984-93

| | Frango inteiro | | | Frango em partes | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| Anos | Quantidade (mil t) | Valor (US$ mil) | Preço médio (US$/t FOB) | Quantidade (t) | Valor (US$ mil) | Preço médio (US$/t FOB |
| 1984 | 255.689 | 225.689 | 882 | 31.805 | 43.478 | 1.367 |
| 1985 | 236.740 | 192.504 | 813 | 36.720 | 46.066 | 1.255 |
| 1986 | 180.724 | 157.477 | 871 | 44.439 | 63.495 | 1.429 |
| 1987 | 164.724 | 144.477 | 877 | 50.439 | 68.495 | 1.358 |
| 1988 | 164.000 | 130.000 | 788 | 72.000 | 95.000 | 1.326 |
| 1989 | 161.071 | 145.518 | 903 | 82.818 | 117.842 | 1.422 |
| 1990 | 209.567 | 191.802 | 915 | 89.651 | 127.963 | 1.427 |
| 1991 | 203.188 | 209.652 | 1.032 | 118.512 | 183.206 | 1.546 |
| 1992 | 232.114 | 230.006 | 991 | 139.606 | 200.104 | 1.433 |
| 1993 | 270.356 | 266.827 | 987 | 146.594 | 196.764 | 1.342 |

Fonte: Associação Brasileira de Exportadores de Frangos (Abef).

diminuindo para 200 ECUs em maio e duplicando para 400 ECUs/t em setembro. Essa penalização final representava, na data em que foi confirmada, cerca de US$473/t, ou 35% do preço médio anual recebido nas vendas de partes de aves.

Para 1994, a expectativa da Abef é de um incremento de 10% nas vendas (que alcançariam 450 mil toneladas), enquanto a arrecadação deverá aumentar cerca de 9%. Ao longo do primeiro semestre, as exportações de 239 mil toneladas foram 26% superiores às do mesmo período de 1993, enquanto a geração de divisas avançou 33%. Esses elevados percentuais encontram explicação no temor dos exportadores quanto à fixação do câmbio após o lançamento do Plano Real, o que os levou a antecipar os embarques: especificamente nos meses de maio a junho, o total vendido foi quase 40% maior do que o verificado no mesmo período de 1993.

A disputa pelos mercados estrangeiros compradores da commodity promete ser acirrada a curto e médio prazos. Segundo o Usda, a disponibilidade norte-americana de carne de frango para exportação (também altamente subsidiada, a exemplo da européia) deverá chegar a 1,06 milhão de toneladas em 1994 (contra 891 mil toneladas em 1993), com perspectiva de novo avanço de 4,5% em 1995.

IRENE RAGUENET TROCCOLI

## SUINOCULTURA

# Exportações se ressentem das barreiras impostas pela Argentina

*Enquanto não consegue dar maior impulso ao consumo interno, a suinocultura brasileira vem aproveitando o filão representado pela demanda argentina, dentro das condições preferenciais de comércio no Mercosul (ver tabela). Agora os produtores podem, ainda que de forma marginal, escoar parte da sua produção, já que o consumo brasileiro dos produtos derivados encontra-se estacionado há tempos.*

Por outro lado, surgiram dificuldades nessas vendas, pois a súbita e grande oferta brasileira junto ao mercado argentino em 1992 gerou reações protecionistas por parte dos criadores daquele país. Assim, o segmento exportador brasileiro de carne suína passou a ser duramente atingido por ações dos suinocultores platinos, que passaram a reclamar junto às suas autoridades em relação à concorrência, por eles considerada desleal, dos produtos do Brasil. O posterior argumento de que a existência de focos de febre aftosa no Paraná ameaçava o rebanho argentino levou aquelas autoridades a proibirem as compras de carne suína brasileira (muito embora trate-se na maior parte de carne desossada e, portanto, de produto sem o vírus daquela doença, que se instala na medula óssea).

Buscando conjugar os interesses de ambos os lados, o Brasil submeteu-se às exigências de que se vendesse apenas a carne desossada proveniente do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, além de dispensar tratamento térmico aos produtos industrializados. Presentemente, as indústrias brasileiras se comprometeram a limitar as vendas em troca da suspensão de eventuais medidas restritivas à entrada desse produto por parte do governo argentino.

**Carne suína**

Brasil — exportações por país de destino

| | | Quantidade (t) |
|---|---|---|
| Países | 1992 | 1993 |
| Argentina | 18.885,96 | 13.714,79 |
| Hong-Kong | 16.909,48 | 16.321,77 |
| Ilhas Canárias | 2.200,94 | 1.070,85 |
| Alemanha | 1.051,50 | 131,00 |
| Holanda | 1.014,30 | 229,00 |
| Suíça | 898,00 | 734,28 |
| Outros | 2.856,28 | 2.569,82 |
| Total | 43.816,46 | 34.771,50 |

| | | Valor (US$ mil) |
|---|---|---|
| Países | 1992 | 1993 |
| Argentina | 33.282,23 | 28.074,58 |
| Hong-Kong | 25.600,05 | 25.653,75 |
| Ilhas Canárias | 4.536,72 | 2.103,94 |
| Alemanha | 1.873,96 | 929,54 |
| Holanda | 1.963,89 | 460,99 |
| Suíça | 1.939,89 | 1.463,46 |
| Outros | 4.309,43 | 3.289,73 |
| Total | 73.506,17 | 61.975,99 |

Fonte: Associação Brasileira de Exportadores de Carne Suína (Abecs).

A partir dessas providências, surgiram previsões de que as vendas do produto ao exterior em 1994 possam avançar 10% em relação às 34,8 mil toneladas de 1993, aproximando-se do recorde de 44,5 mil toneladas obtido em 1992. Para esse otimismo certamente colaborou a notícia de que haveria a possibilidade de retomar as vendas à União Européia (interrompidas desde a década de 70), a partir de uma avaliação *in loco* das condições do rebanho sulista livre da febre aftosa, por parte de missão de técnicos europeus.

**...o segmento exportador brasileiro de carne suína passou a ser duramente atingido por ações dos suinocultores platinos...**

No entanto, os resultados relativos ao primeiro semestre aparentemente descartam essa possibilidade: vendeu-se um total de 12,5 mil toneladas (ou 30% a menos do que no mesmo período do ano passado), a preço médio 4,2% inferior no comparativo.

Por outro lado, há evidências de que a produção interna do atual exercício pouco deverá diferir das 1,25 milhão de toneladas registradas em 1993, quando se fechou um ciclo de oito anos no qual a produção desse alimento oscilou entre um mínimo de 950 mil toneladas (em 1989) e um máximo de 1,25 milhão (em 1992).

Quanto à lucratividade, no primeiro semestre do ano o preço relativo suíno/milho na região Sul foi, em média, da ordem de 6,5, contra 7,6 observado no mesmo período de 1993. No comparativo desses dois períodos, houve queda real nos preços de ambos os produtos, embora de grandezas diferentes: enquanto a cotação do suíno decresceu 22%, a do milho contraiu-se 11%.

Especificamente em termos do ano passado, a atividade enfrentou outro problema além daquele tradicionalmente representado pelo baixo consumo e pelas dificuldades nas exportações: o encarecimento do principal insumo, o milho.

Os criadores tiveram que conviver com aumentos acentuados no preço do cereal, embora o quadro de oferta e demanda desse insumo tenha sido relativamente folgado. Passaram, portanto, a embutir avanços reais nas variações dos preços da carne, de modo a manterem sua margem de lucro, no que foram ajudados pela redução na oferta de animais para abate. A título de exemplo, no terceiro trimestre do ano, época de temperaturas mais baixas e de conseqüente aumento sazonal da procura por essa carne, foi abatido sob inspeção federal, na região Sul do país, um número de cabeças 7% menor do que no mesmo período de 1992. Não foi por outro motivo que a média anual do preço real do suíno vivo para abate recebido na região Sul foi cerca de 9% superior à de 1992. Já as exportações foram de 34,8 mil toneladas em 1993 (a quase totalidade constituindo-se de cortes), tendo gerado arrecadação de US$61 milhões FOB. Em quantidade, esse resultado foi 22% menor do que em 1992, muito embora o preço da tonelada FOB tenha avançado 13% no período.

**...há evidências de que a produção interna do atual exercício pouco deverá diferir das 1,25 milhão de toneladas registradas em 1995.**

IRENE RAGUENET TROCCOLI

## SUCO DE LARANJA

# Exportações menores em 1994/95

*Dada a importância cada vez maior da citricultura brasileira na formação dos preços do mercado internacional do suco de laranja, as estatísticas referentes ao desempenho dessa cultura têm sido acompanhadas com especial interesse.*

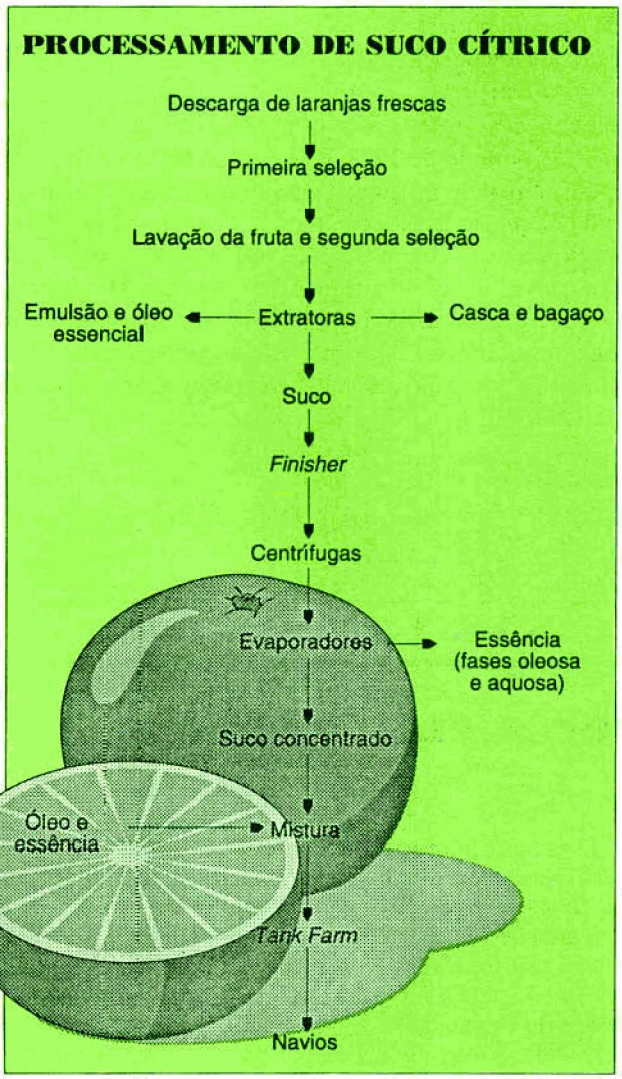
De acordo com dados recentes da Associação Brasileira de Exportadores de Cítricos (Abecitrus), a safra de laranja 1994/95 deverá somar 302 milhões de caixas, com as exportações do suco concentrado oscilando entre 930 mil e 950 mil toneladas (cerca de 12% a menos do que em 1993/94), obtidas a partir do esmagamento de 242 milhões de caixas da fruta (quase 3% a menos do que em 1993/94). A novidade fica por conta da maior produção

esperada de frutos temporãos, destinados ao consumo *in natura*, que deve aumentar 5% em relação ao observado em 1993/94.

O setor citrícola brasileiro espera ansiosamente a diminuição, determinada pelo Gatt, de 15% nos impostos de importação para o suco, a ser distribuída ao longo de seis anos e que deve se iniciar em 1-1-1995 (portanto, antes de julho próximo, conforme determinação anterior). Além disso, pleiteia a extinção do ICMS sobre a exportação do suco.

A cada meio de ano retomam-se as conversações entre citricultores e indústrias, para definir as bases da comercialização da safra seguinte (julho/junho). No que se refere à temporada 1994/95, discutiu-se principalmente a abertura das planilhas de custos das indústrias, reivindicação feita pelos citricultores como forma de se debaterem os preços pagos internamente pela fruta. Dessa forma, os produtores visariam a uma maior transparência quanto ao cálculo de sua remuneração, tradicionalmente atrelada à média das cotações do suco concentrado na Bolsa de Nova Iorque.

A contra-argumentação dos industriais foi de que tal pleito não procede, porque, desde o ano passado, vigora o sistema de preços mínimos para a fruta, como forma de evitar a dependência das oscilações registradas no preço do suco naquela bolsa, após o ocorrido quando do fechamento da temporada 1992/93.




Naquele ano-safra, a produção da fruta em São Paulo alcançou 307 milhões de caixas, segundo o Instituto de Economia Agrícola (IEA), ou 20% acima da quantidade de 1991/92. Por sua vez, a colheita norte-americana chegou a 186 milhões de caixas, constituindo-se na segunda maior produção daquele país.

**Desde 1993 vigora o sistema de preços mínimos para a fruta, como forma de evitar a dependência das oscilações registrada no preço do suco na Bolsa de Nova Iorque.**

Dado que ambas as produções definem a tendência do mercado internacional do suco, a conjugação não podia deixar de derrubar as cotações da bebida. Além disso o Usda previa que as importações norte-americanas do suco em 1992/93 seriam 31% menores do que as 203.500t adquiridas em 1991/92, pois a fruta colhida na Flórida (estado responsável por 95% da produção daquele país) deveria apresentar rendimento superior ao inicialmente previsto.

Tal panorama gerou uma expectativa pessimista quanto ao preço final projetado para a laranja, agravada pelo fato de parte dos citricultores já ter recebido adiantamento médio das indústrias da ordem de US$1,50 a caixa. Temia-se a repetição do quadro observado em 1990/91, quando o diferencial entre o adiantamento e o preço final transformou os produtores em devedores da indústria à base de US$0,94 a caixa.

De fato, o preço final de US$0,34 a caixa foi o mais baixo já registrado pela citricultura brasileira, deixando em má situação o conjunto dos produtores também porque o custo de produção da fruta fora calculado em US$1,80 a caixa.

Essa situação esdrúxula fez com que, em fins de agosto do ano passado, os citricultores e as indústrias assinassem acordo inédito, no sentido de fixar um preço mínimo para a comercialização da safra, através de três modalidades diferentes de contrato. No caso do contrato para quatro safras, garantiu-se ao produtor o pagamento acumulado de US$5,2 a caixa (de 1992/93 a 1995/96), subentendendo preço médio de US$1,3 a caixa a cada safra. Além disso, ficou definido que, se a soma dos preços médios finais quando do término do contrato ficasse abaixo do valor garantido, os produtores não ressarciriam a diferença às indústrias. Assim, procurou-se chegar a um denominador comum entre as partes interessadas, de maneira a garantir não só a sobrevivência dos citricultores como também o ritmo da indústria (ver quadro).

A exportação de suco concentrado alcançou novo recorde de 1,068 milhão de toneladas em 1992/93. Por sua vez, o preço médio foi o mais baixo da história da citricultura brasileira: da ordem de US$657 por tonelada FOB.

IRENE RAGUENET TROCCOLI

## TRIGO

# Mais uma safra fracassada

*As geadas de junho e julho prejudicaram a safra deste ano, estimando-se que, no Paraná, tenham atingido cerca de 30% dos trigais em fase delicada de desenvolvimento. As estimativas de perdas, porém, são ainda precárias, oscilando em torno de 18% da produção paranaense. Mesmo assim, o mercado interno não apresentou maiores variações de preços, pois os moinhos estavam bem abastecidos até o mês de agosto.*

A triticultura ainda é uma das atividades mais importantes da agricultura do Sul do país, embora em anos recentes tenha encolhido substancialmente. Durante décadas, teve participação do Estado, o que levou o consumo do trigo até regiões em que o cereal não podia ser cultivado.

O Fundo de Desenvolvimento do Trigo, criado pela Fecotrigo em 1967 com recursos próprios, e o Centro Nacional de Pesquisa de Trigo, da Embrapa, de 1974, são os antecessores diretos do plano feito no governo Geisel visando à auto-suficiência brasileira na produção. A triticultura já vinha merecendo atenção governamental desde 1944 (instalação do Serviço de Expansão do Trigo) e do Banco do Brasil, que acabou por administrá-la, a partir de 1967.

Como resultado desse processo, iniciou-se — e não se soube como encerrá-lo — um subsídio ao consumo, que superou amplamente os recursos dedicados a subsidiar a produção. O plano mencionado foi, de fato, mais uma declaração de intenções, mas o esforço da Embrapa fez com que a lavoura se adaptasse melhor às condições do país e se expandisse. Finalmente, em 1987, obteve-se safra superior a 6 milhões de toneladas e a auto-suficiência parecia próxima (ver tabela). A partir de então, começou o encolhimento da extensão dos trigais e o país retornou à posição de um dos maiores importadores mundiais. Essa situação, é claro, agravou-se depois de 1991, quando começou a terminar o monopsônio exercido pelo Banco do Brasil. A abertura do mercado brasileiro levou então a importações da Argentina, escalonadas desde os protocolos de integração assinados pelos ex-presidentes Sarney e Alfonsín, e de produto subsidiado de diversas origens. Este último, aliás, é fonte de controvérsias com os fornecedores platinos, que curiosamente têm custo de produção naturalmente baixo, mas vendem ao Brasil por preços compatíveis com os do mercado mundial.

**Brasil — produção de trigo — 1967-93**

| Anos | Área colhida (ha) | Produção (t) | Rendimento físico médio (kg/ha) |
|---|---|---|---|
| 1967 | 830.869 | 629.301 | 757 |
| 1968 | 970.125 | 856.170 | 882 |
| 1969 | 1.407.115 | 1.373.691 | 976 |
| 1970 | 1.895.249 | 1.844.263 | 973 |
| 1971 | 2.268.926 | 2.011.334 | 886 |
| 1972 | 2.319.955 | 982.901 | 424 |
| 1973 | 1.839.391 | 2.031.338 | 1.104 |
| 1974 | 2.471.150 | 2.858.530 | 1.157 |
| 1975 | 2.931.508 | 1.788.180 | 610 |
| 1976 | 3.593.891 | 3.215.745 | 908 |
| 1977 | 3.153.333 | 2.066.039 | 655 |
| 1978 | 2.811.139 | 2.690.888 | 957 |
| 1979 | 3.830.544 | 2.926.764 | 764 |
| 1980 | 3.122.107 | 2.701.613 | 865 |
| 1981 | 1.920.142 | 2.209.631 | 1.151 |
| 1982 | 2.827.929 | 1.826.945 | 646 |
| 1983 | 1.879.078 | 2.236.700 | 1.190 |
| 1984 | 1.741.673 | 1.983.157 | 1.139 |
| 1985 | 2.676.725 | 4.320.267 | 1.614 |
| 1986 | 3.864.255 | 5.689.680 | 1.462 |
| 1987 | 3.445.897 | 6.034.586 | 1.746 |
| 1988 | 3.467.556 | 5.737.971 | 1.655 |
| 1989 | 3.281.416 | 5.552.841 | 1.692 |
| 1990 | 2.680.989 | 3.093.791 | 1.154 |
| 1991 | 2.049.461 | 2.916.823 | 1.423 |
| 1992 | 1.955.621 | 2.795.598 | 1.429 |
| 1993 | 1.491.430 | 2.201.343 | 1.476 |

Fonte: IBGE.

A safra de 1993, que está ajudando a abastecer o país este ano, foi fraca, estimada pelo IBGE em 2,2 milhões de toneladas, frente ao consumo previsto 6,5-7 milhões. Diante do mau resultado esperado, vinham sendo feitas pressões da área produtora, no sentido de que o governo federal interviesse de alguma forma, para apoiar o subsetor. Em outubro de 1993, redigiu-se o Programa de Recuperação da Triticultura Nacional, que ficou meses sem resposta. Apenas em fins de março deste ano, foi anun-

ciado um plano plurianual, cujo texto integral não foi divulgado, mas que procura encampar as reivindicações, elevando, por exemplo, a alíquota do imposto de importação de 10% para 17%, entre 15 de setembro e 31 de janeiro, e aplicando tributação compensatória igual ao subsídio detectado nas compras do exterior. Essa é uma questão especialmente sensível, pois as lideranças do meio rural apontam o equívoco de se ter aberto o mercado às importações, sem se ter avaliado o porte dos subsídios concedidos aos alimentos nos países desenvolvidos.

**A partir de 1987, a extensão dos trigais começou a encolher e o país retornou à posição de um dos maiores importadores mundiais.**

A classificação do produto também foi modificada, passando a contemplar quatro classes de qualidade (comum, intermediária, superior e melhorada). Cada classe se subdivide em três tipos (1, com peso hectolítrico 78; 2, com PH 75, e 3, com PH 72). O tipo 2, intermediário, teve o preço mínimo fixado em CR$90.620/t, em 1º de março de 1994, e a classe superior terá um ágio de 15%. O trigo de PH 70 e 71, inferior, teve seu preço fixado em 0,439490 Uref/kg. Os preços devem ser convertidos em Uref (Unidade de Referência Rural Agroindustrial) e corrigidos no primeiro dia de cada quinzena.

Essas medidas foram divulgadas tardiamente para a safra hoje no campo e não afetaram seu plantio. Espera-se que venham a surtir efeito apenas no ano que vem. Também para incentivar um período de novo desenvolvimento para a triticultura, a Associação Brasileira de Agribusiness (Abag) procurou iniciar campanha de difusão de informações sobre o que vem ocorrendo com as importações do cereal, comprovadamente subsidiado no hemisfério norte, que afetam todo um grande complexo agroindustrial brasileiro, acirrando a controvérsia entre os triticultores locais e o parque moageiro. Registre-se que o grande mercado comprador brasileiro tem provocado disputas entre os vendedores, notadamente argentinos, canadenses e norte-americanos. Só no início de agosto, representantes dos EUA e do Canadá chegaram a acordo — considerado ainda insatisfatório — quanto a seus próprios problemas na comercialização do trigo. Definiram as exportações canadenses para seu vizinho do Sul — e associado no Nafta — sem modificarem, contudo, a situação do subsídio canadense, que era a reclamação norte-americana. No caso brasileiro, o cuidado com a imposição das tarifas compensatórias é considerado de extrema importância pelas lideranças do meio rural.

FERNANDO ROBERTO DE FREITAS ALMEIDA

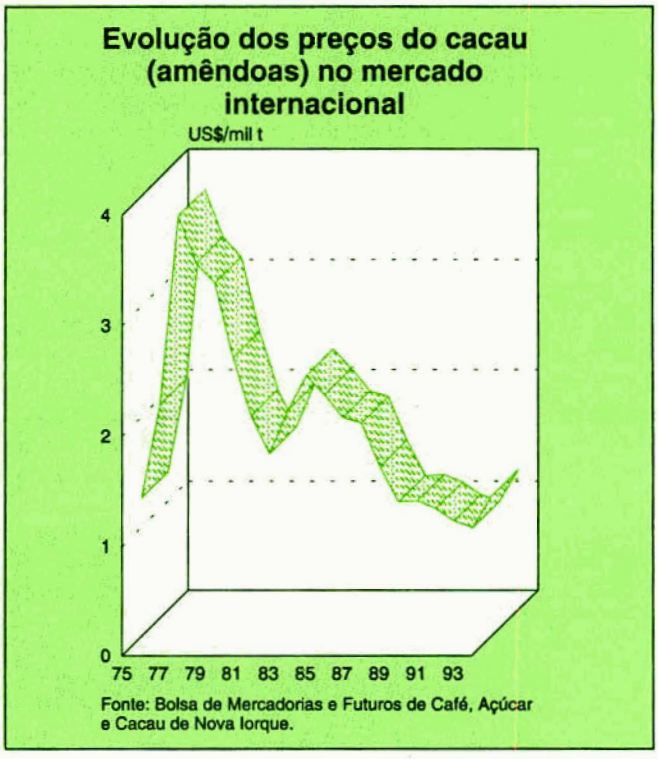
## CACAU

# Déficit de produção — preços em elevação

*Ao iniciar-se o ano de 1994, a cacauicultura brasileira e a internacional vislumbraram uma lenta, mas contínua, recuperação nos preços da commodity (ver gráfico).*

O principal fator do aumento dos preços foi a projeção de junho da Organização Internacional do Cacau (OICC) para a próxima safra mundial — o terceiro ano consecutivo de déficit de produção, que deverá ficar em 102 mil toneladas.

Como destaque, apareceram a expectativa de aumento do consumo global baseado no crescimento das importações de cacau em amêndoas e derivados, principalmente o chocolate, por países da ex-URSS e a estatística de recuperação do processamento do cacau em amêndoas em grandes países como Holanda, Costa do Marfim, Federação Russa e Inglaterra. Para a safra 1993/94, as estimativas da OICC indicam uma redução de 12 mil toneladas em relação à estimativa anterior, caindo para 2,54 milhões de toneladas, mas ficando ainda acima da produção de



2,47 milhões. Dessa forma e de acordo com o balanço de oferta e demanda mundiais, ao final do período 1993/94 os estoques globais deverão declinar para 1,37 milhão de toneladas, o que equivale a 54% ou cerca de seis meses e meio do consumo total.

Como fatores de grande relevância para o soerguimento dos preços estão também a formulação do novo acordo internacional — que substitui o anterior, em vigor desde 1986 até setembro de 1993 — e a iniciativa da Costa do Marfim, maior país produtor, de suspender as negociações de cacau de baixa qualidade, tanto interna quanto externamente, retirando do mercado mundial quantidade substancial do produto da safra 1992/93.

O novo acordo foi negociado em junho de 1993, na Conferência de Negociações em Genebra, sendo assinado pelo Brasil em fevereiro deste ano. Irá vigorar durante cinco anos, com cláusulas para duas extensões anuais. Seu principal enfoque será a administração da produção e a canalização do consumo, ao invés de utilizar o esquema de estoque de segurança, *buffer stock*, para regularizar os preços mundiais do mercado. Concomitantemente e de forma a minimizar os baixos preços, o estoque remanescente de 231 mil toneladas será liquidado nos próximos quatro anos e meio em liberações mensais, perfazendo uma média de 51 mil toneladas por ano.

**O excesso de oferta de cacau no mercado externo ao longo de uma década e o aumento contínuo dos estoques mundiais provocaram uma pressão baixista nas cotações.**

O excesso de oferta de cacau no mercado externo ao longo de uma década e o aumento contínuo dos estoques mundiais provocaram uma pressão baixista nas cotações, tanto externa quanto internamente, o que colaborou para a desestruturação da cultura no país. Entretanto, o refreamento do complexo agroindustrial do cacau não foi resultado só dos fatores depressivos no mercado mundial no que se refere aos preços. Deveu-se a um ciclo sucessivo de reduções de produção efetivamente prejudicado por adversidades climáticas, aliado a crédito escasso e aumento dos custos de produção. Desestimulados com essa situação, os cacauicultores foram gradativamente limitando o manejo adequado de fertilizantes e tratos fitossanitários com o uso de tecnologia baseada em insumos modernos, o que gerou um declínio na produtividade e dificultou o combate à podridão parda, doença que se alastra com alto índice de umidade, e à vassoura-de-bruxa, fungo que chegou às lavouras do sul da Bahia em 1989, destruindo folhas, galhos e frutos.

Na cacauicultura brasileira, o reflexo dos baixos preços recebidos pelos agricultores é a queda do rendimento médio agrícola. Segundo estimativas do IBGE, o rendimento caiu de 595kg/ha, em 1989, para 472kg/ha, em 1993. No ano passado, a produção de cacau em amêndoas ficou em 345.989t para uma área colhida de 732.803ha.

Na Bahia, maior estado produtor, começou em maio a apanha da safra temporã de 1993/94 e perdura até setembro. A falta de chuvas no período de "bilração", fase de formação dos "bilros" (pequenos frutos), incorreu no "peco fisiológico" que é o amarelecimento dos frutos antes de atingirem o tamanho ideal, mumificando em seguida. Os cacauais também estão sendo prejudicados pela vassoura-de-bruxa, que voltou a ser motivo de grande preocupação. Os municípios mais atingidos foram Camacã e Uruçuca. Dessa forma, a safra temporã deverá ficar aquém do esperado, com uma perda de 30%, segundo a Comissão do Comércio de Cacau do Brasil (Comcauba). Até a terceira semana de julho, a colheita alcançava 947.925 sacas de 60kg, quando no mesmo período do ano passado havia sido de 1.394.573 sacas. Já a safra principal, com a colheita encerrada em abril, foi bastante castigada pela seca que atingiu a região Nordeste, de novembro do ano passado até o início deste ano. O reduzido volume pluviométrico e a baixa umidade relativa do ar influíram na qualidade, com os frutos apresentando pequenas dimensões, mas também inibiram a propagação da podridão parda.

**O novo acordo foi negociado em junho de 1993, na Conferência de Negociações em Genebra.**

Apesar da perda de qualidade, a safra total baiana deverá ser superior à passada em 13%, chegando a 4,8 milhões de sacas de 60kg, segundo estimativas da Comcauba, elaboradas no mês de junho.

Segundo a Coordenadoria Técnica de Intercâmbio Comercial, as exportações de cacau voltaram a ter melhor *performance* no ano passado, com um volume de 95.495,55t — 13% acima do total exportado no ano anterior — e receita de US$97.640.261 — 17% superior ao faturado no mesmo período do ano antecedente. O preço médio obtido ficou em US$1.022,46/t, quando, em 1992, foi de US$991,34/t.

VIRGINIA CARDOSO WANICK VIEIRA

# Evolução da safra 1993/94

*Os fatores climáticos influíram sobremaneira em 1993/94 nos rendimentos agrícola e industrial da cana-de-açúcar, tanto na região Centro-Sul quanto na Norte-Nordeste. A produção nacional de 215,93 milhões de toneladas foi ligeiramente inferior à da safra anterior, que chegou a 224,58 milhões, segundo dados da Secretaria de Desenvolvimento Regional.*

A redução de 3,9% deveu-se basicamente à seca que prejudicou as plantações na região Norte-Nordeste no decorrer da colheita. Em contrapartida, as condições climatológicas na região Centro-Sul favoreceram um bom desenvolvimento da cana-de-açúcar, proporcionando um elevado teor de sacarose.

Na região Norte-Nordeste, a apanha ficou em 33 milhões de toneladas (-31%), uma das menores colheitas nos últimos anos, ao passo que na região Centro-Sul a safra atingiu o recorde de 182,93 milhões (+10%). As cooperativas da região já prevêem para a próxima safra um

**Produção e consumo aparente de açúcar**

Safra 1993/94 — sacas de 50kg

| Regiões e unidades da Federação | Produção efetiva | % do autorizado | Mercado externo | Mercado interno |
|---|---|---|---|---|
| Norte-Nordeste | 46.360.451 | 86,19 | 12.331.994 | 23.383.143 |
| Alagoas | 21.358.031 | 97,30 | 5.255.206 | 11.001.823 |
| Bahia | 1.707.000 | 79,40 | 0 | 1.694.274 |
| Ceará | 246.970 | 41,16 | 0 | 243.080 |
| Maranhão | 243.160 | 60,79 | 0 | 138.150 |
| Pará | 62.044 | 103,41 | 0 | 61.818 |
| Paraíba | 571.449 | 28,57 | 63.742 | 478.049 |
| Pernambuco | 19.952.039 | 86,92 | 6.736.959 | 8.474.073 |
| Rio Grande do Norte | 1.511.768 | 71,99 | 276.087 | 924.102 |
| Sergipe | 707.990 | 44,95 | 0 | 367.774 |
| Centro-Sul | 140.433.691 | 108,03 | 33.291.925 | 112.058.027 |
| Espírito Santo | 755.592 | 94,45 | 0 | 689.068 |
| Goiás | 3.058.424 | 122,34 | 0 | 3.052.438 |
| Minas Gerais | 8.146.646 | 101,83 | 440.080 | 8.361.956 |
| Mato Grosso do Sul | 1.470.091 | 122,51 | 692.000 | 777.939 |
| Mato Grosso | 2.272.957 | 160,07 | 1.080 | 2.260.318 |
| Paraná | 6.102.962 | 96,87 | 0 | 5.997.989 |
| Rio de Janeiro | 7.038.086 | 97,75 | 0 | 6.823.274 |
| Santa Catarina | 578.669 | 100,81 | 2.031.527 | 606.581 |
| São Paulo | 111.010.264 | 108,83 | 30.127.238 | 83.488.464 |
| Brasil | 186.794.142 | 101,64 | 45.623.929 | 135.441.170 |

Fonte: Secretaria de Desenvolvimento Regional — Ministério da Integração Regional.

crescimento de 5% baseado também em condições climáticas favoráveis.

No tocante à produção de açúcar, a região Norte-Nordeste alcançou somente 86,19% do autorizado no plano de safra, refletindo as perdas sofridas nos canaviais durante a prolongada estiagem. A produção de álcool também ficou bastante aquém do autorizado, chegando a atingir quase que somente metade do previsto no plano.

Já na região Centro-Sul do país, a maior produtora, a fabricação de açúcar ficou 8% acima do total estipulado pelo governo, o que mostra que houve bom rendimento industrial em face do aumento do teor de sacarose verificado naquela safra. No que concerne à destilação do álcool, o volume produzido ficou abaixo do previsto no plano de safra, atingindo 10,4 bilhões de litros, que equivalem a 97,1% do autorizado (ver tabela).

Deve-se levar em conta, entretanto, que este não foi o único fator a contribuir para o incremento da produção de açúcar. Outro aspecto de grande relevância foi o aquecimento das cotações do produto no mercado internacional, incentivando a transformação da matéria-prima em açúcar, em detrimento do álcool. A região Centro-Sul teve sua cota de exportações aumentada e, dessa forma, pôde participar com maior presença nas vendas externas.

**Outro aspecto de grande relevância foi o aquecimento das cotações do produto no mercado internacional, incentivando a transformação da matéria-prima em açúcar, e não em álcool.**

Em nível nacional, a produção de álcool hidratado ficou em 8,8 bilhões de litros (90,52% do autorizado) e a de anidro, em 2,5 bilhões (91,62% do autorizado).

As exportações de açúcar foram um negócio bastante atrativo para o país no ano passado. O volume exportado em demerara alcançou 727.326t (+6,5%) e receita de US$195,791 mil (+16%), em cristal standard, 1.377.693t (+108%) e US$346,842 mil (+115%) e em refinado, 874.925t (+6%) e US$230,025 mil (+8%), respectivamente.

O quadro de firmeza nas cotações externas da commodity vem impulsionando as usinas nacionais a fabricarem, na safra 1994/95 agora em curso, novamente uma quantidade maior de açúcar em relação à destilação de álcool.

A trajetória dos preços do açúcar no mercado internacional é ascendente, devido basicamente à redução do nível atual dos estoques mundiais. Segundo as estimativas do Departamento Americano de Agricultura para o mês de junho, os estoques finais de açúcar do período 1993/94 ficaram em 18,21 milhões de toneladas, caindo abaixo da média de 20 milhões de toneladas pela primeira vez desde 1988/89. Ainda conforme esse levantamento, a produção mundial de açúcar para o próximo período, 1994/95 (setembro/agosto), deverá ser de 116,30 milhões de toneladas e o consumo, de 116,09 milhões, revertendo-se, dessa forma, a tendência de déficit de produção que despontava no início do ano. Com base nesses dados, este será o primeiro ano em que o consumo não ultrapassará a produção desde 1991/92.

**As exportações de açúcar foram um negócio bastante atrativo para o país no ano passado.**

Do total da produção, 77,67 milhões de toneladas provirão da cana-de-açúcar, 6,7% acima do fabricado no ano anterior, o que indica um recorde de área colhida de 13 milhões de hectares, e a recuperação dos índices de sacarose. Dentre os países produtores de açúcar de cana, espera-se recuperação nas produções do Brasil, Índia, África do Sul, Tailândia e Austrália.

O Brasil deverá apresentar um crescimento de 5,1%, chegando a 10,4 milhões de toneladas, devido basicamente ao ótimo desenvolvimento dos canaviais da região Centro-Sul e da progressiva recuperação dos danos causados pela seca na região Norte-Nordeste. A produção de açúcar na Índia poderá aumentar cerca de 16,6%, atingindo 14,4 milhões de toneladas, em função do aumento dos preços da cana-de-açúcar. A maior disponibilidade de cana possibilitará o aumento da produção de açúcar industrializado, em detrimento da produção de açúcar não-centrifugado (artesanal). Na África do Sul e na Tailândia, haverá recuperação nas plantações, que foram bastante prejudicadas por dois períodos de estiagem, ficando as respectivas produções em 1,7 milhão de toneladas, com um incremento de 36,7%, e em 4,4 milhões, um crescimento de 10%.

A projeção do recorde mundial de consumo no volume de 116,09 milhões de toneladas será reforçada pelo aumento da demanda na União Européia, Argentina, Irã e em alguns países da Ásia, principalmente Japão, Coréia do Sul e Paquistão.

VIRGINIA CARDOSO WANICK VIEIRA

# Importações de polpa afetam a produção

*Em novembro encerra-se a colheita do tomate rasteiro, destinado a abastecer a indústria de derivados. A demanda industrial de matéria-prima está estimada em 1 milhão de toneladas anuais, segundo as empresas. As últimas previsões do IBGE indicam uma produção em torno de 768 mil toneladas, concentrada nos estados de São Paulo, Pernambuco e Goiás. Portanto as importações de polpa em 1994 também deverão alcançar volume significativo, a exemplo do que vem ocorrendo nos últimos anos.*

No ano passado, a produção líquida de conservas alimentícias registrou uma expansão de 4% em relação a 1992, totalizando, segundo a Associação Brasileira das Indústrias de Alimentação (Abia), cerca de 312 mil toneladas. Desse total, cerca de 60% correspondem a derivados de tomate, 27% a frutas e 13% a vegetais diversos. Em 1993 foram produzidas cerca de 187 mil toneladas de processados de tomate, das quais a maior quantidade corresponde ao extrato concentrado, cuja produção líquida anual média está estimada em 100-110 mil toneladas.

**O grau de subordinação do setor primário a indústrias é tão elevado que alguns chegam a comparar esse modelo a uma forma de assalariamento.**

O setor agroindustrial do tomate não é verticalizado, ou seja, as lavouras não pertencem à indústria, mas sim a terceiros que entregam a matéria-prima às fábricas, mediante contrato antecipado de compra e venda. Mas o grau de subordinação do setor primário ao capital industrial nessa integração é tão elevado que alguns pesquisadores chegaram a considerar que esse modelo de vinculação não passaria de uma forma de assalariamento. De fato, no caso do tomate, a relação produtor/indústria alcança um raro grau de intimidade, no qual o produtor se submete integralmente às exigências da indústria e ao mesmo tempo não possui um forte poder de barganha ao negociar a sua própria remuneração.

Em décadas passadas a produção de tomate para o esmagamento apresentou notável dinamismo, impulsionado pela indústria, que se encarregou de transferir tecnologia para o setor.

Vale lembrar que o tomate para o esmagamento é plantado no sistema rasteiro, ou seja, a lavoura não é conduzida com tutores, como ocorre com o tomate de mesa, cujo preço de comercialização é maior, devido ao custo de produção também maior. A partir de meados da década de 80, houve certa euforia com relação à produção no vale do rio São Francisco, para onde a indústria resolvera se deslocar, rompendo a tradicional predominância do estado de São Paulo no cenário produtivo. Várias foram as razões para essa transferência, mas o fato é que, após um período de apogeu, a produção no Nordeste também começou a declinar, sobretudo devido a práticas culturais inadequadas, que favoreceram a disseminação de uma praga que se tornou o principal fator limitante da cultura na região.

**Polpa de tomate**
Brasil — importações — 1988-94

| Anos | Quantidade (kg) | Valor (US$) |
|---|---|---|
| 1988 | 376 | 686 |
| 1989 | 3.274.578 | 4.170 |
| 1990 | 30.436.020 | 34.572.274 |
| 1991 | 17.559.051 | 14.764.219 |
| 1992 | 32.565.976 | 35.935.137 |
| 1993 | 31.635.814 | 31.573.281 |
| 1994[1] | 12.399.830 | 14.153.448 |

Fonte: Secretaria de Comércio Exterior.
[1] Janeiro a junho de 1994.

Na busca de novas regiões para expansão, a indústria voltou-se para o cerrado, fomentando a produção em algumas regiões específicas em Minas Gerais e na Bahia. Ao mesmo tempo, mudanças importantes na estratégia para aquisição de matéria-prima tiveram novamente efeitos no setor produtivo, dessa vez limitando o seu crescimento. No início dos anos 90, acordos bilaterais de comércio com países da América do Sul provocaram um incremento nas importações de polpa, matéria-prima básica da indústria. Os preços muito competitivos das polpas argentina e chilena, agregados à redução das alíquotas de importação prevista nos acordos comerciais mantidos com aqueles países, fizeram com que a indústria incorporasse as compras externas à sua estratégia de aquisição de matéria-prima, afetando negativamente a produção interna (ver tabela).

Para se ter uma idéia, considerando que, numa conversão grosseira, uma parte de polpa 30-32° Brix corresponda a oito partes do produto *in natura*, então uma importação de 31 mil toneladas de polpa, que foi o total verificado em 1993, representa 248 mil toneladas de tomate rasteiro que deixaram de ser produzidas internamente. Tal quantidade corresponde a mais de 1/4 da produção nacional do ano passado ou a safra inteira do estado de Pernambuco, atualmente o maior produtor.

Em 1993, a produção total de tomate (mesa e industrial) alcançou 2,3 milhões de toneladas, desempenho praticamente equivalente ao de 1991. Desse total, 33% corresponderam ao produto destinado ao esmagamento. A retração do mercado doméstico de derivados e as dificuldades já mencionadas da produção explicam o resultado da safra do tipo industrial, aquém do comportamento histórico e muito inferior ao recorde de 1988.

ELIANA CONDE B. L. VIGLIO

## UVA

# Prossegue a reconversão

*A viticultura brasileira é um dos subsetores da agricultura que maior preocupação demonstrou com o Mercosul. Considerando-se que mais de 80% dos vinhedos gaúchos têm menos de cinco hectares e poucas possibilidades de competição, segundo analistas da área, buscou-se incentivar a substituição da atividade por outras, de frutíferas diversas de clima temperado. Essa idéia foi consubstanciada no Programa de Reestruturação e Desenvolvimento da Vitivinicultura do Rio Grande do Sul (Provitis) assinado em 25 de janeiro de 1993. O Provitis terá duração de um qüinqüênio e será mantido por um fundo constituído por dotações orçamentárias dos governos municipais, estaduais e federal, do setor privado e de órgãos de fomento nacionais e estrangeiros.*

Também podem ser destacadas as iniciativas da Companhia Vinícola Aurora, maior empresa da viticultura, que encaminhou seus projetos de diversificação e reconversão ao BNDES e à Inter-American Investiment Corporation. Com eles, a companhia pretende substituir progressivamente a produção do vinho comum pelo suco de uva e acelerar a reconversão (troca por outras frutíferas).

A produção e a área da uva no Brasil pouco se têm alterado nos anos recentes. No qüinqüênio, a menor área colhida foi a de 1990, com 58.663ha, e a maior foi a de 1993, com 60.071ha. A maior produção também se deu em 1990, totalizando 804,8 mil toneladas, e a menor ocorreu em 1991, apenas 648 mil.

Na safra colhida no início deste ano, o inverno colaborou com os agricultores, pois a planta necessita de período superior a 400 horas de frio inferior a 10°C. Além do frio, o ar esteve seco e apenas a precipitação de granizo, em setembro de 1993, em Bento Gonçalves, foi apontada como fator negativo. No que se refere ao mercado, porém, costumam-se considerar negativas as negociações prolongadas em torno da definição do preço de comercialização, que se iniciaram em outubro de 1993. Começaram com a reivindicação de CR$49,00/kg para a uva comum, de 15 graus glucométricos, com a indústria oferecendo CR$40,00/kg (a Conab o definiu em CR$38,50/kg, a partir dos custos de produção). Foi decidido que ficaria em CR$40,00/kg, válido a partir de 1º de janeiro de 1994, com correção quinzenal, pela variação da TR.

Os problemas mais sérios com o clima da safra colhida este ano só se manifestaram justamente durante a colheita gaúcha (responsável por mais de 70% do total do país), quando choveu muito na região da Serra. Isso reduziu o teor de açúcar nas frutas, o que prejudica a vinificação. As uvas de variedades precoces, porém, tiveram bom desenvolvimento e se espera que os vinhos brancos deste ano sejam de boa qualidade. Apenas as viníferas finas tardias apresentaram problemas qualitativos. Em termos de quantidade, calculava-se que a safra colhida até abril se reduzisse em até 15%, mas o resultado final foi bem melhor, com apenas 2% de perdas no Rio Grande do Sul.

No total do país, a produção aumentou 1,7%, de acordo com o IBGE.

Quanto à safra a ser colhida em 1994, a primeira sob a vigência do Mercosul, o clima frio do atual inverno foi favorável. De acordo com informações do Centro Nacional de Pesquisas de Uva e Vinho, da Embrapa, o inverno deste ano esteve dentro da normalidade e apresentou as características necessárias a uma cultura perene de folhas caducas, como é o parreiral. O mês de agosto, porém, foi muito seco, apresentando por vezes temperaturas elevadas. Isso fez com que variedades precoces, em regiões mais quentes da Serra Gaúcha, antecipassem a vegetação (iniciaram a brota), o que vem provocando falta de uniformidade nas lavouras. De qualquer modo, como ainda está-se iniciando o ciclo vegetativo, não é possível definir a repercussão sobre o produto a ser colhido no início de 1995.

FERNANDO ROBERTO DE FREITAS ALMEIDA

## CAFÉ

# São Pedro, o grande estrategista

*Nos últimos dois séculos, os fenômenos climáticos, com destaque absoluto para as geadas no Brasil, periodicamente solucionaram crises de superprodução de café. Acordos entre países produtores e consumidores, tentativas de entendimento entre exportadores e até queima de estoques atenuaram os efeitos da grande oferta. Mas, na hora H, foram as geadas no Brasil que se encarregaram de ajustar a produção superdimensionada ao nível efetivo da demanda, provocando, é claro, significativo aumento das cotações.*

### E desta vez, será a mesma coisa?

É evidente que o produtor que possuir café no armazém ou o que estiver localizado em regiões não atingidas pelas geadas terá muitas oportunidades de realizar ótimos negócios. Calcula-se que, em 1994, as regiões não prejudicadas pelas geadas produzam 10 milhões de sacas de 60kg. Considerando apenas essas regiões, a alta dos preços propiciou aos detentores dos estoques um ganho extra potencial de US$600 milhões a 900 milhões. Esse ganho será bem maior, caso se considere a produção total de 1994, ou o aumento da produtividade, em 1995, que certamente acontecerá nas regiões não prejudicadas pelas geadas em virtude dos melhores tratos culturais viabilizados pelos preços mais remuneradores.

Quem possui café estocado ou áreas produtivas preservadas obviamente está em ótima situação. Aliás, como sempre esteve, em momentos como o de agora. O que não é nada óbvio, porém, é prever o futuro da cafeicultura brasileira após as geadas de 1994, cujos efeitos estão sendo agravados em virtude da seca que atinge o Centro-Sul do país.

### Finalmente, o ajuste da oferta

Logo após a suspensão das cláusulas econômicas do Acordo Internacional de Café (AIC), alguns analistas calculavam em dois a três anos o período necessário à normalização do mercado. Foi necessário, porém, um espaço de tempo ainda maior, basicamente porque os principais países exportadores — exceto o Brasil — insistiram além do previsto na estratégia de ampliação de suas fatias de mercado, mesmo à custa de pesados subsídios.

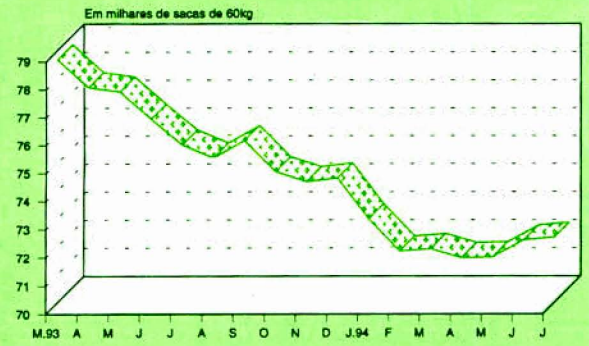
A disputa por espaços de mercado acabou por transferir para os países consumidores, a preços extremamente baixos, parcela expressiva dos estoques oficiais e privados dos países produtores (ver gráfico 1). E, regra antiga do mercado de café, quanto maior a disponibilidade do produto já transferido para os portos consumidores, maior a pressão baixista sobre os preços.

**Algumas prefeituras tentaram estimular o plantio de novas áreas. Esbarraram em uma dificuldade de ordem prática: a falta de mudas de café.**

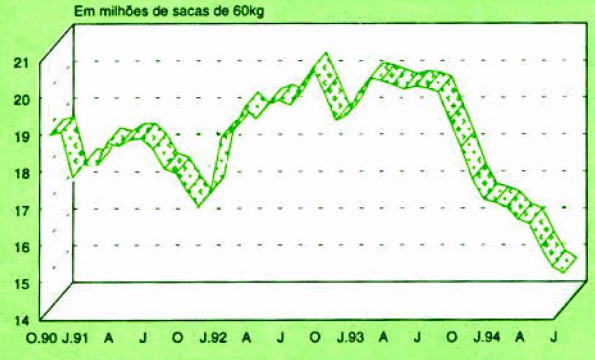
Durante o segundo semestre do ano passado, os estoques dos países consumidores finalmente começaram a dar sinais de queda continuada. Essa informação, associada às estatísticas de redução das exportações totais, tornou mais seguras as indicações de que a recuperação dos preços se avizinhava (ver gráfico 2).

Em paralelo, as negociações com vistas à formação da Associação dos Países Produtores de Café (APPC) evoluíam razoavelmente. Por iniciativa de lideranças do segmento, as autoridades governamentais brasileiras finalmente aceitaram dialogar com os representantes dos demais países produtores de forma conseqüente. Em outubro de 1993, entrou em vigor o programa de retenção de parcelas das exportações dos países filiados à APPC. O programa foi implantado de forma precária. Ainda assim o mercado logrou melhoras e, rapidamente,

**Exportações de café verde e solúvel para todos os destinos**
(países-membros da OIC)




**Café verde: estoques nos países consumidores**




Fonte: Febec.

as cotações atingiram o patamar correspondente ao da suspensão do regime de retenções.

## E julho chegou, vieram as geadas e as cotações explodiram...

Até a entrada em comercialização efetiva das safras dos países centro-americanos (novembro e dezembro), o Brasil permanecerá na confortável posição de único fornecedor mundial de quantidades maiores no mercado disponível.

Por isso, até mesmo a revisão para maior da estimativa do Usda, relativa à produção de 1994, atuará em sentido positivo. O relatório do Departamento de Agricultura dos EUA, que prevê uma quebra na safra de 1995 da ordem de 40% em razão das geadas, apresenta também uma revisão, de 23,5 milhões de sacas para 26 milhões, em relação à quantidade colhida em 1994. Esse dado, em princípio baixista, poderá azeitar um pouco os negócios no Brasil nas próximas semanas.

A questão que permanece na mesa — e que deverá dominar os debates ainda por bom tempo — refere-se ao *status* que será conferido à cafeicultura brasileira nos anos vindouros. O Brasil certamente seguirá sendo um importante país produtor, até porque, apenas para suprir o mercado doméstico são necessárias cerca de 10 milhões de sacas anuais. Será, porém, capaz de preservar sua posição de principal exportador mundial?

As regiões mais intensamente prejudicadas foram justamente as produtoras dos cafés de melhor qualidade. Os produtores vêm de um período relativamente longo de vacas magras. Mesmo aqueles que resolverem apostar novamente no café encontrarão dificuldades. Especialistas calculam que o custo de implantação de um hectare de café, o qual só dará os primeiros frutos três anos depois, está em torno de US$1.500. Algumas prefeituras tentaram estimular o plantio de novas áreas; esbarraram, porém, em uma dificuldade de ordem prática: a disponibilidade de mudas de café é extremamente restrita, em razão da pouca atratividade recente da implantação de cafezais.

Os principais países concorrentes enfrentam problemas semelhantes. Porém, as áreas de produção estão em condições de alavancar imediatamente os níveis de produção. Os fundos de apoio à cafeicultura, a maioria exaurida pelo longo período de guerra de preços, estão organizacionalmente preservados.

Não há garantia alguma de que o Brasil venha a superar mais essa crise, preservando sua posição de líder mundial do mercado de café.

Esse fato, por outro lado, poderá estimular algumas iniciativas com vistas a diferenciar o café brasileiro no exterior. "*Descomoditizar* o café" — esse é um neologismo cada vez mais comum nas principais regiões de produção. São iniciativas, muitas já em estágio de implementação, que visam a obter um café de ótima qualidade, formando *blends* normalmente associados à região produtora, e a comunicar esse fato ao consumidor final. Há também iniciativas de comercializar o café brasileiro no exterior com marca própria.

É um grande desafio. O *marketing* de café verde da Colômbia fez o consumidor associar qualidade ao café colombiano. Comercializar café brasileiro com marca própria no exterior esbarra nos interesses das poderosas empresas torrefadoras internacionais. Além disso, a política comercial do café, ao longo das décadas de intervenção governamental, levou o produtor a se colocar de costas para o mercado. Mas é com a obtenção de café de primeira qualidade, com o uso adequado dos instrumentos de *marketing* e com os olhos voltados para os desejos dos consumidores que o café brasileiro poderá recuperar espaços importantes no mercado internacional.

REGIS ALIMANDRO

# ÍNDICE FGV/ABAG (IABAG) 1994

**Resultados de agosto de 1994**

| Discriminação | Variação % | Ponderação | Influência | |
|---|---|---|---|---|
| | | | Iabag | IGP-DI |
| Total do mês | 8,57 | 100,00 | 100,00 | 84,26 |
| Itens do IPA-DI | 12,15 | 61,55 | 87,24 | 73,50 |
| Alimentação | 18,93 | 28,64 | 63,28 | 53,32 |
| Matéria-prima bruta | 6,24 | 32,91 | 23,96 | 20,19 |
| Algodão arbóreo | 2,06 | 0,15 | 0,04 | 0,03 |
| Algodão herbáceo | 20,46 | 1,17 | 2,80 | 2,36 |
| Amendoim | –3,98 | 0,11 | –0,05 | –0,04 |
| Arroz em casca | 0,40 | 2,39 | 0,11 | 0,10 |
| Aves | –3,14 | 2,14 | –0,79 | –0,66 |
| Babaçu | 4,71 | 0,08 | 0,04 | 0,04 |
| Borracha hévea | 0,00 | 0,14 | 0,00 | 0,00 |
| Bovinos | 7,86 | 7,04 | 6,46 | 5,44 |
| Cacau | 7,55 | 0,66 | 0,58 | 0,49 |
| Café em coco | 2,11 | 5,08 | 1,25 | 1,05 |
| Cana-de-açúcar | 22,13 | 4,51 | 11,65 | 9,82 |
| Cevada | 17,97 | 0,05 | 0,10 | 0,08 |
| Erva-mate (bruta) | –0,32 | 0,04 | 0,00 | 0,00 |
| Fumo em folha | 20,67 | 0,43 | 1,03 | 0,86 |
| Juta | 9,11 | 0,03 | 0,04 | 0,03 |
| Leite *in natura* | 3,87 | 3,63 | 1,64 | 1,38 |
| Malva | –0,08 | 0,05 | 0,00 | 0,00 |
| Soja | –2,83 | 1,95 | –0,64 | –0,54 |
| Suínos | 0,93 | 1,07 | 0,12 | 0,10 |
| Trigo | –1,61 | 2,18 | –0,41 | –0,34 |
| Itens do IPC-BR | 2,84 | 38,45 | 12,76 | 10,75 |
| Alimentação | 3,23 | 35,33 | 13,30 | 11,21 |
| Gêneros alimentícios | 3,37 | 31,00 | 12,20 | 10,28 |
| Adoçantes | –7,49 | 0,86 | –0,75 | –0,63 |
| Arroz e feijão | –3,20 | 1,51 | –0,56 | –0,47 |
| Aves e ovos | –3,67 | 1,54 | –0,66 | –0,56 |
| Bebidas não-alcoólicas | –1,94 | 2,09 | –0,47 | –0,40 |
| Carne bovina | 2,23 | 2,65 | 0,69 | 0,58 |
| Carne suína | 0,56 | 0,14 | 0,01 | 0,01 |
| Carnes e peixes industrializados | –6,01 | 1,78 | –1,25 | –1,05 |
| Condimentos | –5,11 | 1,16 | –0,69 | –0,58 |
| Doces e chocolates | –4,02 | 0,77 | –0,36 | –0,31 |
| Frutas | 36,63 | 2,63 | 11,26 | 9,48 |
| Hortaliças | 18,18 | 3,96 | 8,40 | 7,08 |
| Laticínios | –2,94 | 4,48 | –1,54 | –1,29 |
| Massas e farinhas | –5,92 | 1,15 | –0,80 | –0,67 |
| Óleos e gorduras | –3,72 | 1,06 | –0,46 | –0,39 |
| Outros gêneros alimentícios | –4,27 | 0,30 | –0,15 | –0,13 |
| Panificados | –3,35 | 3,48 | –1,36 | –1,14 |
| Pescado | 10,10 | 0,80 | 0,94 | 0,79 |
| Enlatados e conservas | –0,56 | 0,63 | –0,04 | –0,03 |
| Alimentação fora | 2,18 | 4,33 | 1,10 | 0,93 |
| Bebidas alcoólicas e fumo | –1,49 | 3,12 | –0,54 | –0,46 |

## IABAG x IGP-DI

De janeiro a agosto, a variação acumulada do IABAG alcançou 1.187,4%, resultado que supera em 17,3% o do IGP-DI (1.012,4%). Essas taxas acumuladas, que se encontravam bem próximas há apenas dois meses (em junho — IABAG 784% e IGP-DI 763% — diferença de 2,8%), passaram a se distanciar sensivelmente a partir de julho, quando se verificou expressiva discrepância entre as taxas mensais ( IGP-DI, alta de 24,7% e IABAG de 34,1%), comportamento repetido em agosto; nesse mês o IGP-DI teve elevação de 3,3% e o IABAG de 8,6%.

Os produtos que exerceram maior influência sobre o IABAG de agosto, conforme pode ser visto na tabela, foram cana-de-açúcar, com alta de 22,1%, frutas (36,6%) e hortaliças (18,2%). Em julho, as hortaliças haviam sido o segundo produto em influência no IABAG e a cana-de-açúcar o terceiro.

## IPA x IPA-ALI

Na confrontação entre o IPA e o IPA-Gêneros Alimentícios, em termos acumulados janeiro/agosto, observa-se que o IPA-ALI, com 1.257,0% de aumento, superou o IPA (955,4%) pela significativa margem de 31,6%. A ampliação da diferença em apenas dois meses (em junho era de 2,2%, passando a 14,3% em julho) revela o quanto as taxas mensais do IPA-Gêneros Alimentícios superaram aquelas referentes ao IPA como um todo. Em julho a diferença havia ficado em 12,8 pontos percentuais, e em agosto foi de 14,5 pontos (IPA 4,4% e IPA-ALI 18,9%).

## IPC x IPC-ALI

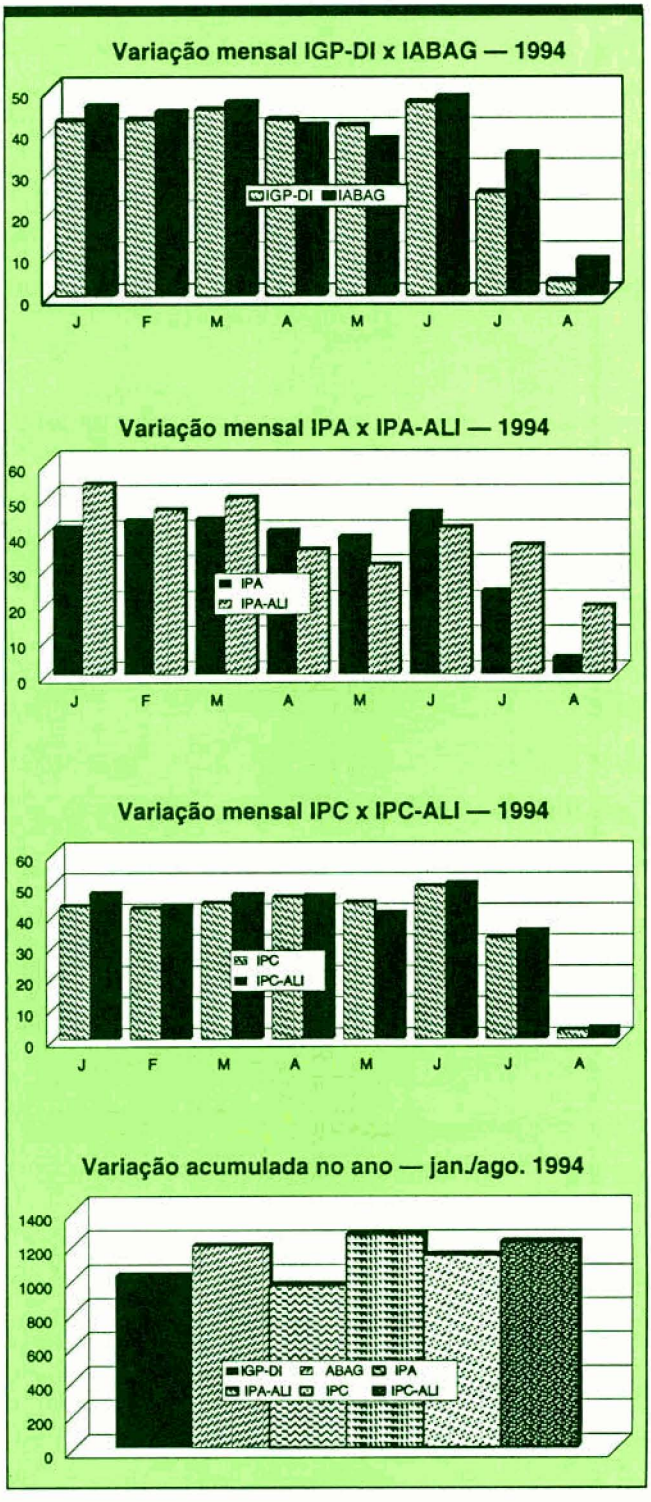
Enquanto a variação acumulada do IPC no período janeiro/agosto alcançava 1.132,3%, a do IPC-Alimentação chegava a 1.210,2%. A diferença entre ambas (6,2% em julho) não se alterou significativamente (passou para 6,9% em agosto), uma vez que as taxas mensais estiveram bem mais próximas uma da outra, em comparação com os índices anteriores; em agosto o IPC teve alta de 2,6% e o IPC-ALI de 3,2%.

## IABAG — Estrutura

Constam da composição do IABAG itens pertencentes ao Índice de Preços por Atacado — Disponibilidade Interna (IPA-DI) e ao Índice de Preços ao Consumidor (IPC). Em termos de grandes grupos de produtos, os itens integrantes do IPA-DI dividem-se entre Alimentação, que em agosto exerceu influência de 63,3% sobre o IABAG, e Matérias-Primas Brutas (influência de 24,0% em agosto). Os produtos e serviços do IPC classificam-se em Alimentação, composta por Gêneros Alimentícios (influência de 12,2% em agosto no IABAG) e Alimentação Fora (influência de 1,1% no mesmo mês), e há ainda Bebidas Alcoólicas e Fumo, cuja influência foi negativa, o que significa redução de preços.

A ponderação, ou seja, a importância relativa dos diversos componentes do IABAG, consta da tabela, e a influência de cada um no índice, que também pode ser observada na tabela, resulta da conjugação de seu peso e da variação de preço ocorrida no mês.

RUBENS ABDELHAY




## IABAG

*O índice FGV-ABAG vem sendo calculado desde setembro de 1993 como resultado do convênio mantido entre a Fundação Getulio Vargas e a Associação Brasileira de Agribusiness. O índice procura avaliar o impacto dos produtos semiprocessados, processados e* in natura *de origem agrícola, no atacado e no varejo, sobre a inflação. A definição da metodologia de cálculo contou com a colaboração da Gerência de Planejamento e Estudos Econômicos da Agroceres.*

# Produção

Segundo as estimativas mais recentes do IBGE, a produção de cereais, leguminosas e oleaginosas aumentou 8,8% em relação ao ano anterior. Do total de lavouras pesquisadas, as que mais se destacaram foram feijão segunda safra (68,09%), algodão herbáceo (18,91%) e cana-de-açúcar (14,54%).

O feijão continua a sobressair-se com um incremento de 34,47% em relação ao ano anterior, considerando-se as três safras. Entretanto, a que mais cresceu foi a segunda safra. O algodão herbáceo foi beneficiado, na região Nordeste, pelas condições climáticas favoráveis e pela expansão da área de cultivo e, nas regiões Sudeste e Sul, pelo bom desempenho da cultura, suplantando o efeito negativo da retração da área plantada. A cana-de-açúcar permanece em evidência, mostrando crescimento da produção, especialmente na região Centro-Sul, que se encontra em plena safra.

**Produção anual das lavouras (em 1.000t)**

| Discriminação | 1990 | 1991 | 1992 | 1993 | 1994* |
|---|---|---|---|---|---|
| Algodão em caroço | 1.813 | 2.076 | 1.876 | 1.134 | 1.359 |
| arbóreo | 38 | 39 | 22 | 8 | 19 |
| herbáceo | 1.783 | 2.038 | 1.863 | 1.126 | 1.340 |
| Amendoim em casca | 137 | 139 | 171 | 150 | 159 |
| Arroz em casca | 7.419 | 9.496 | 9.962 | 10.143 | 10.644 |
| Banana | 550 | 553 | 561 | 559 | 591 |
| Batata-inglesa | 2.219 | 2.265 | 2.421 | 2.359 | 2.427 |
| 1ª safra | | | 1.406 | 1.285 | 1.325 |
| 2ª safra | | | 699 | 724 | 768 |
| 3ª safra | | | 317 | 350 | 334 |
| Cacau | 355 | 320 | 328 | 340 | 346 |
| Café em coco | 2.926 | 3.051 | 2.587 | 2.555 | 2.613 |
| Cana-de-açúcar | 262.605 | 260.839 | 271.432 | 244.303 | 279.822 |
| Cebola | 887 | 879 | 886 | 917 | 1.000 |
| Feijão em grão | 2.219 | 2.749 | 2.795 | 2.432 | 3.334 |
| 1ª safra | | | 1.553 | 1.343 | 1.635 |
| 2ª safra | | | 1.019 | 808 | 1.434 |
| 3ª safra | | | 228 | 281 | 265 |
| Fumo em folha | 444 | 413 | 577 | 657 | 542 |
| Laranja | 87.531 | 94.512 | 98.286 | 93.822 | 93.234 |
| Mandioca | 24.285 | 24.531 | 21.918 | 21.911 | 24.058 |
| Milho em grão | 21.341 | 23.739 | 30.557 | 30.065 | 32.216 |
| 1ª safra | | | 29.096 | 27.799 | 29.904 |
| 2ª safra | | | 1.460 | 2.266 | 2.312 |
| Pimenta-do-reino | 75 | 84 | 33 | 41 | 36 |
| Soja em grão | 19.888 | 14.938 | 19.185 | 22.694 | 24.855 |
| Tomate | 2.255 | 2.339 | 2.133 | 2.340 | 2.519 |
| Trigo em grão | 3.093 | 2.921 | 2.796 | 2.201 | 2.372 |
| Uva | 786 | 618 | 799 | 786 | 793 |
| Abacaxi | 736 | 779 | 809 | 818 | 990 |
| Alho | 71 | 85 | 78 | 87 | 92 |
| Aveia em grão | 178 | 228 | 295 | 261 | 325 |
| Castanha de caju | 108 | 186 | 108 | 62 | 197 |
| Centeio em grão | 5 | 6 | 7 | 5 | 5 |
| Cevada em grão | 157 | 111 | 128 | 110 | 113 |
| Coco-da-baía | 734 | 849 | 879 | 823 | 869 |
| Guaraná | 2 | 2 | 2 | 2 | 2 |
| Juta (fibra) | 4 | 3 | 3 | 4 | 2 |
| Maçã | 2.718 | 2.633 | 2.997 | 3.493 | 3.644 |
| Mamona | 148 | 129 | 102 | 42 | 60 |
| Malva (fibra) | 19 | 12 | 19 | 17 | 16 |
| Rami (fibra) | 10 | 8 | 7 | 7 | 4 |
| Sisal (sisal) | 185 | 234 | 204 | 126 | 129 |
| Sorgo em grão | 236 | 254 | 285 | 251 | 290 |

Fonte: IBGE, Levantamento sistemático da produção agrícola.
* Dados do mês de agosto.

# Área

A área colhida em 1994 registra, de acordo com os últimos dados, crescimento de 9% em relação ao ano passado. As maiores variações ocorreram nas lavouras de feijão (42,7%), milho (15,7%) e cana-de-açúcar (9,2%).

No caso do feijão e da cana-de-açúcar, os aumentos decorreram basicamente em função da elevação dos preços no mercado.

No que concerne ao milho, o produto vem se recuperando da redução de área do ano passado, mantendo o mesmo nível de anos anteriores, que, no entanto, poderia ser maior não fossem os prejuízos causados pelas geadas e seca de grandes proporções.

VIRGINIA VIEIRA

**Área colhida (em 1.000ha)**

| Discriminação | 1990 | 1991 | 1992 | 1993 | 1994* |
|---|---|---|---|---|---|
| Algodão em caroço | 1.895 | 1.830 | 1.878 | 1.057 | 1.179 |
| arbóreo | 512 | 345 | 284 | 137 | 117 |
| herbáceo | 1.383 | 1.484 | 1.594 | 920 | 1.062 |
| Amendoim em casca | 87 | 88 | 100 | 85 | 92 |
| Arroz em casca | 3.945 | 4.127 | 4.687 | 4.421 | 4.450 |
| Banana | 487 | 490 | 516 | 521 | 522 |
| Batata-inglesa | 158 | 161 | 172 | 162 | 168 |
| Cacau | 664 | 667 | 731 | 733 | 724 |
| Café em coco | 2.906 | 2.767 | 2.498 | 2.257 | 2.124 |
| Cana-de-açúcar | 4.271 | 4.211 | 4.201 | 3.863 | 4.217 |
| Cebola | 74 | 76 | 75 | 71 | 79 |
| Feijão em grão | 4.680 | 5.443 | 5.142 | 3.808 | 5.437 |
| Fumo em folha | 272 | 286 | 343 | 372 | 338 |
| Laranja | 910 | 981 | 987 | 798 | 838 |
| Mandioca | 1.934 | 1.943 | 1.826 | 1.814 | 1.841 |
| Milho em grão | 11.389 | 13.110 | 13.389 | 11.868 | 13.740 |
| Pimenta-do-reino | 33 | 37 | 29 | 23 | 21 |
| Soja em grão | 11.481 | 9.618 | 9.436 | 10.627 | 11.493 |
| Tomate | 61 | 61 | 52 | 53 | 58 |
| Trigo em grão | 2.681 | 1.995 | 1.958 | 1.509 | 1.349 |
| Uva | 57 | 57 | 60 | 60 | 59 |
| *Subtotal* | *47.987* | *47.947* | *48.079* | *44.103* | *48.729* |
| Abacaxi | 33 | 34 | 36 | 38 | 45 |
| Alho | 17 | 19 | 17 | 17 | 18 |
| Aveia em grão | 193 | 263 | 284 | 266 | 295 |
| Castanha de caju | 583 | 645 | 695 | 689 | 685 |
| Centeio em grão | 4 | 5 | 7 | 6 | 4 |
| Cevada em grão | 105 | 97 | 67 | 67 | 57 |
| Coco-da-baía | 214 | 228 | 236 | 228 | 231 |
| Guaraná | 11 | 7 | 7 | 7 | 8 |
| Juta (fibra) | 3 | 3 | 3 | 3 | 2 |
| Maçã | 22 | 26 | 24 | 26 | 27 |
| Mamona | 290 | 233 | 175 | 140 | 110 |
| Malva (fibra) | 21 | 13 | 16 | 10 | 10 |
| Rami (fibra) | 7 | 6 | 5 | 5 | 3 |
| Sisal (sisal) | 249 | 300 | 264 | 179 | 164 |
| Sorgo em grão | 138 | 172 | 159 | 125 | 152 |
| *Subtotal* | *1.891* | *2.050* | *1.994* | *1.806* | *1.811* |
| **Total** | **49.878** | **49.997** | **50.073** | **45.909** | **50.540** |

Fonte: IBGE, Levantamento sistemático da produção agrícola.
*Dados do mês de agosto.
Obs.: O total e o subtotal podem apresentar pequenas diferenças devido ao arredondamento dos dados-base.

# Algodão

Apesar do avanço de quase 15% frente à colheita de 1993, a produção deste ano não evitou que o país realizasse a sua segunda maior importação histórica de algodão, visando a garantir o abastecimento interno.

Brasil - Algodão em pluma
Anos-safra 1990 a 1994 (em mil t)

| Anos-safra | Estoque inicial | Produção | Importação | Consumo | Exportação | Estoque final |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 1990 | 125,2 | 665,7 | 86,1 | 730,0 | 110,6 | 36,4 |
| 1991 | 36,4 | 717,0 | 105,9 | 718,1 | 124,3 | 16,9 |
| 1992 | 16,9 | 667,1 | 167,8 | 741,6 | 33,8 | 76,4 |
| 1993 | 76,4 | 420,2 | 495,4 | 829,5 | 7,4 | 155,1 |
| 1994 | 155,1 | 483,1 | 320,0 | 830,0 | 15,0 | 113,2 |

Fonte: Conab/Dipla (estimativas de julho de 1994).
Obs.: Dados preliminares para 1993 e projeção para 1994.

# Feijão

Com a recuperação na colheita em 1993/94, houve espaço para que o consumo avançasse 10% frente ao anterior, sem que houvesse maiores pressões sobre o estoque/ano final ou sobre as importações.

Brasil - Feijão preto
Anos-safra 1989/90 a 1993/94 (em mil t)

| Anos-safra | Estoque inicial | Produção | Importação | Consumo | Estoque final |
|---|---|---|---|---|---|
| 1989/90 | 0 | 368,3 | 30,0 | 380,0 | 18,3 |
| 1990/91 | 18,3 | 402,9 | 47,3 | 422,1 | 46,4 |
| 1991/92 | 46,4 | 514,5 | 46,6 | 530,0 | 77,5 |
| 1992/93 | 77,5 | 483,7 | 39,3 | 530,0 | 70,5 |
| 1993/94 | 70,5 | 549,7 | 30,0 | 583,0 | 67,2 |

Fonte: Conab/Dipla (estimativas de julho de 1994).
Obs.: Dados preliminares para 1992/93 e projeção para 1993/94.

# Farelo de soja

O consumo de farelo de soja em 1993/94 cresceu 12% em comparação com o período anterior, traduzindo a forte demanda proveniente principalmente do crescimento do rebanho avícola no período.

Brasil - Farelo de soja
Anos-safra 1989/90 a 1993/94 (em mil t)

| Anos-safra | Estoque inicial | Produção | Consumo | Exportação | Estoque final |
|---|---|---|---|---|---|
| 1989/90 | 183,9 | 12.109,0 | 2.831,1 | 8.775,8 | 686,0 |
| 1990/91 | 686,0 | 10.267,0 | 3.281,1 | 7.341,9 | 330,0 |
| 1991/92 | 330,0 | 11.563,0 | 3.216,4 | 8.348,6 | 328,0 |
| 1992/93 | 328,0 | 13.035,0 | 3.520,0 | 9.571,2 | 271,8 |
| 1993/94 | 271,8 | 14.141,0 | 3.950,0 | 10.200,0 | 262,8 |

Fontes: Conab/Dipla, Abiove e Secex (estimativas de julho de 1994).
Obs.: Dados preliminares para 1992/93 e projeção para 1993/94.

# Óleo de soja

A exportação de 1 milhão de toneladas projetada para 1993/94 constitui recorde histórico e foi assegurada pelos também inéditos estoque inicial e produção do período.

Brasil - Óleo de soja
Anos-safra 1989/90 a 1993/94 (em mil t)

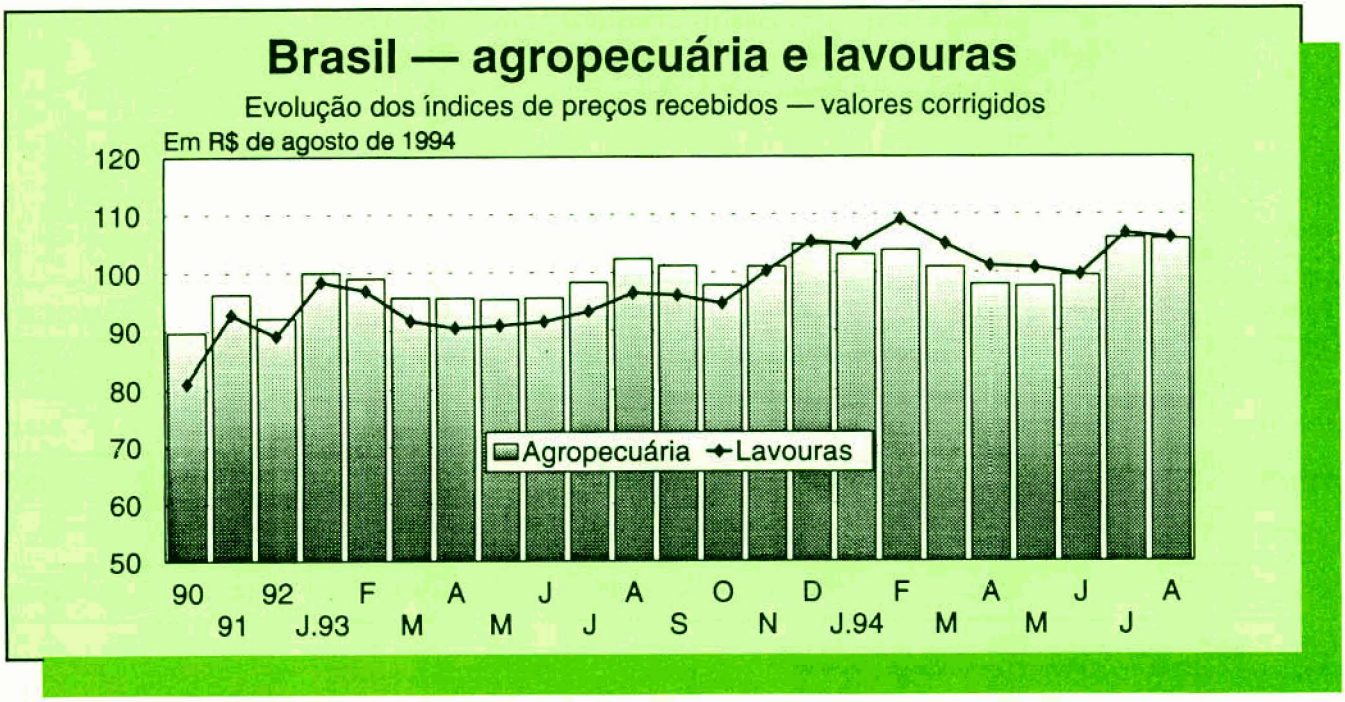
| Anos-safra | Estoque inicial | Produção | Importação | Consumo | Exportação | Estoque final |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 1989/90 | 196,2 | 2.917,0 | 10,8 | 2.114,9 | 872,1 | 137,0 |
| 1990/91 | 137,0 | 2.464,0 | 77,3 | 2.125,0 | 411,3 | 142,0 |
| 1991/92 | 142,0 | 2.772,0 | 80,0 | 2.156,4 | 699,6 | 138,0 |
| 1992/93 | 138,0 | 3.116,0 | 94,0 | 2.310,0 | 759,7 | 278,3 |
| 1993/94 | 278,3 | 3.401,0 | 30,0 | 2.450,0 | 1.000,0 | 259,3 |

Fontes: Conab/Dipla, Abiove e Secex (estimativas de julho de 1994).
Obs.: Dados preliminares para 1992/93 e projeção para 1993/94.

# Brasil — índice de preços recebidos pelos agricultores — valores nominais (base: dezembro de 1992=100)

| Anos/Produtos | Lavoura | Produtos - PGPM | Demais lavouras | Produto animal | IPR |
|---|---|---|---|---|---|
| 1990 | 0,60 | 0,60 | 0,62 | 0,80 | 0,66 |
| 1991 | 3,29 | 3,33 | 3,27 | 3,76 | 3,45 |
| 1992 | 36,91 | 36,08 | 38,32 | 39,42 | 37,77 |
| 1993 | 257,66 | 245,62 | 277,11 | 292,61 | 269,43 |
| Jan. 93 | 126,68 | 126,01 | 127,73 | 132,62 | 128,75 |
| Fev. | 157,76 | 151,01 | 168,52 | 167,97 | 161,28 |
| Mar. | 190,93 | 180,71 | 207,56 | 215,43 | 199,23 |
| Abr. | 241,58 | 231,68 | 257,13 | 282,53 | 255,27 |
| Maio | 320,91 | 308,33 | 340,56 | 367,95 | 336,79 |
| Jun. | 422,53 | 400,30 | 458,20 | 477,72 | 441,29 |
| Jul. | 568,26 | 535,14 | 621,98 | 658,45 | 598,62 |
| Ago. | 784,67 | 736,35 | 863,55 | 926,79 | 832,16 |
| Set. | 1.070,23 | 1.014,08 | 1.159,97 | 1.237,31 | 1.126,64 |
| Out. | 1.425,10 | 1.360,43 | 1.524,36 | 1.559,48 | 1.472,26 |
| Nov. | 2.066,37 | 1.964,69 | 2.224,01 | 2.102,21 | 2.082,35 |
| Dez. | 2.957,24 | 2.834,12 | 3.143,63 | 2.900,82 | 2.942,86 |
| Jan. 94 | 4.183,73 | 3.988,31 | 4.483,91 | 3.969,41 | 4.115,73 |
| Fev. | 6.200,68 | 5.690,55 | 7.033,77 | 5.337,06 | 5.903,05 |
| Mar. | 8.639,09 | 7.877,38 | 9.902,23 | 7.662,36 | 8.311,50 |
| Abr. | 11.863,33 | 10.339,45 | 14.546,66 | 10.730,14 | 11.491,70 |
| Maio | 16.665,08 | 13.744,92 | 22.147,54 | 15.069,74 | 16.141,73 |
| Jun. | 24.153,62 | 19.598,58 | 32.911,89 | 23.768,69 | 24.113,64 |
| Jul. | 32.252,69 | 24.775,90 | 47.605,43 | 31.233,16 | 32.020,80 |
| Ago. | 33.096,09 | 25.512,99 | 48.582,56 | 32.493,47 | 33.016,42 |

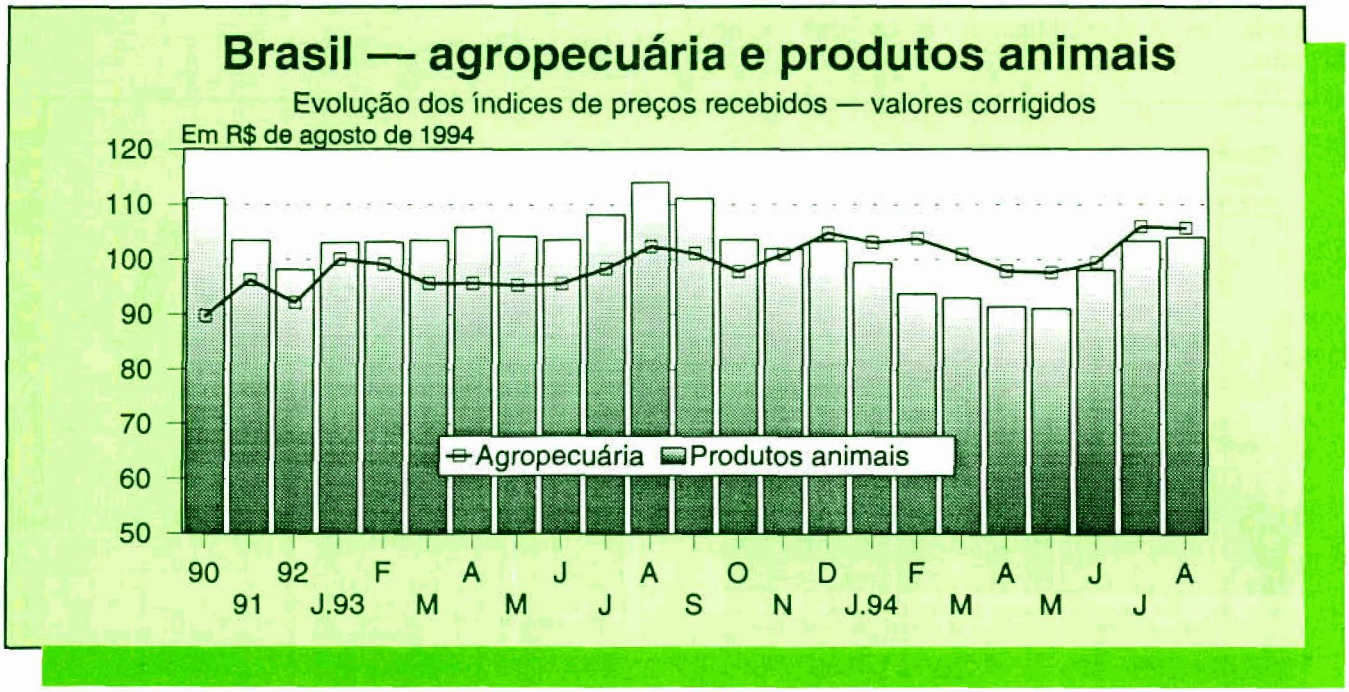
Descontados os efeitos da inflação, os preços recebidos pelos agricultores registraram ligeiro declínio em agosto.



## Brasil — índice de preços pagos pelos agricultores — valores nominais (base: dezembro de 1992=100)

| Anos/Produtos | Sementes | Fertilizantes | Agrotóxicos | Serviços | Combustíveis | Mão-de-obra | IPP-Brasil |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 1990 | 0,66 | 0,85 | 0,71 | 0,68 | 0,60 | 0,86 | 0,75 |
| 1991 | 3,88 | 4,03 | 3,82 | 3,02 | 3,08 | 4,81 | 3,83 |
| 1992 | 39,46 | 41,12 | 41,79 | 39,90 | 43,97 | 43,33 | 41,53 |
| 1993 | 252,55 | 238,61 | 264,11 | 239,67 | 287,63 | 290,35 | 259,13 |
| Jan.93 | 127,18 | 126,66 | 128,15 | 126,89 | 126,38 | 150,09 | 130,78 |
| Fev. | 158,09 | 157,21 | 165,60 | 159,55 | 179,38 | 186,01 | 166,51 |
| Mar. | 186,35 | 190,96 | 205,25 | 203,00 | 212,12 | 236,04 | 204,07 |
| Abr. | 238,86 | 236,02 | 261,29 | 237,77 | 272,37 | 277,96 | 251,50 |
| Maio | 303,70 | 295,35 | 336,40 | 289,29 | 347,33 | 418,38 | 327,83 |
| Jun. | 413,34 | 376,51 | 444,23 | 390,97 | 483,18 | 488,27 | 425,15 |
| Jul. | 561,85 | 508,02 | 581,15 | 489,33 | 656,69 | 635,61 | 563,38 |
| Ago. | 759,38 | 688,75 | 763,07 | 697,79 | 888,64 | 805,05 | 756,39 |
| Set. | 1.027,40 | 938,43 | 1.034,32 | 938,26 | 1.198,24 | 1.189,60 | 1.040,63 |
| Out. | 1.369,50 | 1.271,16 | 1.383,34 | 1.279,03 | 1.626,87 | 1.539,24 | 1.394,12 |
| Nov. | 1.860,58 | 1.755,20 | 1.917,69 | 1.754,41 | 2.225,46 | 2.071,96 | 1.907,54 |
| Dez. | 2.567,41 | 2.361,63 | 2.553,23 | 2.343,50 | 3.058,78 | 2.687,81 | 2.563,46 |
| Jan.94 | 3.654,66 | 3.293,08 | 3.469,64 | 3.269,23 | 4.153,64 | 4.174,77 | 3.631,66 |
| Fev. | 5.428,85 | 4.806,92 | 5.109,15 | 4.524,23 | 5.772,44 | 5.939,57 | 5.215,86 |
| Mar. | 7.869,83 | 6.564,90 | 7.127,36 | 6.072,28 | 7.749,73 | 8.055,95 | 7.164,56 |
| Abr. | 10.948,98 | 9.062,85 | 9.989,92 | 8.601,82 | 11.147,13 | 11.293,88 | 10.044,92 |
| Maio | 15.014,23 | 13.085,48 | 14.152,42 | 11.311,30 | 15.202,45 | 15.588,38 | 13.939,34 |
| Jun. | 20.910,17 | 18.961,52 | 20.270,23 | 15.953,12 | 23.007,55 | 21.711,80 | 19.970,76 |

Apesar da recuperação decorrente do período de entressafra, os preços recebidos pelos criadores continuam crescendo menos do que os dos produtos vegetais.

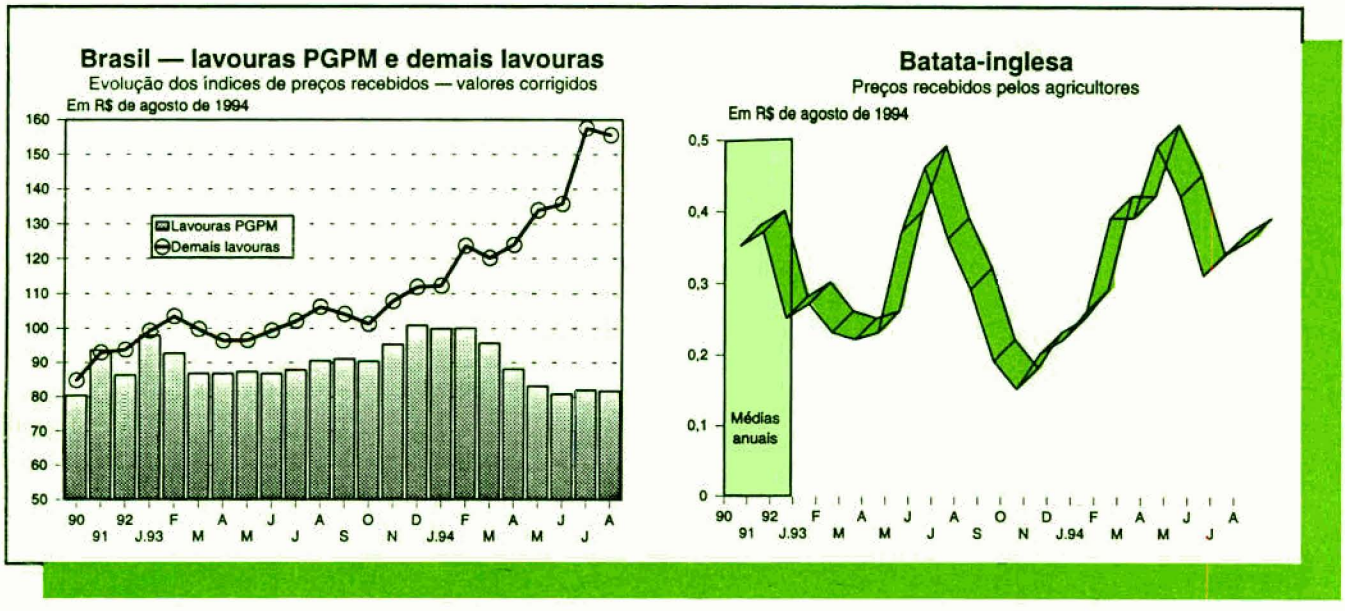


## Brasil — preços recebidos pelos agricultores — valores reais (em R$ de agosto de 1994/unidade)

| Anos/Produtos | Algodão em caroço (kg) | Amendoim em casca (kg) | Arroz em casca (kg) | Banana (dúzia) | Batata-inglesa (kg) | Cacau (15kg) | Café em coco (kg) | Cana-de-açúcar (t) |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 1990 | 0,41 | 0,36 | 0,21 | 0,28 | 0,33 | 13,83 | 0,55 | 12,02 |
| 1991 | 0,43 | 0,42 | 0,27 | 0,28 | 0,35 | 15,66 | 0,52 | 12,84 |
| 1992 | 0,38 | 0,29 | 0,20 | 0,21 | 0,23 | 15,52 | 0,45 | 13,33 |
| 1993 | 0,42 | 0,37 | 0,20 | 0,22 | 0,25 | 13,71 | 0,57 | 11,91 |
| Jan. 93 | 0,46 | 0,26 | 0,23 | 0,19 | 0,25 | 12,83 | 0,66 | 10,64 |
| Fev. | 0,49 | 0,24 | 0,21 | 0,20 | 0,21 | 13,05 | 0,57 | 12,56 |
| Mar. | 0,51 | 0,32 | 0,19 | 0,21 | 0,20 | 12,14 | 0,56 | 11,73 |
| Abr. | 0,45 | 0,37 | 0,18 | 0,21 | 0,21 | 12,80 | 0,48 | 11,79 |
| Maio | 0,42 | 0,40 | 0,17 | 0,22 | 0,35 | 12,16 | 0,48 | 11,30 |
| Jun. | 0,41 | 0,39 | 0,17 | 0,23 | 0,44 | 11,37 | 0,49 | 11,78 |
| Jul. | 0,40 | 0,37 | 0,17 | 0,26 | 0,34 | 13,38 | 0,55 | 11,91 |
| Ago. | 0,40 | 0,43 | 0,19 | 0,27 | 0,27 | 12,70 | 0,63 | 12,25 |
| Set. | 0,39 | 0,48 | 0,20 | 0,25 | 0,17 | 15,41 | 0,62 | 11,79 |
| Out. | 0,37 | 0,45 | 0,21 | 0,22 | 0,13 | 14,70 | 0,59 | 12,13 |
| Nov. | 0,38 | 0,41 | 0,21 | 0,19 | 0,18 | 16,22 | 0,60 | 12,50 |
| Dez. | 0,38 | 0,37 | 0,23 | 0,19 | 0,20 | 17,73 | 0,62 | 12,47 |
| Jan. 94 | 0,39 | 0,32 | 0,24 | 0,20 | 0,24 | 14,98 | 0,59 | 12,33 |
| Fev. | 0,43 | 0,28 | 0,21 | 0,21 | 0,37 | 14,85 | 0,66 | 13,36 |
| Mar. | 0,45 | 0,29 | 0,19 | 0,24 | 0,37 | 14,94 | 0,65 | 12,49 |
| Abr. | 0,45 | 0,27 | 0,17 | 0,24 | 0,47 | 14,16 | 0,69 | 12,81 |
| Maio | 0,47 | 0,28 | 0,17 | 0,25 | 0,40 | 15,92 | 0,90 | 12,68 |
| Jun. | 0,44 | 0,30 | 0,17 | 0,26 | 0,29 | 16,74 | 1,01 | 12,62 |
| Jul. | 0,42 | 0,32 | 0,18 | 0,27 | 0,32 | 15,14 | 1,42 | 11,97 |
| Ago. | 0,40 | 0,33 | 0,18 | 0,31 | 0,34 | 14,51 | 1,30 | 11,62 |

. discreto declínio das cotações do café não foi suficiente para reduzir a defasagem verificada entre os preços dos produtos amparados pela Política de Garantia de Preços Mínimos e os das demais lavouras.

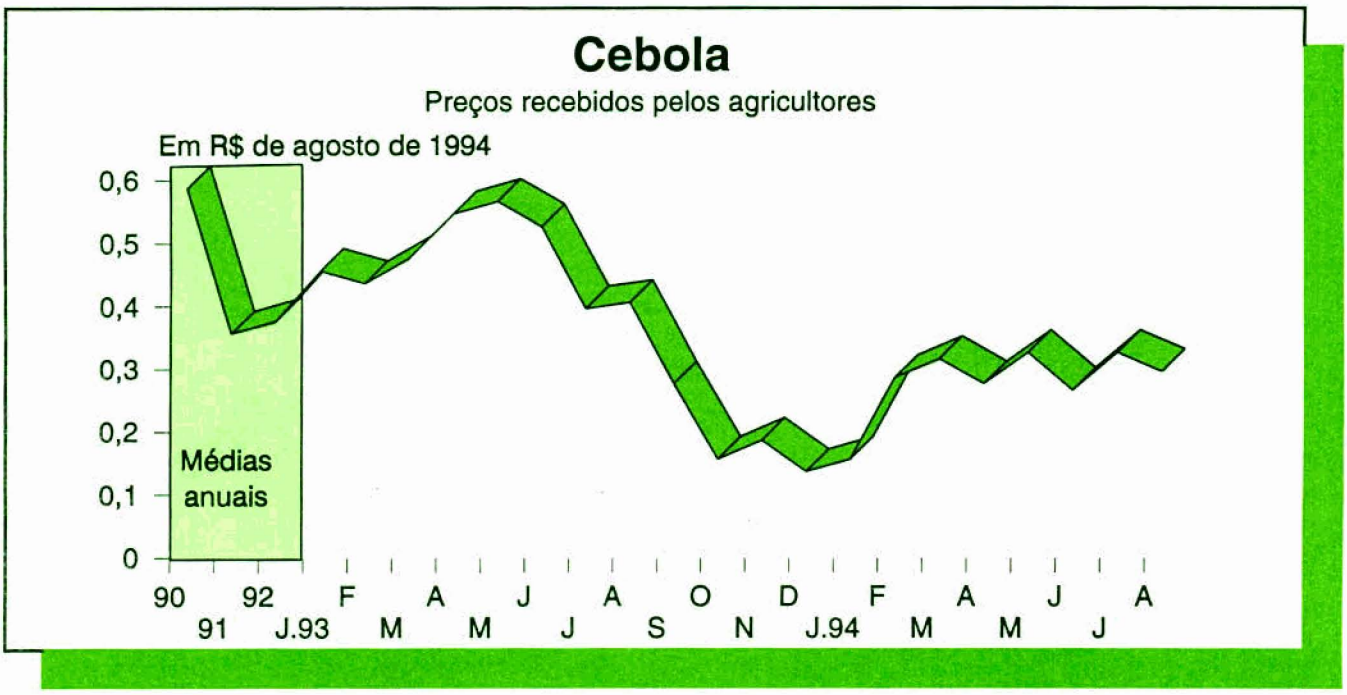
Caracterizados por acentuadas oscilações, os preços da batata-inglesa, em 1994, registram a melhor *performance* dos anos 90.



## Brasil — preços recebidos pelos agricultores — valores reais (em R$ de agosto de 1994/unidade)

| Anos/Produtos | Feijão (kg) | Fumo em folha (kg) | Laranja (cento) | Milho (kg) | Mandioca (raiz — t) | Soja (kg) | Tomate (kg) | Trigo (grão — kg) |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 1990 | 0,64 | 1,42 | 2,95 | 0,14 | 42,72 | 0,17 | 0,39 | 0,14 |
| 1991 | 0,63 | 1,47 | 2,27 | 0,15 | 51,16 | 0,21 | 0,33 | 0,14 |
| 1992 | 0,49 | 2,04 | 2,23 | 0,14 | 57,83 | 0,22 | 0,31 | 0,16 |
| 1993 | 0,62 | 1,83 | 1,77 | 0,14 | 57,39 | 0,22 | 0,29 | 0,15 |
| Jan. 93 | 0,59 | 1,89 | 1,82 | 0,16 | 66,81 | 0,23 | 0,26 | 0,16 |
| Fev. | 0,53 | 1,93 | 2,21 | 0,14 | 66,88 | 0,23 | 0,34 | 0,16 |
| Mar. | 0,53 | 1,84 | 2,07 | 0,13 | 66,61 | 0,20 | 0,32 | 0,16 |
| Abr. | 0,64 | 1,90 | 1,90 | 0,13 | 66,07 | 0,19 | 0,39 | 0,15 |
| Maio | 0,73 | 1,86 | 1,77 | 0,13 | 59,96 | 0,19 | 0,31 | 0,16 |
| Jun. | 0,69 | 1,83 | 1,45 | 0,13 | 59,05 | 0,19 | 0,39 | 0,16 |
| Jul. | 0,56 | 1,86 | 1,31 | 0,13 | 55,71 | 0,23 | 0,30 | 0,15 |
| Ago. | 0,56 | 1,74 | 1,40 | 0,14 | 47,75 | 0,23 | 0,25 | 0,15 |
| Set. | 0,58 | 1,72 | 1,50 | 0,14 | 48,50 | 0,22 | 0,19 | 0,14 |
| Out. | 0,57 | 1,75 | 1,52 | 0,14 | 50,63 | 0,22 | 0,20 | 0,14 |
| Nov. | 0,66 | 1,74 | 1,96 | 0,16 | 50,11 | 0,23 | 0,23 | 0,13 |
| Dez. | 0,77 | 1,85 | 2,27 | 0,16 | 50,56 | 0,23 | 0,33 | 0,14 |
| Jan. 94 | 0,76 | 1,64 | 2,74 | 0,15 | 49,60 | 0,23 | 0,41 | 0,13 |
| Fev. | 1,02 | 1,63 | 2,81 | 0,13 | 54,48 | 0,23 | 0,34 | 0,13 |
| Mar. | 1,24 | 1,57 | 2,50 | 0,12 | 45,88 | 0,20 | 0,34 | 0,12 |
| Abr. | 1,04 | 1,53 | 2,37 | 0,11 | 38,12 | 0,19 | 0,30 | 0,12 |
| Maio | 0,70 | 1,64 | 1,94 | 0,11 | 32,77 | 0,19 | 0,24 | 0,12 |
| Jun. | 0,54 | 1,66 | 1,87 | 0,11 | 31,47 | 0,20 | 0,18 | 0,12 |
| Jul. | 0,57 | 1,56 | 1,94 | 0,11 | 28,87 | 0,18 | 0,21 | 0,12 |
| Ago. | 0,52 | 1,51 | 1,91 | 0,11 | 37,10 | 0,17 | 0,35 | 0,12 |

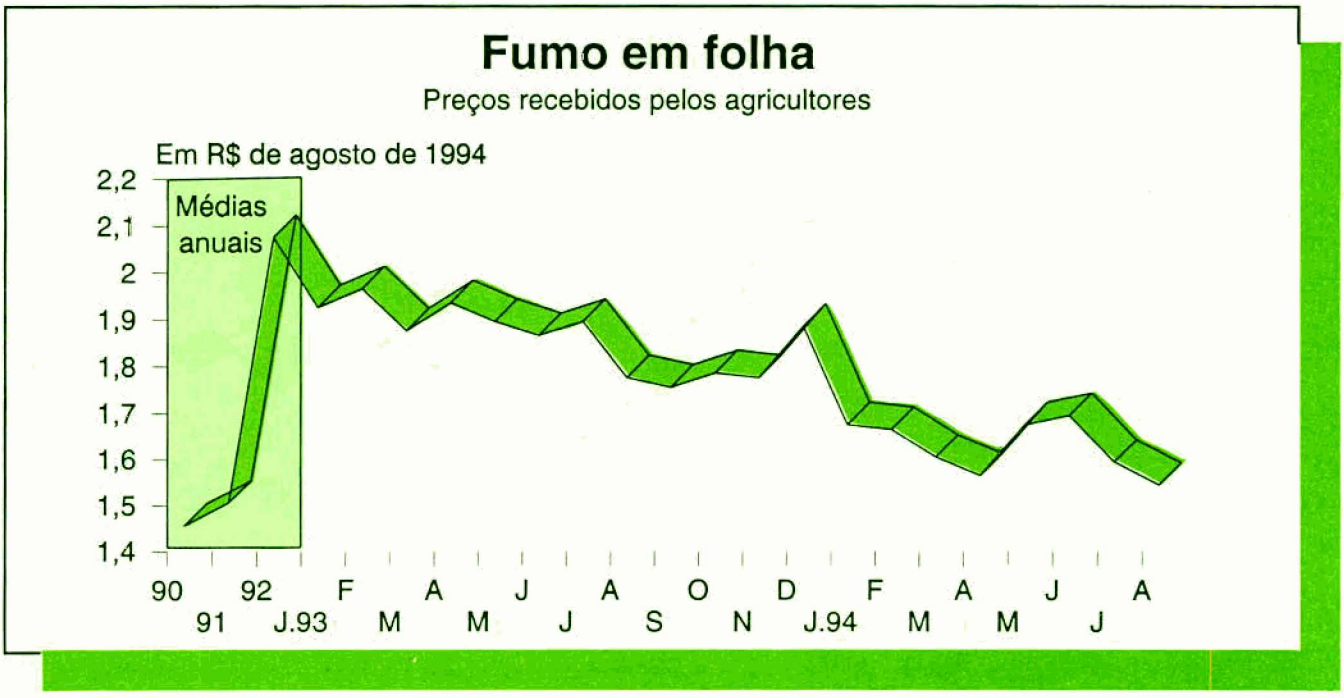
Apesar da elevação registrada nos primeiros meses de 1994, os preços da cebola são os menores dos últimos anos.



## Brasil — preços recebidos pelos agricultores — valores reais (em R$ de agosto de 1994/unidade)

| Anos/Produtos | Cebola (kg) | Mamona (kg) | Pimenta-do-reino (kg) | Sisal (kg) | Uva (kg) | Bezerro (até 1 ano — cab.) | Boi gordo p/ corte (15kg) | Vaca leiteira de raça (cab.) |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 1990 | 0,56 | 0,20 | 0,99 | 0,15 | 0,27 | 136,33 | 27,78 | 668,85 |
| 1991 | 0,33 | 0,17 | 0,82 | 0,15 | 0,23 | 120,77 | 25,60 | 539,37 |
| 1992 | 0,35 | 0,18 | 0,67 | 0,14 | 0,20 | 110,06 | 24,43 | 461,61 |
| 1993 | 0,35 | 0,21 | 0,73 | 0,14 | 0,17 | 118,63 | 25,89 | 492,64 |
| Jan. 93 | 0,43 | 0,16 | 0,67 | 0,16 | 0,50 | 123,16 | 27,35 | 484,64 |
| Fev. | 0,41 | 0,17 | 0,69 | 0,15 | 0,40 | 125,26 | 25,66 | 494,66 |
| Mar. | 0,45 | 0,16 | 0,62 | 0,15 | 0,37 | 123,07 | 24,87 | 477,77 |
| Abr. | 0,52 | 0,18 | 0,54 | 0,16 | 0,38 | 124,25 | 25,10 | 475,82 |
| Maio | 0,54 | 0,21 | 0,57 | 0,14 | 0,38 | 120,64 | 23,76 | 493,60 |
| Jun. | 0,50 | 0,27 | 0,60 | 0,16 | 0,00 | 113,83 | 22,47 | 491,78 |
| Jul. | 0,37 | 0,24 | 0,68 | 0,15 | 0,00 | 110,72 | 23,94 | 483,63 |
| Ago. | 0,38 | 0,21 | 0,66 | 0,13 | 0,00 | 116,69 | 28,85 | 502,51 |
| Set. | 0,25 | 0,22 | 0,94 | 0,13 | 0,00 | 120,43 | 28,78 | 506,47 |
| Out. | 0,13 | 0,24 | 0,94 | 0,13 | 0,00 | 114,41 | 26,73 | 504,39 |
| Nov. | 0,16 | 0,22 | 1,03 | 0,15 | 0,00 | 116,01 | 26,50 | 502,81 |
| Dez. | 0,11 | 0,20 | 0,77 | 0,14 | 0,00 | 115,03 | 26,65 | 493,61 |
| Jan. 94 | 0,13 | 0,20 | 0,74 | 0,14 | 0,29 | 119,04 | 26,22 | 497,44 |
| Fev. | 0,26 | 0,21 | 0,69 | 0,16 | 0,27 | 118,64 | 24,15 | 481,24 |
| Mar. | 0,29 | 0,24 | 0,73 | 0,20 | 0,24 | 120,37 | 24,32 | 475,54 |
| Abr. | 0,25 | 0,25 | 1,09 | 0,20 | 0,24 | 121,47 | 23,78 | 489,92 |
| Maio | 0,30 | 0,22 | 1,31 | 0,19 | 0,00 | 122,51 | 21,12 | 525,93 |
| Jun. | 0,24 | 0,20 | 0,97 | 0,16 | 0,00 | 135,30 | 25,58 | 587,60 |
| Jul. | 0,30 | 0,18 | 1,27 | 0,14 | 0,00 | 135,07 | 22,77 | 602,15 |
| Ago. | 0,27 | 0,18 | 1,35 | 0,13 | 0,00 | 142,00 | 23,50 | 640,00 |

Depois do recorde atingido em 1992, os preços do fumo em folha registram tendência de acentuado declínio.



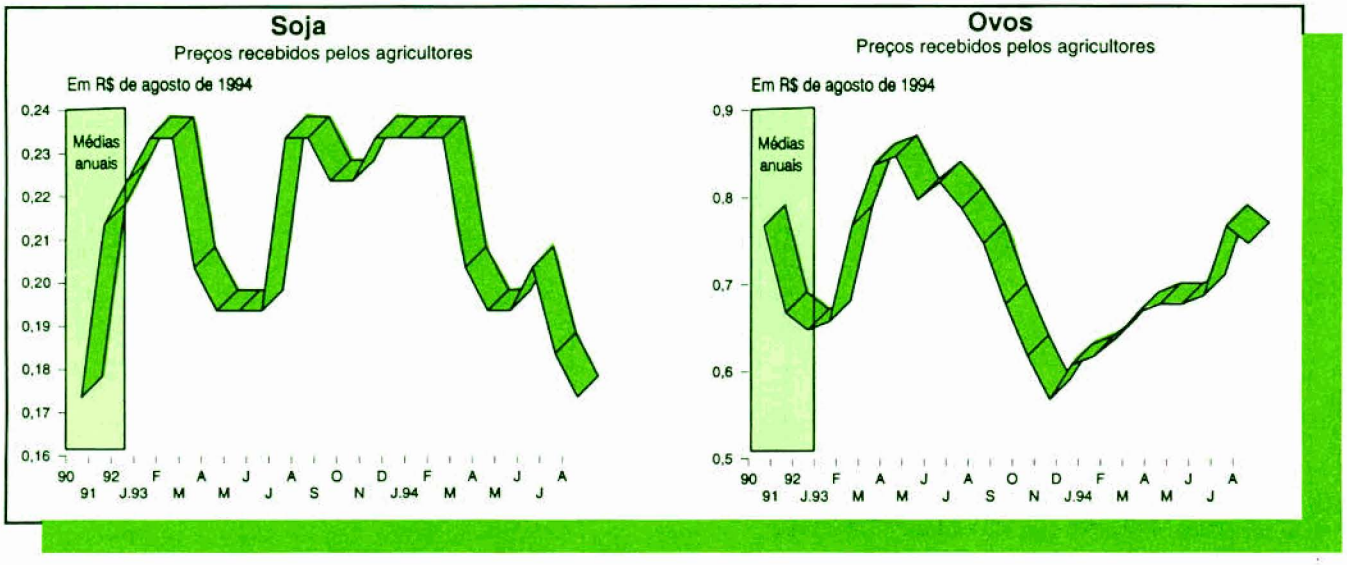
# Brasil — preços recebidos pelos agricultores — valores reais (em R$ de agosto de 1994/unidade)

| Anos/Produtos | Vaca leiteira comum (cab.) | Suíno para corte (15kg) | Frango/galinha corte (kg) | Leite (l) | Lã (15kg) | Ovos (dúzia) | Mel de abelha (l) | Boi magro (cab.) |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 1990 | 410,40 | 16,60 | 1,20 | 0,28 | 24,84 | 0,75 | 2,79 | 255,33 |
| 1991 | 337,24 | 15,89 | 1,03 | 0,26 | 14,67 | 0,65 | 3,27 | 220,75 |
| 1992 | 287,87 | 13,76 | 0,90 | 0,25 | 23,23 | 0,63 | 2,11 | 205,55 |
| 1993 | 306,46 | 15,38 | 0,91 | 0,26 | 19,30 | 0,71 | 2,19 | 215,48 |
| Jan. 93 | 304,78 | 17,32 | 1,02 | 0,21 | 26,66 | 0,64 | 2,01 | 224,53 |
| Fev. | 310,37 | 16,74 | 0,96 | 0,23 | 24,22 | 0,75 | 2,08 | 224,88 |
| Mar. | 303,43 | 15,40 | 0,93 | 0,24 | 22,29 | 0,82 | 2,00 | 215,85 |
| Abr. | 300,99 | 14,62 | 0,89 | 0,27 | 20,14 | 0,83 | 1,98 | 210,90 |
| Maio | 304,16 | 14,10 | 0,83 | 0,29 | 17,41 | 0,78 | 2,14 | 204,41 |
| Jun. | 297,17 | 14,84 | 0,81 | 0,29 | 15,52 | 0,80 | 2,17 | 197,47 |
| Jul. | 292,40 | 15,33 | 0,90 | 0,30 | 15,46 | 0,77 | 2,29 | 200,04 |
| Ago. | 311,46 | 15,13 | 0,93 | 0,28 | 18,41 | 0,73 | 2,42 | 216,77 |
| Set. | 314,96 | 15,01 | 0,93 | 0,27 | 18,83 | 0,66 | 2,37 | 228,13 |
| Out. | 311,91 | 14,53 | 0,87 | 0,25 | 17,28 | 0,60 | 2,26 | 223,75 |
| Nov. | 314,98 | 15,00 | 0,90 | 0,24 | 17,91 | 0,55 | 2,34 | 216,05 |
| Dez. | 310,85 | 16,50 | 0,95 | 0,22 | 17,44 | 0,59 | 2,28 | 222,97 |
| Jan. 94 | 312,47 | 14,54 | 0,92 | 0,21 | 19,60 | 0,60 | 2,17 | 219,14 |
| Fev. | 308,12 | 13,12 | 0,86 | 0,21 | 18,25 | 0,62 | 2,00 | 213,73 |
| Mar. | 302,41 | 13,05 | 0,83 | 0,20 | 18,71 | 0,65 | 2,04 | 219,55 |
| Abr. | 302,65 | 11,91 | 0,82 | 0,20 | 19,93 | 0,66 | 2,07 | 221,85 |
| Maio | 328,34 | 11,84 | 0,82 | 0,22 | 20,74 | 0,66 | 2,25 | 207,79 |
| Jun. | 354,20 | 13,13 | 0,81 | 0,22 | 21,09 | 0,67 | 2,40 | 235,16 |
| Jul. | 360,88 | 13,45 | 0,87 | 0,24 | 22,83 | 0,75 | 2,53 | 235,09 |
| Ago. | 394,00 | 13,46 | 0,85 | 0,24 | 22,64 | 0,73 | 2,67 | 244,00 |

Fonte dos dados primários, brutos: Empresas estaduais de assistência técnica e extensão rural, Instituto de Economia Agrícola (SP), Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais, Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira e prefeituras municipais.
Elaboração: Centro de Estudos Agrícolas — IBRE — FGV.

A significativa recuperação da safra norte-americana de soja se reflete na queda das cotações da oleaginosa no mercado interno.

Com trajetória crescente, os preços dos ovos parecem revelar uma tendência de maior estabilidade.



# As previsões do mercado foram realizadas no dia 26 de setembro e refletem as expectativas dos analistas em relação aos preços de outubro de 1994

| Produtos / Preços | Média dos 1ºs futuros | | | | Futuros | | | | | | | | | | | | Tendência | Fatores ponderáveis |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Setembro 1993 | Agosto 1994 | 1 a 23 setembro 1994 | 19 a 23 setembro 1994 | S | O | N | D | J | F | M | A | M | J | J | A | | |
| Açúcar raw US¢/lb-peso | 9,49 | 11,92 | 12,48 | 12,61 | | 12,48 | | | | | 12,44 | | 12,39 | | 12,26 | | → | Estimativas do Usda para a safra 1994/95 indica equilíbrio entre oferta e demanda. |
| Algodão 1-1/16" US¢/lb-peso | 56,92 | 66,80 | 70,59 | 68,97 | | 70,59 | | 69,86 | | | 71,20 | | 72,36 | | 73,09 | | ↗ | O aumento da produção mundial ainda não será suficiente para atender ao contínuo crescimento da demanda. |
| Cacau Bahia US$/ tonelada | 1.147,50 | 1.389,61 | 1.345,87 | 1.343,60 | | | | 1.345,87 | | | 1.392,13 | | 1.420,60 | | 1.447,53 | | ↗ | O plano de retenção da produção elaborado pelos países produtores e consumidores da OICC poderá colaborar para a elevação das cotações. |
| Café contrato com Nova Iorque US¢/lb-peso | 79,91 | 184,97 | 220,48 | 228,62 | | | | | | | 223,52 | | 224,53 | | 225,44 | | ↗ | Seca no Centro-Sul do Brasil prejudica áreas já danificadas pelas geadas. |

Fonte dos dados brutos: bolsas de Nova Iorque e Chicago.

## Mercado externo

| Preços / Produtos | Média dos 1os futuros | | | | Futuros | | | | | | | | | | | | Tendência | Fatores ponderáveis |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Setembro 1993 | Agosto 1994 | 1 a 23 setembro 1994 | 19 a 23 setembro 1994 | S | O | N | D | J | F | M | A | M | J | J | A | | |
| Milho two yellow US¢/ bushel | 240,69 | 219,26 | 221,55 | 217,45 | | | | 221,55 | | | 231,20 | | 237,75 | | 242,23 | | → | **A** entrada da safra norte-americana não revela fatores novos. |
| Soja-grão one yellow US¢/ bushel | 638,24 | 573,35 | 565,80 | 554,35 | | | 565,80 | | 574,63 | | 564,08 | | 590,97 | | 596,47 | | → | **A**s estimativas da safra recorde nos EUA já foram assimiladas pelo mercado. |
| Soja-farelo US$/ tonelada | 198,06 | 179,69 | 168,17 | 166,08 | | 168,17 | | 168,73 | 170,01 | | 172,97 | | 174,57 | | 176,93 | | ↗ | **O** Usda estima que o consumo mundial, em 1994/95, aumente mais do que a produção, o que reduzirá os estoques. |
| Trigo soft red US¢/ bushel | 311,50 | 344,89 | 390,03 | 393,05 | | | | 390,03 | | | 397,00 | | 384,35 | | 356,63 | | ↘ | **H**á grande disponibilidade no mercado mundial. |
| Suco de laranja U$¢/lb-peso | 124,21 | 94,12 | 90,64 | 91,93 | | | 90,64 | | 94,11 | | 97,80 | | 101,02 | | 103,83 | | ↗ | **A** prolongada seca que atinge o estado de São Paulo prejudica os pomares e influencia o mercado internacional. |

## Mercado interno

Os preços nominais foram corrigidos pelo IGP-DI até junho de 1994 e convertidos em R$ através da divisão pelo valor da URV média de junho de 1994. Posteriormente, foram corrigidos pelo IGP-1 (DI) para agosto de 1994. Os valores de setembro são nominais.

| Produtos / Preços | Setembro 1993 | Agosto 1994 | 1 a 23 setembro 1994 | 19 a 23 setembro 1994 | Tendência | Fatores ponderáveis |
|---|---|---|---|---|---|---|
| Algodão tipo 6 – sul do Brasil – R$/15kg disponível | 22,32 | 21,93 | 22,31 | 22,50 | ↗ | A produção nacional ainda é insuficiente para atender ao consumo interno. |
| Arroz agulhinha R$/sc. 60kg | 27,85 | 29,53 | 27,42 | 27,50 | → | As importações intensificam-se na entressafra mas o mercado mantém-se balizado pelo custo de remissão dos EGF no Rio Grande do Sul. |
| Café tipo 6 R$/sc. 60kg | 98,28 | 180,45 | 206,64 | 212,37 | ↗ | Seca no Sul do país prejudica áreas já danificadas pelas geadas. |
| Boi gordo R$/arroba | 31,88 | 23,87 | 24,25 | 26,00 | ↗ | Seca no Centro-Sul provoca perda de peso do rebanho. Abate mais intenso. |

Fonte dos dados brutos — algodão e café: BM&F; arroz, feijão, milho e soja: Bolsa de Cereais de São Paulo; boi gordo: IEA-SP e frango vivo: APA-SP.
Nota: Todos os preços referem-se ao mercado de São Paulo, capital, exceto os do boi gordo, que são de Presidente Prudente, SP.

| Produtos \ Preços | Setembro 1993 | Agosto 1994 | 1 a 23 setembro 1994 | 19 a 23 setembro 1994 | Tendência | Fatores ponderáveis |
|---|---|---|---|---|---|---|
| Feijão carioquinha especial R$/sc. 60kg | 39,20 | 37,17 | 38,33 | 41,40 | → | O Plano Real está provocando um deslocamento na demanda por proteínas vegetais em favor das proteínas de origem animal. O mercado está bem abastecido, mas os efeitos das geadas devem dar alguma sustentação aos preços mais adiante. |
| Frango vivo R$/kg | 0,75 | 0,58 | 0,58 | 0,58 | → | Demanda firme. Cresce o alojamento de pintos. |
| Milho amarelo semiduro R$/60kg | 10,15 | 7,64 | 7,83 | 8,11 | ↗ | Pico da entressafra provoca pressões altistas. Os leilões do estoque governamental deverão estancar a alta quando o preço de intervenção (R$8,19/60kg) for atingido. |
| Soja-grão industrial R$/60kg | 14,94 | 11,40 | 11,57 | 11,61 | ↗ | As indústrias deverão ser pressionadas a aumentar a produção de farelo em razão da continuação da estiagem que afeta as pastagens. |

# Prosseguirá a alta dos preços das commodities?

Em um ano, os preços internacionais do café triplicaram, os do arroz mais do que dobraram e os do algodão subiram 50%. Muitas outras commodities tiveram aumentos menores, mas significativos. Quando se comparam as médias do segundo semestre de 1993 e do mesmo período de 1994, o índice de preços do Banco Mundial referente a 33 commodities (não incluindo a energia) subiu 16,7%. Esses aumentos continuarão? Vários fatores sugerem que esse *boom* será bem menor do que aquele dos anos 70 e se concentrará em poucos produtos. Contudo, alguns — como o café — ainda poderão ter altas de preços espetaculares.

**As circunstâncias de hoje são muito...**

As cotações das commodities caíram rapidamente desde meados da década de 70 e se esperava que se recuperassem. O índice do Banco Mundial para os preços reais veio declinando, com elevações intermitentes, que não duraram mais do que dois anos cada uma. O declínio se acelerou nos anos 80, devido ao lento crescimento da economia mundial e ao suprimento ascendente das commodities, o que estancou aumentos de preços como os dos anos 70. Desde 1980, o índice em pauta caiu 49%. Essa situação levou à redução dos investimentos e a mudanças de política, que podem agora levar a preços mais altos. Como os preços das commodities são voláteis, não será surpreendente se agora ultrapassarem seus níveis de equilíbrio.

Para a maioria das commodities, a história é a mesma. A demanda fraca e os preços baixos dos últimos anos levaram à redução dos estoques e da capacidade de produção, até níveis que não têm como acomodar nem um aumento na demanda, nem uma deficiência na oferta. Então, a oferta fraquejou e os preços subiram. As expectativas quanto aos preços das commodities mudaram, o que resultou em cotações cada vez mais altas, pois os fundos de commodities e outros especuladores aceleraram a alta.

As circunstâncias de hoje diferem substancialmente daquelas dos anos 70, quando os preços iniciaram uma alta que durou uma década. A diferença mais importante é a ausência de demanda significativa na Europa oriental e nos novos países da ex-URSS. Esses países, os principais compradores de há 20 anos, hoje não têm recursos para pagar importações de monta. Outra grande diferença é a fraca posição dos países da Opep, também fortes importadores nos anos 70. A terceira modificação relevante diz respeito aos países em desenvolvimento. Na década de 70, esses países tinham grandes déficits alimentares e importavam *raw* commodities — como os grãos — em quantidades elevadas, quando sua renda aumentava. Atualmente, muitos deles são auto-suficientes e alguns até exportadores. Essas diferenças sugerem uma vida mais curta para o *boom* corrente. Contudo, cerca de 2/3 das 33 commodities do índice deverão ter preços em elevação entre 1993 e 2000. Prevê-se que os maiores incrementos serão nas bebidas (cacau, café e chá), cujo índice de preços caiu 70% desde 1984, e nas matérias-primas. Os preços dos alimentos não deverão subir muito. O crescimento maior da economia mundial nos anos 90 deverá elevar os preços dos produtos agrícolas não-alimentares, como o algodão, a borracha e as madeiras. O índice de preços de metais e minerais deve aumentar 18% de 1993 a 2000, em seqüência à queda de 38%, que teve início em 1989.

**...diferentes daquelas dos anos 70.**

### Problemas no mercado da banana

Os preços da banana diminuíram significativamente no primeiro semestre de 1994, ficando 11% abaixo do preço registrado no mesmo período do ano anterior, refletindo a grande oferta de Costa Rica e do Equador, os dois maiores produtores mundiais. A pressão baixista sobre os preços deve continuar pelo restante do ano, devido à oferta elevada, associada a uma demanda menor das importações da União Européia e ao fraco crescimento das compras de outros países industrializados. Embora a UE tenha aumentado as quotas tarifárias para suas importações e assinado acordos com quatro países latino-americanos (Colômbia, Costa Rica, Nicarágua e Venezuela) a pressão pela reforma do regime de compras deverá continuar. Sete dos 12 membros da UE opõem-se ao acordo e a Alemanha é o maior opositor. Antes de assinar o documento final da Rodada Uruguai, o governo alemão enviou à Comissão da UE uma declaração, em que reclamava o direito de manter sua queixa na Corte Européia de Justiça. Também diversos produtores latino-americanos — Equador, Honduras, Guatemala, México e Panamá — estão insistindo na luta por um mercado livre. Outros membros do Gatt, preocupados com o precedente que a quota tarifária da UE estabeleceu, poderão participar do debate e orientá-lo na direção da reforma.

### Cacau: baixa relação estoques/consumo

As cotações do cacau subiram 7% entre o primeiro e o segundo trimestres de 1994. Esse aumento reflete a mais baixa relação estoque/consumo desde 1987/88

(cerca de cinco meses de consumo). A produção não se alterou de 1992/93 a 1993/94 e o consumo ampliou-se entre 3,5% e 5%, o que levou os estoques mais baixos a estimularem os preços. O recente declínio do dólar norte-americano frente a outras moedas fortes também ajudou a alta dos preços em dólar. O principal fator para a alta e a maior volatilidade dos preços foi a atividade dos fundos especulativos, que se estão diversificando, mediante aplicações em commodities. O cacau atraiu essas empresas quando os preços do café dispararam, mais do que dobrando nos meses de junho e julho.

## Crise alimentar na China

Segundo o Worldwatch Institute, o contínuo crescimento populacional chinês, o aumento da renda pessoal e a perda de terras agricultáveis para projetos industriais farão com que a produção de cereais e oleaginosas da República Popular da China se reduza no mínimo 20%, entre 1990 e 2030. A escassez de alimentos desse país provocará a escassez de alimentos no mundo, pois sua necessidade de importações, dada a menor produção local, ficará entre 216 milhões e 378 milhões de toneladas, muito acima da capacidade dos países produtores.

A elevação da renda dos chineses fará com que troquem os alimentos à base de amido por carne, ovos e leite, originários de animais que se alimentam de grãos. Assim, haverá procura por grãos em nível superior ao peso do produto final (proteína animal) consumido. Afinal, são necessários 2 kg de grãos para gerar 1 kg de frango; 4 kg de grãos para cada quilograma de carne suína e 7kg de grãos para apenas 1 kg de carne bovina.

A redução do solo agrícola é um fenômeno já conhecido em outros países asiáticos. Nas últimas décadas, o Japão perdeu 52% de sua área de cultivo de cereais, a Coréia do Sul, 42% e Formosa, 35%. Em 1993, o Japão importou 77% dos grãos de que necessitava; a Coréia do Sul, 64% e Formosa, 67%. Restaria aos chineses tentar melhorar sua produtividade agrícola.

FERNANDO ROBERTO DE FREITAS ALMEIDA

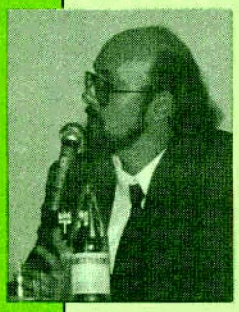
Informações extraídas de *Commodity markets and the developing countries* e *The public ledger*.

**Oferta e consumo de grãos no mundo[1] (em milhões de t)**

| Commodity | Produção | Oferta | Comércio[2] | Consumo | Estoque final |
|---|---|---|---|---|---|
| Total dos grãos[3] | | | | | |
| 1992/93 | 1.776,85 | 2.099,81 | 242,71 | 1.730,26 | 369,56 |
| 1993/94 | 1.695,64 | 2.065,20 | 232,04 | 1.750,16 | 315,04 |
| 1994/95: agosto | 1.746,01 | 2.065,43 | 226,17 | 1.764,81 | 300,62 |
| setembro | 1.741,95 | 2.056,99 | 225,96 | 1.764,44 | 292,55 |
| Trigo | | | | | |
| 1992/93 | 561,48 | 691,64 | 123,07 | 542,76 | 148,88 |
| 1993/94 | 560,29 | 709,17 | 115,58 | 566,31 | 142,86 |
| 1994/95: agosto | 541,95 | 685,26 | 112,65 | 560,40 | 124,86 |
| setembro | 535,48 | 678,34 | 113,30 | 558,92 | 119,42 |
| Arroz beneficiado | | | | | |
| 1992/93 | 352,53 | 408,12 | 14,97 | 353,41 | 54,71 |
| 1993/94 | 350,30 | 405,01 | 16,09 | 355,13 | 49,87 |
| 1994/95: agosto | 350,20 | 400,39 | 16,02 | 357,75 | 42,64 |
| setembro | 350,85 | 400,72 | 16,02 | 357,65 | 43,07 |
| Grãos forrageiros[4] | | | | | |
| 1992/93 | 862,83 | 1.000,06 | 104,67 | 834,09 | 165,97 |
| 1993/94 | 785,05 | 951,02 | 100,38 | 828,72 | 122,30 |
| 1994/95: agosto | 853,86 | 979,79 | 97,50 | 846,66 | 133,12 |
| setembro | 855,63 | 977,93 | 96,64 | 847,87 | 130,07 |
| Milho | | | | | |
| 1992/93 | 532,88 | 613,73 | 69,86 | 509,10 | 104,63 |
| 1993/94 | 467,29 | 571,91 | 66,28 | 503,92 | 68,00 |
| 1994/95: agosto | 538,16 | 607,47 | 65,76 | 525,44 | 82,03 |
| setembro | 537,23 | 605,22 | 65,60 | 525,41 | 79,81 |

Fonte: Usda.
Obs.: 1993/94 (estimativa); 1994/95 (projeção).
[1] Soma dos anos comerciais locais.
[2] Baseado na estimativa de exportação.
[3] Trigo, grãos forrageiros e arroz beneficiado.
[4] Milho, sorgo, cevada, aveia, centeio, milheto e cereais diversos.

# ISO14000: riscos da certificação ambiental



MAURICIO JOSÉ LIMA REIS

A conservação ambiental ocupa significativa parcela dos esforços de todos os agentes econômicos. É preciso adotar sistemas de gestão ambiental mais aprimorados, especialmente se considerada a natureza multidisciplinar das relações entre homem e ambiente. Tais sistemas visam equacionar a difícil questão econômica, pois todo um setor poderá sucumbir diante de exigências legais, normativas, ou comunitárias que inviabilizem sua atividade.

O mercado percebeu que as exigências podem atuar a favor da competitividade de uns, mas inviabilizando outros. Uma empresa ou setor que veja nas questões ambientais uma vantagem competitiva, utiliza-la-á com vigor, especialmente se fomentar, na comunidade que abriga uma atividade concorrente, uma oposição ao "poluidor", mesmo que tal classificação não tenha sustentação técnica ou amparo legal. Há casos de setores atingidos por "verdades estabelecidas" disseminadas por concorrentes, que se utilizam da fachada de uma organização não-governamental ou instituição de pesquisa. Há renomados cientistas que, inebriados por pretensas grandes causas, emprestam respeitabilidade a "verdades científicas" inconsistentes, que causam enormes estragos às atividades atingidas, fechando empresas, gerando toda sorte de conflitos.

As mudanças na economia mundial motivam a busca de novas formas de protecionismo e disputas geopolíticas, destacando-se os seguintes aspectos:

• Os blocos comerciais precisam conciliar a abertura comercial com a manutenção de taxas de crescimento que garantam emprego e renda compatíveis com os padrões alcançados por seus países líderes, o que os tem levado a prestigiar os parceiros comerciais internos, a eles aliados por tratados, em detrimento dos demais.

• Alguns setores dos países desenvolvidos vêm pressionando seus governos a fixarem barreiras comerciais favoráveis à sobrevivência de atividades pouco competitivas na livre concorrência.

• A recente conclusão da Rodada Uruguai dificultará a fixação de barreiras comerciais sem justificativas plausíveis, a pretexto de "preservação ambiental".

• A UE, associada a ONG e instituições científicas, vem procedendo à elaboração da certificação da qualidade ambiental dos produtos lá comercializados, fazendo-o de modo não-transparente, como se depreende das normas vigentes em alguns países-membros.

• Os países que secretariam todos os subcomitês da ISO14000 pertencem ao Primeiro Mundo e os que terão os maiores problemas para se certificarem serão os países em desenvolvimento.

A Organização Internacional de Normalização (ISO) instalou, em março de 1993, o Comitê Técnico (TC) 207, com seis subcomitês (SC) que respondem pela elaboração das normas de gerenciamento ambiental (SC1) e auditoria ambiental (SC2 a SC6), e um grupo especial (WGS) para harmonização das normas propostas, os quais já receberam a designação ISO14000.

Pode-se prever que, "em nome do ambiente" poderão ser estabelecidas restrições aos produtos considerados "ambientalmente nocivos". Uma "Inquisição ambiental" poderá servir aos interesses dos que, com base nas árduas regras do capitalismo, não conseguem se manter competitivos. Pelo seu porte, pela natureza de suas atividades econômicas, por abrigar um dos ecossistemas mais visados do planeta — a Amazônia — e apresentar fragilidades nas estruturas sociais e ambientais, o Brasil está exposto a restrições que afetarão seus produtos e serviços no mercado mundial. Cabe aos agentes representativos da economia brasileira precaverem-se, aprimorando a gestão ambiental, de modo a garantirem a certificação perante as normas internacionais, que serão consolidadas na ISO14000, com início para 1995 ou, no máximo, no primeiro trimestre de 1996.

A velocidade dos acontecimentos em torno da certificação impõe certo senso de unidade e alto nível técnico, sem os quais não se logrará êxito na defesa dos aspectos julgados meritórios e voltados para o interesse da atividade produtiva.

Há que se ter iniciativa e consistência. Por isso, é fundamental a instalação do Grupo de Apoio à Normalização Ambiental (Gana), constituído por profissionais de áreas diversas, com a missão de acompanhar as proposições que vêm sendo formuladas pelos vários subcomitês componentes do TC-207, responsável pela formulação da ISO14000, avaliando o impacto sobre as atividades e propondo alternativas de interesse do país, sem prejuízo do objetivo maior de atender aos rigorosos preceitos de conservação e recuperação ambiental.

A ABNT foi incentivada pelas maiores empresas nacionais, com destaque para a Vale do Rio Doce e a Petrobrás, e pela CNI, AEB, Fiesp, Abecel, IBS, Ibram, Abquim, BNDES, além de outras entidades representativas, a instalar o Gana, organizado de forma idêntica ao TC-207, com os mesmos subcomitês, com apoio do Ministério do Meio Ambiente e da Amazônia Legal. Ressalte-se que a representação brasileira na ISO se dá através da ABNT, à qual serão encaminhadas as proposições formuladas pelo Gana.

A representação não é fácil e o Gana vem ao encontro da necessidade de apoiar as ações da ABNT junto à ISO, baseadas em proposições concretas e coesas, representativas das posições de um dos mais importantes setores da sociedade brasileira, aquele que maiores problemas enfrentará quando da exigência de certificação de qualidade ambiental.

---

*Maurício José Lima Reis é gerente geral de Desenvolvimento Sustentável da Companhia Vale do Rio Doce e dirigente do Comitê Coordenador do Grupo de Apoio à Normalização Ambiental (Gana).*

# SISTEMA DE AUDITORIA FISCAL

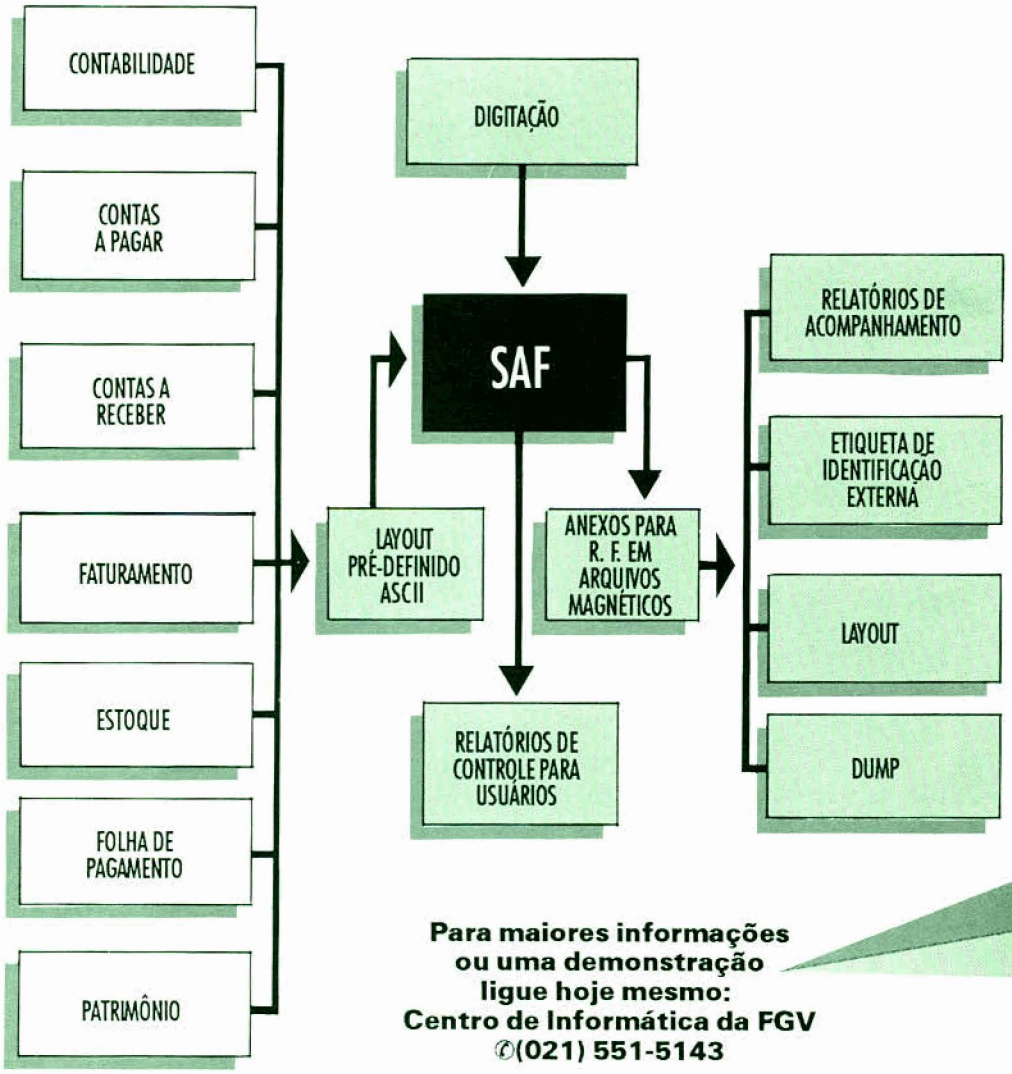
# MASTER-SAF

Desenvolvido pelo Centro de Informática da FGV em parceria com a SPP - Sistemas e Programas Personalizados, para ambientes SCO-UNIX, XENIX, MSDOS, IBM-AIX e HP-UX, entre outros.

❖ Atende plenamente a Instrução Normativa 65/93 da Receita Federal, gerando todos os arquivos magnéticos exigidos, a partir de dados de qualquer sistema.

❖ Composto de aproximadamente 70 programas, é multiempresa, multifilial e multiusuário.

❖ Configuração dinâmica de cores e *help-on-line*.




**Para maiores informações ou uma demonstração ligue hoje mesmo:**
**Centro de Informática da FGV**
**✆(021) 551-5143**

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS

SPP SISTEMAS



# A ECONOMIA MUNDIAL EM TRANSFORMAÇÃO

**Mais um lançamento do Comitê de Cooperação Empresarial e do Centro de Economia Mundial da FGV, reunindo os seguintes ensaios:**

QUESTÕES BÁSICAS PARA O FUTURO
George Shultz

INDUSTRIALIZAÇÃO E REFORMA ECONÔMICA NA CHINA
Wang Huijiong

A REVOLUÇÃO LATINO-AMERICANA
Carlos Langoni

O ESTADO NA AMÉRICA LATINA
Helio Jaguaribe

A REESTRUTURAÇÃO MEXICANA
José Angel Gurria

O BRASIL NO MUNDO PÓS-GUERRA FRIA
Celso Lafer

A INTEGRAÇÃO SUB-REGIONAL, REGIONAL E HEMISFÉRICA: ELEMENTOS PARA UMA ESTRATÉGIA BRASILEIRA
Rubens Barbosa

**Editora FGV**
**Praia de Botafogo, 190 - 6º andar**
**22.253-900 - Rio de Janeiro, RJ**
**✆ (021) 551-0698**
**Fax: (021) 551-7801**